

ROBSON PEDROSA COSTA

**COTIDIANO E RESISTÊNCIA
NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA ESCRAVIDÃO,
OLINDA, 1871 – 1888.**

**RECIFE
2007**

ROBSON PEDROSA COSTA

**COTIDIANO E RESISTÊNCIA
NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA ESCRAVIDÃO,
OLINDA, 1871 – 1888.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientador: Marcus J. M. de Carvalho

**RECIFE
2007**

Costa, Robson Pedrosa

**Cotidiano e resistência nas últimas décadas da
escravidão, Olinda, 1871-1888. – Recife: O Autor, 2007.
161 folhas : il., fig., tab.**

**Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.**

Inclui: bibliografia

**1. Escravidão. 2. Senhores de escravos. 3.
Resistência escrava. 4. Escravos – Emancipação. 5. Lei
do Ventre Livre. 6. Lista de classificação – Olinda, 1871-
1888. I. Título.**

**981
981**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2007/51**



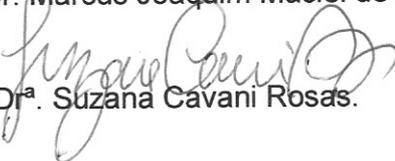
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO ROBSON PEDROSA
COSTA.**

Às 14:00 hs do dia 04 (quatro) de Julho de 2007 (dois mil e sete), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Robson Pedrosa Costa**, intitulada “**Cotidiano E Resistência nas Últimas Décadas da Escravidão, Olinda (1871-1888)**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (Orientador), Suzana Cavani Rosas e Wellington Barbosa da Silva. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

Recife, 04 de Julho de 2007.


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho.


Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas.


Profª. Drª. Wellington Barbosa da Silva.


Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro.


Rogéria Feitosa de Sá.

RESUMO

Esta Dissertação apresenta um estudo sobre o cotidiano e as estratégias de resistência escrava entre 1871 e 1888, tendo como ponto de partida os desdobramentos da Lei do Ventre Livre. A partir desta lei os senhores de escravos ficavam obrigados a matricular todas as suas posses num prazo determinado, caso contrário perderia o direito sobre estas. Tais cativos eram incluídos numa matrícula especial, intitulada de “Classificação dos Escravos para serem Libertados pelo Fundo de Emancipação”. Este fundo não alcançou os resultados esperados, considerado por muitos um verdadeiro fracasso. No entanto, o mesmo possibilitou a produção de um importante documento para o estudo da escravidão nestes últimos anos da instituição. A Lista de Classificação dos Escravos vem a ser a base deste estudo, por trazer subsídios quase inesgotáveis, tais como: nome do escravo, idade, cor, estado civil, profissão, aptidão para o trabalho, pessoas da família, moralidade, valor e o nome do senhor. Além destas informações, a lista traz também uma coluna especial destinada a Observações, possibilitando-nos adentrar ainda mais no universo do cotidiano. É importante destacarmos que com o advento da República, teve início a destruição destes documentos referentes a escravidão, que poderiam legitimar a ação de antigos senhores. Contudo, as listas referentes a Olinda “Rui Barbosa não queimou”. Quatro listas chegaram aos dias atuais, produzidas entre 1873 e 1876. Devido a quantidade de informações e por estas trazerem dados repetidos, nos concentramos na última, por considerarmos o “fechamento” de todas as outras. A partir deste documento foi possível traçarmos o perfil da escravidão no município, dividindo a população por idade e sexo, na qual observamos que a instituição – apesar de não alcançar grande representatividade numérica – ainda se fazia presente, numa cidade fora do modelo agro-exportador. O trabalho escravo persistia nos diversos espaços desta localidade, desde os serviços domésticos, passando pelo *ganho* até a agricultura. Pequenos proprietários – maioria entre os senhores de Olinda – preservaram suas posses até não mais conseguirem se beneficiar de suas forças. A posse de um escravo poderia alcançar significados imensuráveis aos olhos atuais, explicando, talvez, como senhores de pequeno porte – numa conjuntura de crise da mão-de-obra – persistiram até os últimos momentos da abolição. Isso se evidencia também pela presença de crianças em diversos plantéis, muitas vezes majoritárias entre as posses de alguns proprietários. A exemplo disto estavam os “ingênuos”, que poderiam ser considerados como potenciais trabalhadores até pelo menos completarem 21 anos de idade, exercendo atividades como qualquer outro cativo. Mas não apenas os mais jovens tinham seu valor nestes tempos difíceis, já que os mais velhos garantiram o sustento de muitos senhores até que não mais suportassem as agruras do cativeiro. As mulheres também ganharam destaque em nossas discussões, devido ao importante papel que desempenhavam nos vários ramos da vida cotidiano. Ao tratarmos deste cotidiano de violência e incertezas, não poderíamos deixar de abordar a família escrava, que contribuiu de forma marcante a reelaboração de estratégias de resistência no decorrer dos anos, podendo ser considerada como principal elemento na formação dos laços de solidariedade de então.

Palavras-chave: escravidão, resistência escrava, Lista de classificação, Olinda.

ABSTRACT

This is a study about the daily and the strategies of slave resistance between 1871 and 1888, having as starting point the unfoldings of the Law of the Free Womb. After of this law the owners of slaves its ownerships in a determined stated period were obliged to register all, contrary case would lose the right on these. Such captives were enclosed in a special registration, intitled of "Classification of the Slaves to be Freed for the Fund one of Emancipation". This fund did not reach the waited results, considered for many a failure. However, the same it made possible the production of an important document for the study of the slavery in these last years of the institution. The List of Classification of the Slaves comes to be the base of this study, for bringing inexhaustible subsidies, such as: name of the slave, age, color, civil state, profession, aptitude for the work, people of the family, morality, value and the name of the owner. Beyond these information, the list also brings a special column destined the Remark, making possible for we get into still more in the universe of the daily one. It is important to detach that with advent of the Republic, the destruction of these documents regarding the slavery, that could legitimize the action of old owners. However, the lists regarding Olinda "Rui Barbosa did not burn". Four lists had arrived at the current days, produced between 1873 and 1876. Due to amount of information and for these to bring given repeated, we concentrate in the latter, for considering the "closing" of all the others. From this document it was possible to trace the profile of the slavery of the city, dividing the population for age and sex, in which we observe that the institution - although not to reach great numerical representation - still became present, in a city it are of the model agro-exporter. The slave labor persisted in the diverse spaces of this locality, from the house works, passing for the profit until agriculture. Small proprietors - majority enters the owners of Olinda - had preserved its ownerships until more not obtaining to benefit itself of its forces. The ownership of a slave could reach incomprehensible meanings to the current eyes, explaining, perhaps, how owners of few slavers - in a conjuncture of crisis of the captive labor - had persisted until the last moments of the abolition. It's evidences for the presence of children in diverse plantation, many times majorities between the ownerships of some proprietors. The example of this was the "ingênuo", that they could be considered as potential workers until at least completing 21 years of age, exerting activities as any another captive. But not only youngest they had its value in these difficult times, already oldest slave had guaranteed the sustenance of many owners until more they did not support the difficulties of the captivity. The women had also gained prominence in our discussions, had to the important paper that they played in the some moments of the daily life. When dealing with these daily to violence and uncertainties, we could not leave to approach the family enslaved, who contributed in the rework of strategies of resistance in elapsing of the years, being able to be considered as main element in the formation of the bows of then solidarity.

Kew-words: slavery, slave resistance, List of Classification, Olinda.

Dedico este trabalho,

Às três grandes mulheres de minha vida:

a minha mãe, Eunice, guerreira e alicerce de toda uma família;

a minha filha, Camila, que ilumina minha vida com seu sorriso e travessuras;

a minha esposa, Juliana, amiga de todas as horas, companheira no amor e nas intermináveis correções e discussões que resultaram nestas páginas que se seguem.

Agradecimentos

A Marcus Carvalho, professor, orientador e amigo. Sempre com a palavra certa nos momentos de dúvidas nestes caminhos e descaminhos por quais passamos.

A outro Marcos, meu irmão, presente nos meus primeiros passos como historiador, incentivador na arte da investigação e tantos outros saberes difíceis de mensurar.

A Geisa, incentivadora de minhas primeiras linhas, que mesmo quando tortas, não deixou de me estimular nesta árdua tarefa da escrita.

Aos professores Marc J. Hoffnagel, Suzana Cavani e Wellington Barbosa, pelas contribuições a este estudo, através de disciplinas ministradas e leitura deste texto.

Aos meus amigos: Lenira, pelas parcerias nos trabalhos que tanto engrandeceram minha trajetória ao longo destes anos. Maria Emília, com suas sugestões e tantos documentos que estão presentes neste estudo. Rose, sempre presente quando precisamos. Lenivaldo e os demais colegas do Instituto Histórico de Olinda. Sandro Vasconcelos, que teve uma participação direta neste trabalho, indo e vindo entre os documentos empoeirados dos arquivos, que todo historiador é “refém” de seus limites – físicos e humanos – sempre fora dos projetos dos sucessivos governos.

Aos funcionários da Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, sempre prontos na tarefa quase interminável de nossas leituras.

À Carmem pela sua dedicação no desempenho no exercício de suas atividades na Pós-graduação em História da UFPE.

À Alexandre, Aneide e demais funcionários do Arquivo Municipal de Olinda, possibilitando-nos um melhor aproveitamento dos subsídios existentes nesta instituição.

À minha grande família: meus pais (Carlos e Eunice), meus sogros (Romero e Marisete, que acompanharam de perto minha trajetória), meus irmãos e demais componentes deste infundável alicerce que esteve presente direta ou indiretamente neste longo caminho.

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considere a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história.
Não direi suspiros ao anoitecer, a paisagem vista na
janela.
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida.
Não fugirei para ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os
homens presentes,
a vida presente.

(Mãos Dadas, Carlos Drumond Andrade)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Considerações Teórico – Metodológicas.....	12
CAPÍTULO 1: A Cidade em Movimento: espaço, economia e população.....	25
Organização do Espaço Urbano.....	25
Caminhos e Descaminhos da Escravidão.....	46
População e Vida Material.....	57
CAPÍTULO 2: O Cotidiano do Trabalho Escravo.....	78
Aspectos Gerais do Trabalho Escravo.....	79
O Mundo do Trabalho Escravo.....	87
Escravos de Valor.....	103
CAPÍTULO 3: Relações de Força e Malhas de Solidariedade.....	118
Senhores e Escravos.....	119
Família Escrava: “Abalo e Arrimo do Escravismo”.....	127
Poder Moral E Resistência Escrava.....	135
CONCLUSÃO.....	149
CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES.....	153
FONTES PRIMÁRIAS.....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição da População Livre e Escrava Por Freguesia.....	61
TABELA 2 - População Livre Distribuída Por Freguesia.....	62
TABELA 3 - População Escrava Distribuída Por Sexo.....	63
TABELA 4 - Freguesia da Sé Segundo Raça e Sexo.....	64
TABELA 5 - Freguesia de Maranguape Segundo Raça e Sexo.....	64
TABELA 6 - População Escrava Distribuída Por Raça e Sexo.....	66
TABELA 7 - População Livre Distribuída Por Raça e Sexo.....	67
TABELA 8 - Escravos de Olinda – 1872 a 1887.....	67
TABELA 9 - Número de Engenhos e seus Respectiveiros Proprietários.....	69
TABELA 10 - Estabelecimentos Comerciais.....	76
TABELA 11 - Escravos Segundo Idade.....	82
TABELA 12 - Escravos Segundo Sexo e Idade.....	84
TABELA 13 - Escravos Segundo a Profissão	88
TABELA 14 - Escravos de Portas Adentro.....	90
TABELA 15 - Escravos Ocupados em Atividades Domésticas.....	91
TABELA 16 - Escravos Ocupados “Portas a Fora”.....	94
TABELA 17 - Escravos Ocupados no Artesanato.....	101
TABELA 18 - Valores dos Escravos Matriculados como “Indivíduos”.....	104
TABELA 19 - Escravos Segundo Idade e Sexo.....	105
TABELA 20 - Valor dos Escravos Matriculados como “Indivíduos” - até 7 anos	106
TABELA 21 - Valores dos Escravos Matriculados como “Indivíduos” - 51 a 70 anos.....	113
TABELA 22 - Valor dos Escravos em Idade Produtiva - 15 a 40 anos.....	114
TABELA 23 - Relação entre Valor e Moralidade dos Escravos.....	115
TABELA 24 - “Dos Que Tem Pecúlio em seu Favor”.....	116
TABELA 25 - Posse de Escravos em Olinda.....	120
TABELA 26 - Posse de Escravos Segundo Sexo.....	121

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Carta Chorographica do Estado de Pernambuco, detalhe.....	28
FIGURA 2 - Bonde de Burro, Recife, século XIX.....	32
FIGURA 3 - Trilhos Urbanos do Recife a Olinda e Beberibe, século XIX.....	32
FIGURA 4 - Praça do Carmo, 1965.....	43
FIGURA 5 - Bica de São Pedro.....	44
FIGURA 6 - Aljube de Olinda.....	51
FIGURA 7 - Rua do Amparo.....	52
FIGURA 8 – Quilombo de Catucá.....	54

INTRODUÇÃO

A partir de 1871, o sistema escravista foi abalado por inúmeras medidas que visavam pôr fim a um regime que não mais se adequava ao modelo de uma nação moderna, aos olhos dos novos tempos que se configuravam. No entanto, as leis que foram colocadas em prática no Segundo Reinado buscavam não uma ruptura com o regime há séculos em vigor, e sim, uma transição lenta e disciplinada sob o controle do Governo Imperial. Contudo, diversas forças interpretaram esses novos tempos a partir de perspectivas diferentes, cada um buscando defender direitos, privilégios e visões de mundo que muitas vezes se chocaram com os objetivos do Estado ao longo do processo emancipacionista.

Grandes senhores, pequenos proprietários e escravos construíram suas próprias expectativas sobre as mudanças que não tardaram a chegar, contribuindo para a construção e reconstrução constante de estratégias de sobrevivência e relações de força, no âmago da vida cotidiana daqueles que interagiam na escravidão.

Nesse ínterim, buscamos apresentar, ao longo dos capítulos, as estratégias cotidianas de resistência que muito caracterizaram a vida dos escravos no decorrer dos séculos, amalgamando as peculiaridades do contexto na qual nos propomos a analisar. Nosso ponto de partida é a cidade de Olinda, em uma época de acirramento das discussões emancipacionistas e reconstrução de táticas dos diversos segmentos envolvidos. Os escravos iam e vinham por diferentes motivos entre esta cidade e seus arrabaldes, assim como, entre os limites imprecisos que “separavam-na” do Recife.

Devemos destacar ainda que entre 1871 e 1888, a “questão servil” enveredou por caminhos tortuosos no decorrer desses anos, entre discursos e práticas envolvendo o Estado Imperial, a Igreja e demais senhores. Mas, e os escravos, não participaram do processo? Não tinham consciência dos acontecimentos ao seu redor? Havia algo de político em suas práticas cotidianas, como trabalho, fugas e religiosidade?

Essas questões se fazem ainda mais patentes ao constatarmos que Olinda possuía um número reduzido de escravos, caracterizada como uma área fora dos padrões agro-exportadores tradicionais, modelo há muito estudado pela historiografia. Mas, que tipo de escravidão caracterizou a cidade de Olinda na segunda metade do século XIX, em um contexto de transformações urbanas e processo de emancipação da escravatura? Que relações podemos traçar entre o tipo de escravidão existente nesta localidade e as estratégias de resistência praticadas no cotidiano do cativo? De que forma as ligações entre Olinda e

Recife contribuíram para dinamizar a mobilidade da população escrava dessas duas cidades, em um contexto de maior aproximação decorrente dos melhoramentos urbanos? Essas são perguntas que nos inquietaram no decorrer da pesquisa e que serão encontradas diluídas nas tramas de nossos capítulos.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO – METODOLÓGICAS

As questões que nos inquietaram no decorrer da pesquisa e que serviram como bússola na elaboração de nossos resultados, também nos trouxe outros *problemas*, como conceitos e referenciais teóricos a serem desenvolvidos. Conceitos como *Cotidiano* e *Resistência* já trazem em si outros tantos elementos que nos fazem refletir as práticas do dia a dia a partir de idéias como: negociação, conflitos, tensões sociais, escolhas, alianças, trajetórias individuais, malhas de solidariedade, etc. Buscaremos aqui esclarecer algumas de nossas opções, entre tantas outras disponíveis na historiografia.

Ao buscarmos analisar o cotidiano das relações escravistas e seus desdobramentos frente a um regime opressor e autoritário em fins do século XIX, nos deparamos com um rumo metodológico que se delineará por campos trilhados por historiadores que trouxeram a tona as contradições, os conflitos e negociações que marcaram a trajetória dos “protagonistas anônimos da história”.¹ A exemplo destes, temos como referência autores como E. P. Thompson, Carlo Ginzburge, Giovanni Levi e Michel de Certeau, que contribuíram para melhor compreendermos as resistências das camadas subalternas diante da realidade social na qual estavam inseridos.

Partindo do princípio de uma “história vista de baixo”, o cotidiano da resistência escrava foi por nós analisado em constante diálogo com os aspectos mais gerais sobre o tema, apesar de partimos de um estudo do local, na qual Olinda se apresenta como ponto de partida de nossa empreitada. A própria expressão *história vista de baixo* implica que:

[...] há algo acima para ser relacionado. Esta suposição, por sua vez, presume que a história das ‘pessoas comuns’, mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociado das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social.²

¹ Expressão utilizada por Ronaldo Vainfas, em seu estudo *Os Protagonistas Anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

² SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 54-55.

E. P. Thompson, por exemplo, nos traz importantes subsídios ao que se refere às resistências sociais, partindo da análise dos costumes, usos e direitos comuns na Inglaterra pré-industrial, trazendo a tona as estratégias montadas pelas “pessoas comuns” diante das mudanças do capitalismo que então se delineava no decorrer do século XVIII. As classes subalternas – tanto no campo quanto na cidade – reivindicavam direitos com base nos costumes locais, adiando e modificando as bases de uma transformação que entrava em choque com os interesses da “plebe”.

O autor valoriza, com isso, as atitudes e comportamentos das “pessoas comuns” a partir de seu cotidiano, estratégias que por muito tempo foram interpretadas como manifestações insignificantes, sem consciência, motivadas pela fome.³ Essa “resistência teimosa”⁴ em muito se parece com o cotidiano do cativo, que diante de uma realidade normativa violenta, buscava nas brechas do sistema a ruptura ou a negociação dentro dos limites da sociedade escravista.

Em nosso estudo, também se fez importante a análise de trajetórias individuais, com o objetivo de compreender o cotidiano da resistência como um campo dos possíveis, do imprevisível, de conquistas e frustrações, buscando romper com idéias determinantes que o contexto mais geral pode “impor” aos desdobramentos do dia a dia. Assim, devemos compreender que:

[...] toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estritos que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam.⁵

A partir desta perspectiva, nossos esforços em busca de avançar no estudo do cotidiano da escravidão e das múltiplas faces da resistência escrava, têm como pressuposto básico a análise das entrelinhas da *negociação* e dos *conflitos* entre os senhores e cativos no século XIX, assim como, as conquistas diárias empreendidas pelos escravos diante do regime senhorial vigente.

Este cotidiano – envolvido por teias repressivas e disciplinares – deve ser tomado como campo de conflitos, na qual as redes de “vigilância” estavam sempre atentas a

³ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴ Idem. p. 102.

⁵ LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 135-136; Cf. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

movimentação das camadas subalternas. No entanto, compreendemos que tais redes opressivas deixaram brechas que possibilitavam aos escravos recriarem suas próprias redes de sociabilidade. Assim, tomando as palavras de Michel de Certeau, podemos considerar que:

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, mas urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim. Que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados’?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.⁶

Compreendemos, então, que as práticas do cotidiano contribuem para alterar as estruturas de funcionamento das redes de “vigilância”, através dos modos de proceder dos indivíduos e grupos, com suas “astúcias”, “táticas”, formas “sub-reptícias” contra a violência dos mecanismos disciplinares da sociedade. Encaramos, assim, o cotidiano como campo da “antidisciplina”,⁷ e que os indivíduos – escravos e outros setores – tinham consciência de suas possibilidades e limitações.

Pretendemos, com isso, “reavaliar o político no campo da história social do dia a dia”.⁸ Os escravos, ao contrário do que se defendia na historiografia dos anos 1960 e 1970, faziam a sua própria leitura dos acontecimentos ao seu redor, interpretando e adaptando-as ao seu cotidiano, mesmo quando resultavam em interpretações radicais.⁹ Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias:

[...] o cotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. [...] o estudo do cotidiano dos escravos vem desvendando uma experiência cumulativa de improvisação, aculturação e resistência ao poder, que é nova e vem transformar a historiografia social da escravidão.¹⁰

Nossas referências teóricas também pousam em território de historiadores da escravidão, que há muito vêm contribuindo com novos temas, abordagens e metodologias. Estudos como os de João José Reis, Eduardo Silva, Marcus J. M. de Carvalho, Robert Slenes, Hebe Maria Mattos e outros, nos dão importantes subsídios teóricos e metodológicos que ampliam nossas visões acerca da análise de indícios muitas vezes tão diluídos na

⁶ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. pp. 41-42.

⁷ Idem.

⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. pp. 14-15.

⁹ REIS, João José. “Nos Achamos em Campo a Tratar da Liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500 – 2000)*. Formação: histórias. Carlos Guilherme Mota (org.). São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000. p. 254.

¹⁰ DIAS, Maria. op. cit. pp.14-15.

documentação encontrada. Na verdade, estes autores – como outros – contribuem de forma significativa no que se refere à questão das fontes, principalmente quando procuramos – como neste trabalho – analisar a escravidão numa perspectiva do escravo.

Os conhecimentos históricos sobre o cotidiano da escravidão vem se desenvolvendo principalmente a partir da década de 1980, quando novos estudos voltaram os olhares para a vida dos escravos, suas lutas, conflitos e negociações dentro do cativeiro. Nesse contexto, os estudos sobre a escravidão levantaram novas questões sobre o tema, antes deixados em segundo plano ou mesmo ignorados.

No estudo de Maria Odila Leite da Silva Dias, mencionado anteriormente, intitulado “Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX”, a autora nos traz uma discussão sobre a vida das mulheres das camadas subalternas – livres, escravas e forras –, no processo de urbanização desta cidade. A autora se atem às tensões sociais do cotidiano dessas mulheres e sua participação nas atividades produtivas, em um meio social marcado pela pobreza e luta pelo “ganha-pão” de cada dia. O espaço de sobrevivência dessas mulheres foi marcado pela relativa autonomia de suas atividades, entre oportunidades e improvisação de papéis informais.

Sua presença era ostensiva na cidade, embora institucionalmente informal e socialmente pouco valorizada. O fato de não participarem da história política e administrativa não diminuiu a importância do papel que desempenharam. Seu espaço social era o da desordem e confusão reinante entre as esferas pública e particular, necessária ao sistema de poder escravista, e que tanta repercussão teve no processo de construção do Estado, simultâneo ao de urbanização.¹¹

A resistência cotidiana e estratégias montadas por tais mulheres evidenciam as possibilidades e improvisações que um meio social urbano em constante transformação pode trazer, em embates constantes entre o antigo e o moderno, a “vigilância” e a “antidisciplina”.

Em 1982, o estudo de Kátia de Queiroz Mattoso trouxe importantes contribuições para as discussões sobre o cotidiano da escravidão, passando por temas como o tráfico negreiro, a adaptação do africano a nova terra, as relações entre os escravos e as comunidades na qual estavam inseridos, alforria, etc. Seu estudo traz à luz importantes elementos que foram mais tarde desenvolvidos por muitos outros historiadores aqui já citados.

A autora traz a tona importantes elementos do cotidiano do cativeiro, como as solidariedades entre os escravos – a partir do trabalho, das relações de compadrio, nas

¹¹ Idem. p. 16.

associações religiosas, etc. – e dos “refúgios” aceitos pelos senhores e as rupturas com a escravidão.¹² Sobre as relações de trabalho entre os cativos, a autora afirma que:

[...] cria entre os negros escravizados os primeiros espaços de segurança necessários à sobrevivência. Se bem feito, permite ao escravo desembaraçar-se da presença sufocante do senhor, cuja vigilância se relaxa um pouco. Se realizado com espírito da ajuda mútua em relação aos seus companheiros da labuta, proporciona ao trabalhador a consideração e o apoio de todo o seu grupo.¹³

Sua discussão sobre a autonomia do escravo, principalmente urbano, levanta importantes questões em torno das conquistas alcançadas no dia a dia pelos cativos, dentro dos limites impostos pela sociedade escravista. Devemos destacar ainda que a autora também evidencia a questão da rebelião e outras formas de reações contra a camada senhorial, como o suicídio, o assassinato, a fuga e rebeliões coletivas.

Nesse ínterim, a esperança de liberdade era parte integrante da vida dos escravos, mesmo que poucos a tenham alcançado em forma de alforria. Com isso, criavam-se outras formas de alcançar espaços de liberdade, como acomodações a cada realidade imposta, “fingir-se obediente, fiel e humilde ante seus senhores, fraternal e digno junto aos companheiros de servidão”.¹⁴ A alforria foi um sonho realizado por poucos, restando a maioria construir outras formas de liberdade dentro do cativo.

Solidariedades, autonomia, conflitos e acordos também foram discutidos no trabalho de Mary Karasch, “A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)”. A autora, em trabalho amplo, com os mais diversos temas sobre o cotidiano dos escravos, nos traz diversas faces da resistência, entre a religiosidade, rituais fúnebres, violência, trabalho, cultura, etc. O vai e vem dos escravos tanto do campo como do meio urbano entre as ruas da cidade, contribuíram para a formação de laços e associações religiosas e ocupacionais.¹⁵

A autora afirma que alguns escravos preferiram não arriscar um confronto direto com seus senhores, evitando, assim, reações violentas por parte destes. Com isso, construíram outras formas de reagir contra os limites impostos pela escravidão, como sabotagem no trabalho, doença fingida, alcoolismo, etc. Essa “resistência não-violenta” era uma ameaça “sempre presente à segurança pessoal dos senhores receosos, que acreditavam que viviam em meio a uma Revolução Haitiana em potencial”.¹⁶

¹² MATTOSO, Kátia Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹³ Idem. p. 144.

¹⁴ Idem. p. 167.

¹⁵ KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000. pp. 102-104.

¹⁶ Idem. p. 425.

A cidade, que oferecia uma diversidade de escolhas para os escravos, estimulava a mobilidade individual e a fuga da escravidão, “em vez da derrubada do sistema”.¹⁷ No entanto, muitos escravos reagiram a escravidão de forma violenta, “do assassinato ao incêndio, a fim de protestar contra o tratamento que recebiam, resistir às punições e proteger-se dos insultos”. Não aceitaram passivamente sua condição e o tratamento dispensado pelos senhores.¹⁸

Assim, devemos compreender que a escravidão foi marcada pela “batalha diária” entre senhores e cativos, na qual os primeiros também possuíam suas próprias estratégias para minar ou pelo menos limitar o campo de ação dos escravos. Muitas foram as restrições e barreiras contra os cativos, que diariamente tinham que conquistar espaços, barganhado a liberdade dentro dos limites do cativo, utilizando-se, também, da obediência e dos longos anos de prestação de bons serviços como instrumento de negociação. Muitos escravos buscaram a liberdade por vias legais, através do processo mais longo, mas menos perigoso da alforria.¹⁹

Outros historiadores no final da década de 1980 trouxeram grandes contribuições aos estudos sobre a escravidão, levantando novas questões e abordagens temáticas e metodológicas. O estudo de Eduardo Silva e João José Reis é um deles, pois ao discutir sobre as negociações e conflitos cotidianos da escravidão, importantes questões nos ajudaram a levantar nossos próprios problemas acerca das conquistas e frustrações dos cativos.

A idéia de “escravo negociador” – entre “Zumbi e Pai João”, como os autores colocam – foi amplamente desenvolvido por João J. Reis e Eduardo Silva não apenas neste estudo por nós destacado, como também em outros posteriormente publicados por eles.²⁰ Segundo os autores:

Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias.²¹

As fugas poderiam representar falhas na negociação, como separação de parentes ou entes queridos, abusos físicos, vendas ou “o simples prazer de namoro com a liberdade”.²² Com o avanço desses estudos, os escravos cada vez mais foram sendo tomados como agentes

¹⁷ Idem. p. 427.

¹⁸ Idem. p. 438.

¹⁹ Idem.

²⁰ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência escrava no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²¹ REIS; SILVA, op. cit. p. 07.

²² Idem. p. 09.

ativos de sua própria história, sempre pressionando o regime escravista e contribuindo para as mudanças ocorridas nas últimas décadas da escravidão.

A busca pela liberdade, espaços de autonomia e manutenção de privilégios dentro do cativeiro eram partes integrantes do cotidiano dos escravos, rompendo com as idéias tradicionais que reduziam o cativo a condição de “coisa”. Devemos compreender que “o sistema escravista – como qualquer outro – não poderia, evidentemente, viabilizar-se apenas pela força”.²³

Outra grande contribuição à historiografia foi a obra de Sidney Chalhoub sobre os cativos na Corte nas últimas décadas da escravidão. A partir de processos-crime, Chalhoub traz a tona trajetórias de escravos no contexto de grandes transformações urbanas no Rio de Janeiro, entre uma população cada vez mais numerosa e mestiça, aumentando as chances de esconderijos na cidade. Criticando idéias tradicionais que “coisificavam” o escravo, o autor afirma que “a violência da escravidão não transformava os negros em seres ‘incapazes de ação autônoma’, nem em passivos receptores de valores senhoriais, e nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis”.²⁴ Chalhoub evidencia a consciência que os escravos possuíam de suas possibilidades e limitações do cativeiro, e que:

[...] esses negros agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e que seus movimentos estão firmemente vinculados a experiências e tradições particulares e originais – no sentido de que não são simples reflexo ou espelho de representações de ‘outros’ sociais.²⁵

A partir de experiências individuais – ou de grupos ligados aos mesmos interesses ou outros aspectos de solidariedade –, Sidney Chalhoub demonstrou que quando determinados privilégios eram perdidos ou mesmo quando castigos corporais eram considerados excessivos, poderiam provocar rupturas com o sistema, como assassinato, fugas, etc. Os escravos possuíam suas próprias noções de justiça e moral, e interpretavam as atitudes senhoriais de acordo com suas próprias concepções e valores, levando-se em conta os limites do cativeiro. Muitas vezes, os escravos “arrancaram” privilégios e direitos considerados como concessões da camada senhorial, como a Lei do Ventre Livre e do Pecúlio, sendo este último uma prática anterior a lei.²⁶

²³ Idem. p. 31.

²⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 42.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem. pp. 159-160.

Hebe Maria Mattos também evidenciou as expectativas de liberdade em que os escravos cotidianamente buscavam dentro dos limites do mundo em que estavam inseridos. A autora destacou que o escravo do meio urbano possuía mais possibilidades de alcançar espaços de liberdade longe de seu senhor, se comparado ao contexto rural. O “viver sobre si”, ou seja, a possibilidade de mover-se pelo “mundo dos livres” misturando-se ao restante da população, distante da vigilância do senhor, foi uma realidade construída por cativos sem necessariamente romper com a instituição, apesar de isto também acontecer. Esta idéia mais uma vez contrasta com o modelo clássico de cativo, levantando outro referencial em relação às expectativas de liberdade.²⁷

Essas expectativas e exercícios de liberdade também se configuravam a partir dos laços de solidariedade que poderiam envolver não apenas escravos, mas também livres pobres e os próprios senhores. Laços verticais – relações familiares e comunitárias – e laços horizontais – fidelidade a um senhor ou protetor, etc. – eram partes integrantes deste arranjo social, mesmo quando tais relações eram interpretadas a partir das percepções do cativo:

De formas diferenciadas e com objetivos culturalmente distintos, eram as relações entre iguais que socializavam escravos, livres pobres e senhores para uma convivência entre desiguais. [...] A estabilidade deste arranjo social não se construía apenas sobre a violência e a desigualdade de recursos, mas principalmente sobre o costume, que abria atalhos e previa recursos (sociais e culturais) para conviver com a realidade da violência e da desigualdade.²⁸

Tais relações poderiam facilitar a mobilidade espacial, a formação de família, o “viver sobre si”, além da conquista de outros privilégios dentro do cativo, nem sempre alcançados pelos escravos. Assim como Sidney Chalhoub, Hebe Mattos defende a idéia de que certas práticas costumeiras dos cativos foram reconhecidas pelas camadas dirigentes e senhoriais, a exemplo de algumas conquistas nos últimos anos da escravidão, como o pecúlio (1871), a proibição de se separar a família (1869), o fim do açoite (1886), podem ser considerados como golpes nos fundamentos que legitimavam a dominação senhorial.²⁹

Ao tratarmos de questões como laços de família e comunidade, conquistas de privilégios, etc., não podemos deixar de destacar os estudos de Robert Slenes. As relações entre senhores e escravos giravam em torno da “força” e do “favor”, entre privilégios alcançados e “concedidos”. Os senhores possuíam suas próprias estratégias de manter a ordem e a disciplina dentro do cativo, “premiando” aqueles que se mostravam mais “fiéis” aos

²⁷ MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 45-50; ver também: Chalhoub, op. cit. p. 176.

²⁸ MATTOS, p. 69.

²⁹ Idem. p. 211.

seus mandos. Contudo, os escravos também sabiam se aproveitar dos privilégios conquistados muitas vezes no decorrer de uma vida, reagindo de diferentes formas a perda de direitos alcançados.³⁰

Percebemos em seu estudo como o mundo em que o cativo estava inserido era marcado pela imprevisibilidade, onde conquistas e espaços poderiam ser quebrados repentinamente. Com isso, fazia-se necessário o escravo não perder de vista suas relações com o restante da comunidade, mesmo que sua posição fosse de destaque na conquista de “prêmios”.³¹

Apesar da política senhorial jogar com os anseios dos escravos através de favores, entre aqueles menos dispostos a arriscar confrontos, suas estratégias não conseguiram cooptar a maioria dos escravos, contribuindo para possíveis divisões entre os “subordinados”. Com isso, devido a constante insegurança vinda dos “subalternos”, fazia-se necessário mediar entre os favorecidos e não-favorecidos, muitas vezes jogando a estratégia senhorial contra seus criadores, a exemplo da “permissão” de se constituir laços familiares. Esta política, que “visava produzir reféns, também garantia aos escravos um certo espaço de autonomia”.³²

Autonomia esta alcançada paulatinamente no cotidiano da escravidão, entre os limites imprecisos da vida urbana e do meio rural. A mobilidade espacial e outros elementos que contribuíram para a formação de diferentes formas de resistência são partes integrantes do estudo de Marcus J. M. de Carvalho, sobre a cidade do Recife na primeira metade do século XIX. Em seu trabalho, as malhas de solidariedade forjadas entre iguais e outros setores da sociedade, ganharam importante relevância no dia a dia da escravidão, através de redes sociais mais estreitas – como associações leigas, parentesco, profissão – ou interesses particulares – como acoitamento, troca de senhor, etc.

Apesar das fugas e outras formas de rupturas do cativo, existiam outras formas de resistência que evitavam o confronto direto. Ou seja, “conforme as circunstâncias, uma revolta aberta poderia não ser a forma mais eficaz de se opor à escravidão. Havia alianças possíveis com outros segmentos da sociedade, e até com escravos de outros lugares”.³³

As redes de solidariedade marcaram de diferentes formas o cotidiano do cativo, como pertencer a mesma família, etnia, confraria, uma simples amizade ou mesmo apenas

³⁰ SLENES, Robert W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 278.

³¹ Idem. p. 280.

³² Idem. p. 282.

³³ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001, p. 180.

também ser escravo,³⁴ poderia significar recursos indispensáveis num momento de fuga ou outras necessidades dentro do cativo. No meio urbano, as fugas tornavam-se mais freqüentes devido as maiores possibilidades de esconderijos, além da crescente população mestiça que facilitava ao escravo se confundir entre as camadas mais pobres livres.³⁵

Essas fugas muitas vezes não significavam uma total ruptura com o escravismo, pois muitos cativos fugiam para visitar familiares ou em tempo de festas, voltando depois para receber seu castigo. Muitas:

[...] duravam pouco tempo. Às vezes tinham até data marcada, geralmente feriados e dias santos. [...] E só as circunstâncias de cada caso poderiam definir o futuro do fugitivo. Mas se sabe de uma coisa com mais segurança: eram os laços entre escravos, morando em lugares diferentes, que atraíam e possibilitavam isso acontecer.³⁶

Muitas destas fugas que começavam na cidade eram facilitadas pela mobilidade característica de certas atividades desempenhadas pelos cativos, que permitiam ficar um bom tempo nas ruas longe de seu senhor.³⁷ Tais fugas poderiam significar o “fim de um percurso; o salto final depois de vários estágios; o desdobramento último da idéia de liberdade dos próprios escravos”. As experiências de liberdade ganhavam força nessas “escapadelas menos pretensivas”, que poderiam durar pouco, mas de importante aprendizagem para o cativo.³⁸

Mas, apesar de percebermos grandes avanços na historiografia sobre a escravidão no Brasil, compreendemos que poucos foram os estudos que deram maior importância aos pequenos plantéis e áreas não-exportadoras, a exceção dos trabalhos de história econômica e demográfica.³⁹ Vários desses autores constataram que a posse de escravos se caracterizou não pela grande propriedade, como tradicionalmente se afirmava, mas sim, por pequenos proprietários até pelo menos a primeira metade do século XIX, em regiões como Minas Gerais e São Paulo, por exemplo. Isso se verifica não apenas em áreas urbanas, como também rurais, onde muitos senhores de um a cinco escravos utilizavam-nos para a subsistência.⁴⁰

No entanto, compreendemos a importância de voltarmos nossa atenção para áreas que estavam fora tanto do padrão de posse de escravos há muito estudado, quanto para regiões que apresentavam outras faces da escravidão. Em Olinda, por exemplo, a escravidão aparece, a

³⁴ Idem. p. 238.

³⁵ Idem. p. 177.

³⁶ Idem. pp. 238-239.

³⁷ Idem. p. 176.

³⁸ Idem. p. 260.

³⁹ MATTOS, Hebe. *Escravidão e Abolição no Brasil*. In CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988. pp. 32-46.

⁴⁰ MATTOS, op. cit.

primeira vista, em franca decadência, se simplesmente considerarmos o número de escravos e senhores existentes a partir da segunda metade do século XIX.

Consideramos, contudo, que “onde houve escravidão houve resistência”⁴¹, pois os cativos, mesmo fora dos grandes plantéis ou centros economicamente mais dinâmicos, também possuíam suas próprias expectativas de liberdade, como também, sofreram a violência e vigilância características das tensões que marcaram a trajetória dos escravos no Brasil.

Em relação às fontes, optamos em trabalhar com uma documentação variada, tanto quantitativa quanto qualitativa, que melhor respondessem as nossas questões. Dessa forma, procuramos trilhar nosso caminho a partir dos indícios encontrados na documentação que dessem conta das questões acerca da resistência do cotidiano, seus conflitos, conquistas e trajetórias de nossos sujeitos. Em relação à carência de fontes que tragam o discurso do cativo, Eduardo Silva afirma que “o historiador [...] está condenado a trabalhar com as fontes que encontra, não com as que deseja. Esta é, aliás, sua sina, ciência e arte”.⁴² Consideramos ainda, que:

O pouco que temos deve ser adequadamente explorado, eis um primeiro ponto. Qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou amplia-los segundo seus interesses, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser apreendidos através das ações.⁴³

Os “rastros” e “vestígios” estiveram em todo momento de nossa investigação, na qual procuramos articulá-los as nossas questões e objetivos que se encontram no decorrer de cada capítulo. Ainda sobre as fontes, concordamos com Ginzburg quando afirma que:

[...] não são nem jaulas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção [...] não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem a qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível.⁴⁴

A partir do que foi exposto, podemos afirmar que o ponto de partida de nosso estudo teve como base as informações contidas na *Lista de Classificação dos Escravos de Olinda*.

⁴¹ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 09.

⁴² Idem, pp. 14-15.

⁴³ Idem.

⁴⁴ GINZBURG, Carlo. *Relações de Força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 44-45; Cf. GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e historia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Esta lista reproduz a maioria das informações contidas na “matrícula especial” criada pelo artigo 8º da Lei 2040:

Art. 8.º - O Governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração de nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida.

Contudo, grande parte destas “matrículas especiais” foram destruídas com o advento da República, por ordem do então ministro Rui Barbosa. Mas, segundo Robert Slenes, uma das maneiras de se recuperar parte desta documentação é através das listas de escravos classificados para serem libertados pelo Fundo de Emancipação, pois:

Em 1873, as juntas de classificação de escravos, constituídas nos municípios, eram obrigadas a fazer uma lista de todos os escravos residentes nas suas respectivas localidades, agrupando-os nas categoriais especificadas pela lei que regia o Fundo. As juntas baseavam seu trabalho nos livros da matrícula de 1872, e as listas que fizeram reproduziram a maioria das informações da matrícula para cada escravo [...].⁴⁵

Slenes afirma ainda que “os livros das juntas classificadoras escaparam da queima ordenada pela portaria de 1890 porque não faziam parte da documentação das coletorias”, local onde se encontravam as “matrículas espaciais”. Segundo Robert Slenes “tudo indica [...] que estas listas das juntas de classificação, embora sejam fontes valiosas, são relativamente raras [...]”.⁴⁶

Por sorte nossa, as listas de Olinda *Rui Barbosa não queimou*, deixando uma “valiosa” fonte para nosso estudo. Com isso, pudemos perceber que os escravos matriculados por seus senhores – entre 1872 e 1876 – apresentavam diversas informações reproduzidas nas Listas de Classificação, tais como: idade, cor, pessoas da família, valor, moralidade, aptidão para o trabalho, profissão e nome do senhor, além de um espaço destinado a observações, na qual encontramos importantes informações sobre fuga, embriagueis, nome de cônjuges e filhos, etc.

Estes dados foram cruzados com outras fontes mais qualitativas, tais como, o jornal *Diario de Pernambuco* e ofícios da *Câmara Municipal de Olinda*, da *Repartição Central de Polícia* e dos *Promotores Públicos*, além de outros, distribuídos por diferentes instituições: Arquivo Municipal de Olinda, Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco e o Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da UFPE.

⁴⁵ SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não Queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*. 13 (1): 117-149, Jan/Abr. 1983. p. 142.

⁴⁶ SLENES, op. cit. p. 143.

Fontes, problemas e discussões se encontram diluídos no decorrer dos capítulos, na qual o primeiro intitula-se “A Cidade em Movimento: espaço, economia e população”. Pretendemos apresentar nesta parte os principais elementos que caracterizaram Olinda nas últimas décadas da escravidão, como a organização do espaço urbano e o processo de modernização e os seus conseqüentes conflitos. A chegada dos novos tempos contrastava com os limites e a violência que os melhoramentos urbanos impunham a sociedade local, caracterizada pela pobreza, exploração dos recursos naturais disponíveis e a persistência da escravidão.

No segundo capítulo, “O Cotidiano do Trabalho Escravo”, nos propomos a analisar as relações que marcaram o dia a dia do trabalho desempenhado pelos cativos, adentrando em um universo complexo que era regrado por momentos de atividade intensa e de lazer e ampliação das redes comunitárias. O padrão de trabalho dos escravos não poderia ser dosado apenas pela violência, mesmo que muitos senhores buscassem impor uma rotina disciplinada por uma noção de tempo que não correspondia a uma realidade ainda “pré-industrial”.

Na terceira parte, “Relações de Força e Malhas de Solidariedade”, senhores e escravos construíram e reconstruíram suas próprias estratégias diante das transformações que afetavam o cotidiano do cativo nos últimos anos da escravidão. A posse de escravos se fazia cada vez mais concentrada nas mãos de poucos, contribuindo para modificar as relações que há muito marcaram os alicerces que sustentavam as bases do poder moral dos senhores. A família escrava e a ampliação das redes comunitárias também se fazem presentes nesta discussão, assim como as fugas temporárias e rupturas com o cativo, em constante diálogo com os desdobramentos que marcaram as discussões em torno da questão servil.

Capítulo 1

A CIDADE EM MOVIMENTO: ESPAÇO, ECONOMIA E POPULAÇÃO

1. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Em novembro de 1887, um interessante relato do destacado abolicionista Joaquim Nabuco dava notícia sobre a visita do literato português Ramalho Ortigão que, em sua companhia, chegou a Pernambuco manifestando o seguinte desejo: “Só quero que me mostre alguma igreja antiga”. Joaquim Nabuco logo procurou satisfazer o visitante, decidindo levá-lo a velha capital da província. “[...] e eu achei melhor em matéria de igreja e antiguidade levá-lo à Olinda, à cidade deserta do primeiro passado pernambucano”, afirma o autor, “e que, si o Recife por suas águas lembra Veneza, ela também lembra Piza pela sua desolação e abandono!”.⁴⁷

Muitos visitantes – não apenas estrangeiros – deixaram relatos sobre suas impressões da velha “vila duartina”, uma mistura de exaltação de suas belezas e sentimentos de frustração, melancolia, saudosismo. Seu passado “heróico” e “glorioso”, em contraposição a um “presente” de crise, decadência, era parte integrante das poesias, dos relatos de viajantes, das autoridades locais e provinciais. No século XIX, Olinda não era mais o centro dinâmico de Pernambuco. Teria sucumbido em detrimento *a hegemonia do Recife*.

Para melhor compreendermos tal situação, voltaremos nosso olhar para o início de sua história. Sua cidade foi construída dentro da lógica da colonização da América, “acompanhada por gestos simbólicos que ressaltavam a relação entre o ato e a conquista da terra por intermédio das armas [...]”.⁴⁸ Tal espaço urbano trazia em seu cerne a concepção de “cidade-fortaleza”, com edificações que simbolizavam a presença da Coroa Portuguesa, demonstrando a efetivação de seu poder. Não poderiam faltar também os fundamentos da Igreja Católica, já que a colonização guiava-se pela conjunção de dois elementos básicos: a cruz e a espada.

A cidade que se erguia no início da colonização, pouco mudara até pelo menos a primeira metade do século XIX. As construções de Olinda “se erguiam igualmente sobre

⁴⁷ GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionario Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, vol. 1. p. 454.

⁴⁸ RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do Espaço Urbano Colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em Tempo de Conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. p. 165.

colinas, em um plano muito acima do mar. A vila era protegida por fortificações que seguiam a linha da praia, entre o oceano e a parte inferior das encostas”.⁴⁹

No período colonial, a cidade representava o centro do poder político e financeiro da Capitania, atraindo pessoas das mais diversas origens e ocupações. A “açucarcracia” exercia sua hegemonia sobre as outras localidades circunvizinhas. “Olinda era uma pequena Lisboa, dizia Brandônio*. A riqueza e a exuberância da região atraíam colonos de diversos pontos do litoral nordestino”.⁵⁰ Até mesmo alguns governadores que deveriam se instalar em Salvador, passavam mais tempo em Olinda que no centro administrativo da colônia, como D. Diogo de Meneses e Diogo Botelho.⁵¹ A prosperidade rondava Olinda nestes tempos.

No entanto, sua prosperidade transformou-se, no século XIX, em apenas uma lembrança dos tempos coloniais. Talvez, o que mais tenha permanecido como suporte simbólico da sociedade no decorrer dos séculos foi a presença marcante da Igreja, tanto em seus fundamentos ideológicos quanto arquitetônicos. Mas vale lembrar que ambos não permaneceram ilesos às agruras do tempo. Sua trajetória, desde os primeiros tempos de colônia até o fim da escravidão, foi marcada por ambigüidades e acomodações ao regime vigente. Evangelização e escravidão andaram juntas no decorrer do processo de expansão do cristianismo no Brasil.⁵² Na América como um todo, observamos que “os intelectuais da Igreja sempre cuidaram de justificar a escravidão negra, ora alegando, à moda de Aristóteles, a potencialidade de certos indivíduos para servir, ora vinculados a triste existência da escravidão à natureza decaída da humanidade após o pecado original”.⁵³

Já nas primeiras décadas da colonização, encontramos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos construindo suas igrejas e conventos espalhados pelo espaço urbano de Olinda. Tal presença marcou não apenas a paisagem urbana da cidade, mas, principalmente, a vida religiosa e da própria escravidão. Quando, na segunda metade do século XIX a posse de escravos em Pernambuco parecia privilégio de poucos, as ordens religiosas mantinham em seu poder somas contraditórias ao próprio discurso emancipatório

⁴⁹ RAMINELLI, op. cit. p. 165.

* Essa expressão refere-se a um dos diálogos entre Brandônio e Alviano, no qual o primeiro afirmara que: “[...] Dentro da vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda a sorte, em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena. Cf.: BRANDÃO, Ambrosio Fernandes, ca.1560-ca.1630. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Organização e Introdução de José Antonio Gonsalves de Mello; prefácio de Leonardo Dantas Silva. 3ª edição integral segundo apógrafo de Leiden. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997. p. 32.

⁵⁰ RAMINELLI, op. cit. p. 167.

⁵¹ Idem.

⁵² Cf. HOORNAERT, Eduardo. A Igreja Católica no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1998. V. I.

⁵³ VAINFAS, Ronaldo. Escravidão, Ideologias e Sociedade. In: CARDOSO, Ciro F. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*. pp. 49-50.

desencadeado pela Igreja após a Lei de 1831, que abolia o tráfico de escravos para o Brasil – lei esta que ficou só no papel. Mas, não só o clero regular trazia em seu cerne a célebre ambigüidade da evangelização e cativo, pois o clero secular, espalhados pelas paróquias e no próprio Seminário de Olinda, não abria mão da posse de escravos, mesmo de um ou dois para servi-los em suas necessidades diárias. A Igreja também exercia poder na organização espacial das diversas regiões do país, quando subdividas em freguesias.

Em Olinda, o seu núcleo urbano – no fim do século XIX – estava dividido da seguinte forma: a freguesia da Sé – com sua igreja matriz, denominada *São Salvador do Mundo* – e a de São Pedro Mártir, anexada a primeira no final do século.⁵⁴ Mais ao norte, passando por diversas praias (como Janga, Pau Amarelo, Maria Farinha), e interior (com matas, rios e engenhos) estava outra freguesia, a de Nossa Senhora de Maranguape, atual município de Paulista.⁵⁵ Assim, percebemos que a Olinda do século XIX era muito maior que o município atual, ocupando um vasto litoral e áreas de difícil acesso para as autoridades locais, ideal como esconderijo para escravos fujões.⁵⁶

No entanto, é interessante observarmos como um perímetro urbano relativamente pequeno e com limites naturais aparentemente intransponíveis – colinas, montes, matas, mangues – pode acomodar uma diversidade arquitetônica religiosa tão intensa na paisagem da cidade. São mais de vinte edificações religiosas, entre igrejas, capelas e conventos,⁵⁷ além de outras construções espalhadas por seus arrabaldes.

Contudo, o que parecia representar os simbolismos da onipresença da Igreja no espaço urbano do “antigo burgo duartino”, já dava sinais de enfraquecimento e abandono no século XIX. Apesar das festas e outros eventos que contribuía para a conservação das igrejas, muitas destas se encontravam mal conservadas ou mesmo em ruínas, como, por exemplo, o convento dos carmelitas. Mas tal situação não resultou apenas dos efeitos destrutivos do tempo. Várias questões contribuía para a situação de quebra da hegemonia da instituição, entre eles, os conflitos entre a Igreja e o Estado Imperial, como também, a sua posição diante do processo de emancipação dos escravos.

⁵⁴ Série: Assuntos Eclesiásticos (AE – 17, p. 240, 1876).

⁵⁵ NOGUEIRA, Severino Leite. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: FUNDARPE, 1985. p. 73.

⁵⁶ Cf.: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

⁵⁷ GALVÃO, op. cit., pp. 455 – 464, vol. 1.



Fig. 1. Carta Chorographica do Estado de Pernambuco, detalhe.

A inversão ideológica da Igreja em relação à questão servil, não convenceu os contemporâneos mais engajados no processo, acirrando-se os ataques de vários setores da sociedade, principalmente abolicionistas, como o próprio Joaquim Nabuco.⁵⁸ Humanitarismo e piedade cristã ganharam um novo sentido, agora direcionados a questão da emancipação do cativo. Evidentemente, não faltaram ambigüidades no processo, principalmente no que se refere aos choques entre as medidas impostas de cima e as práticas cotidianas dos clérigos, tanto regulares quanto paroquianos.

Ao mesmo tempo em que as ordens religiosas seguiam os rumos tomados pelo Estado sobre a questão servil, estas sofriam com a pressão do governo Imperial, que visava subtrair as riquezas por elas acumuladas. Não faltaram, também, intrigas internas, onde as ordens se abalavam por dentro, em disputas pelo controle dos bens da congregação – como foi o caso dos Carmelitas de Olinda e a Casa Capitular da Bahia – e as contradições diante da emancipação do cativo.⁵⁹

A Igreja via seus símbolos de poder ruírem diante das pressões de um tempo marcado por grandes transformações, que abalaram todas as estruturas da sociedade. No entanto, se instituições como a escravidão e a monarquia não resistiram aos ataques fulminantes dos “novos tempos”, a Igreja seguiu a diante – mas, sem dúvida, fortemente abalada. O início do século XX foram tempos de reforma e reestruturação de suas bases, agora sem a intervenção e proteção do Estado.

Já a inversão hegemônica entre Olinda e Recife se acentuou no início do século XVIII, consolidando-se em 1827, quando a primeira perdeu seu posto de capital da Província de Pernambuco. Neste percurso, configura-se, no decorrer do século XIX, principalmente, a inversão simbólica da cidade de Olinda. Na cidade “decadente” do século XIX – inabalavelmente “Duartina” - só restavam lembranças. Lembranças de um passado “glorioso”, posto abaixo com a expulsão dos holandeses e, principalmente, após a Guerra dos Mascates. Contudo, as ligações entre as duas cidades iam além das “rivalidades”, tão cantadas em “verso” e “prosa” até os dias de hoje.

Em oposição aos simbolismos que foram construídos sobre Olinda nos primeiros tempos de colonização, no século XIX a cidade é reconstruída sobre outros signos, regados de “saudosismo” e “melancolia”, “tranqüilidade” e “abandono”, como nos relatos de inúmeros

⁵⁸ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1988.

⁵⁹ Voltaremos a estes embates no Capítulo 3.

viajantes do começo deste século.⁶⁰ Sua economia não era mais a mesma dos “tempos coloniais”, período de seu “apogeu”, e que durante muito tempo (talvez até hoje) carregara o fardo de não mais trazer os ares de antiga capital e centro dinâmico da Província. Muitas autoridades – e muitos autores – contribuíram para a construção de uma história da cidade carregada de “melancolismo” e “desolação”, com ênfase em sua “decadência” em oposição a ascensão de sua maior “rival”: o Recife.⁶¹ Mas, na segunda metade do século XIX, mudanças trouxeram alguma movimentação a antiga cidade duartina, como anunciavam os jornais e relatos bem humorados de Mário Sette:

Viva o progresso! O assentamento dos trilhos da via férrea de Olinda faz-se com rapidez. A locomotiva já caminha até a pontezinha de João de Barros, além da capela. No fim desta semana chegará à encruzilhada de Belém e até o fim do mês alcançará os Arrombados. Antes de findar junho fará ouvir seu apito civilizador nas fraldas da pitoresca Olinda.⁶²

A cidade – que nascera encravada nos montes e colinas próximas ao litoral – ganhara novos ares a partir da década de 1840, percebendo-se os primeiros sinais de mudança, com a abertura de novas estradas que a ligavam a Recife (1844) e com a instalação dos bondes de burro (1841),⁶³ contribuindo para uma maior aproximação entre estas duas cidades. Pessoas iam e viam a todo o momento, pelos caminhos irregulares e mal conservados da “antiga capital”, seguindo por rios, mangues e matas, fosse a pé, a cavalo, de mula ou de canoa, quando não era possível ingressar nas novidades dos transportes. A cidade que dispersava gente, também tinha suas estratégias para atrair pessoas das várias localidades circunvizinhas, pelo menos em tempo de festa e veraneio.

Estes caminhos, que ligavam Olinda a seus arrabaldes e a capital, traziam alguns inconvenientes aos seus habitantes, pois estes dependiam principalmente do transporte das

⁶⁰ Muitos autores destacaram não apenas a sua tranqüilidade, como também seu aspecto solitário, decadente, despovoado, etc., ao mesmo tempo em que realçaram suas belezas naturais e a presença marcante da arquitetura religiosa. Cf.: GARDNER, George. *Viagens no Brasil* e HENDERSON, James. *History of Brasil: comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal Inhabitants*. In: MAIOR, Mario Souto; SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A Paisagem Pernambucana*. Recife: FUNDAJ – Ed. Massangana. Gov. do Estado de Pernambuco/Sec. de Educação, Cultura e Esportes, 1993; GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil (e uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823)*. Londres, 1824; reedição: São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956; TOLLENARE, L.F. *Notas Dominicais Tomadas durante uma Viagem em Portugal e no Brasil, 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Progresso, 1956; KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2002.

⁶¹ Sobre o cotidiano da cidade, ver a série: *Câmaras Municipais – Olinda* (APEJE) e *Ofícios e Documentos da Câmara de Olinda* (Arquivo Municipal de Olinda); ver também: BONALD NETO, Olimpio. *Palco e palanque: contribuição a crônica pitoresca de Olinda*. Prefeitura de Olinda; Depto. de Comunicação da Secretaria, 1988.

⁶² SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do recife antigo*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 115.

⁶³ SILVA, Luiz Geraldo. *A Faína, a Festa e o Rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX)*. Campinas: Papirus, 2001, p. 152.

canoas – pelo menos até o final do século XIX – que levavam água, pessoas e produtos em geral. No entanto, a partir de 1870, inaugurou-se um novo transporte urbano que veio a dinamizar o cotidiano da cidade. Eram os pequenos trens da *Companhia Trilhos Urbanos*, popularmente chamados *Maxambombas*. De uma estação do Recife (na rua da Aurora, esquina com a rua Princesa Isabel), partia as locomotivas, passando pelas estações:

[...] do Príncipe (esquina da rua do Príncipe com a rua Gervásio Pires), de João de Barros, do Espinheiro, da Encruzilhada. Da Encruzilhada partia um ramal para Beberibe, fazendo estações em Ponto de Parada, Estrada Nova, Água Fria, Fundão, Porto da Madeira e findando em Beberibe, donde regressava. Seguindo da Encruzilhada para Olinda, passava pelo Hipódromo, Campo Grande, Salgadinho, Duarte Coelho, Santa Tereza, Varadouro, Milagres e Carmo, onde havia a estação terminal, na praça do mesmo nome.⁶⁴

Os “ônibus”⁶⁵ e as canoas deixaram de ser os principais transportes da região, dando lugar ao “apito civilizador” da Maxambomba. Percebemos, a partir daí, que a cidade se renovara, atraindo mais e mais pessoas, na época de veraneio ou em tempo de festa. Mais tarde, muitas pessoas passaram a se mudar para o lugar, em meio a crescente especulação imobiliária. Tais transformações resultaram não apenas da implantação da *via férrea*, mas da conjunção entre esta e os dois maiores atrativos da cidade na época: as festas religiosas e os banhos de mar.

⁶⁴ PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura. Recife: 1978. pp. 115-116.

⁶⁵ Segundo Mário Sette, “a primeira condução coletiva puxada a muar, no Recife, foi a diligência, que se chamou também ônibus. Puxado por quatro cavalos e tendo, às vezes, dois andares. O de cima apreciado nas noites de luar ou tardes de verão [...]. Em 1847 publicava-se uma lei contratando o serviço de ônibus entre Recife e Olinda logo que estivesse concluída a ponte da Tacaruna; e de fato estabeleceu-se esse transporte, que somente cessou em 1871, quando para aquela cidade se inaugurou o tráfego dos trens da Cia. Trilhos Urbanos. Já na época dos bondes de burros que chegavam até o Asilo, em Santo Amaro, tentou a própria empresa uma ligação, por meio de diligências, entre aquele ponto terminal e o Varadouro. Publicaram-se horários em correspondência com os dos bondes, mas não se ofereceram vantagens reais e depressa as diligências deixaram de correr”. SETTE, op. cit., p. 89.



Fig. 2. Bonde de Burro, Recife, século XIX. Coleção Allen Morrison



col. Allen Morrison

Fundão, Beberibe

Fig. 3. Trilhos Urbanos do Recife a Olinda e Beberibe, século XIX. Coleção Allen Morrison.

Mário Sette destacou em suas obras este momento da história de Olinda, uma “revolução social” apresentada com muito bom humor. O calor do verão e as festas atraíam a atenção de muita “iaia” de outras localidades, que buscavam convencer os pais a passar um tempo naquela cidade:

- [...] O Antunes me disse hoje que se eu quisesse ir passar a festa no Monteiro me cedia uma casinha que alugara. Não pode ir porque tenciona embarcar para Lisboa em novembro. Até razoável o preço: 500\$000 pela temporada.

- Ora, no Monteiro! Esse arrabalde já passou da moda. Tão triste! Eu preferia Olinda. Tem mais graça... Tia Sunça vai para lá com as meninas.⁶⁶

Os “banhos salgados” de Olinda atraíam um grande número de pessoas para suas praias, que se estendiam por um vasto litoral. As mais procuradas ficam nas proximidades do centro urbano, em meio ao cotidiano dos pescadores e jangadeiros da região. A missa, as festas e os banhos salgados ganharam um grande impulso com os trilhos urbanos. E nos jornais, anúncios evidenciavam esses novos tempos. Dinamizavam-se os diversos negócios, direta ou indiretamente envolvidos, como imobiliários e vestuário:

Na cidade de Olinda, praia de S. Francisco, tem uma casa de pedra e cal preparada para alugar-se ou vender-se, perto do banho e da missa [...], perto da estrada de estação da maxambomba. Quem pretender a ela em quanto tempo é tempo [...].

Aluga-se uma excelente casa na rua do Carmo em Olinda, acabada de nova ou pelo tempo de festa para os banhos salgados ou por ano [...].

Atenção – Retalha-se [...] alguns lotes de terrenos, que restam, no sítio Aguasinha, em Beberibe, por preços razoáveis. A posição topográfica do terreno muito o recomenda, sobretudo por ficar próximo da estação projetada da via férrea [...].

Para os Banhos de Olinda – Lindos costumes de lã enfeitados próprios para banhos, chegados pelos últimos vapores, vendem-se na loja do Barateiro a rua da Imperatriz, n. 32, pelo baratíssimo preço de 15\$000!!!⁶⁷

Os tais banhos salgados ganharam fama, também, por suas qualidades “medicinais”, receitados por médicos de famílias e requisitados por muitas “iaias”, que desejavam aproveitar o verão nas belas praias de Olinda. Os versinhos populares davam notícia da novidade:

⁶⁶ SETTE, Mario. *Maxambombas e Maracatus*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

⁶⁷ Diário de Pernambuco, 08 de outubro de 1870, 02 de janeiro de 1871 e 01 de outubro de 1870, respectivamente.

Hoje os tais banhos salgados
 Estão na ordem do dia
 Servem para hipocondria,
 Pra dores do coração,
 Pra qualquer forte emoção,
 Para dores de barriga
 Feitiço, olhado, estupor,
 E também é de supor
 Para as chamadas caseiras:
 Sarnas, mazelas, gafeiras...⁶⁸

É época também de Teatro, e Olinda já possuía o seu. “Grandes e variados espetáculos” eram anunciados no principal jornal da capital, com acrobatas, cenas cômicas e jovens artistas. Em 1870, o Diarrio de Pernambuco anunciava mais um espetáculo que alegrava a população da cidade, com a participação do artista Flaviano, que cantaria a “bem conhecida ária: Meu Yoyo Você me Mata”.⁶⁹

Este momento trouxera uma maior movimentação para a cidade, favorecendo, inclusive, o “ir” e “vir” daqueles que queriam circular clandestinamente pelas ruas, ladeiras e demais esconderijos da região. Ou mesmo, se utilizar de outros artifícios, misturando-se a população mestiça livre e escravos de outras localidades, que acompanhavam seus senhores. Como se vê, a cidade crescia também em habitantes, temporários ou não. E, com isso, a Companhia de Trilhos Urbanos parecia demonstrar grande ânimo com a instalação do novo transporte, investindo na modernização do sistema e também atendendo a alguns dos pedidos que vinham dos consumidores:

VIA FÉRREA PARA OLINDA – Acendendo as justas reclamações do crescido número de habitantes da cidade de Olinda, a diretoria da companhia de trilhos de ferro para esta cidade resolveu abrir a assinatura mensal de passagens, não só para aquele ponto, como para todos os intermediários, com a redução de 15% do valor total. É digna de louvor tão acertada medida.⁷⁰

Um grande negócio estava em vista, e a empresa não tardara em dar atenção ao crescente público da região. Segundo um anúncio redigido pela empresa e divulgado no Diarrio de Pernambuco em 19 de outubro de 1870, esta teria recebido:

[...] pelo vapor inglês *Gladiator*, todos os trilhos necessários ao interior da estação do Varadouro, e deve receber pelo *Hermione*, saído de Liverpool a 16 de setembro, quatro carros de 1ª ordem, e pelo *Wide Wave*, saído a 26, quatro carros de 2ª ordem e uma locomotiva. Passageiros desta linha nos pedem para lembrar à respectiva diretoria: que faça executar o regulamento na parte relativa a proibição de se fumar nos vagões reservados às famílias, e alterar a hora da partida do trem de 5 para 4 e meia da tarde.⁷¹

⁶⁸ SETTE, Mario. *Arruar*: história pitoresca do recife antigo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 117.

⁶⁹ Diarrio de Pernambuco, 08 de outubro de 1870.

⁷⁰ Diarrio de Pernambuco, 18 de outubro de 1870.

⁷¹ Diarrio de Pernambuco, 19 de outubro de 1870.

Em 1871, a Câmara de Olinda anunciava ao governo provincial este importante momento em que a cidade passava, aproveitando para lembrar os problemas que a mesma ainda apresentava, e a necessidade de melhoramentos:

[...] É atualmente notável o impulso que tem dado a esta antiga Capital os trilhos urbanos do Recife a Olinda, já com relação a sua animação, até bem pouco tempo sem vida, em quase completo silêncio, já quanto aos seus prédios, que hoje são alugados por alto preço, e em outras condições de aceio; parecendo que uma bem auspiciosa época vai-se abrindo para esta antiga e gloriosa Capital de Pernambuco. Nos domingos e dias santificados, causa admiração como é esta cidade visitada por um concurso imenso de pessoas, que vem admirar-se das belezas naturais, e raríssimas, que a circunda, assim como observar os despojos de seus antigos e históricos monumentos.

Com a intensa movimentação que vivia a cidade, principalmente com as maxambombas, a Câmara aproveitava para fazer não apenas propagandas dos novos tempos, mas, também, lembrar ao governo provincial dos antigos problemas da cidade. Aterros para o melhoramento da linha férrea, canal para o esgoto das águas do rio Beberibe, etc. Eram tempos, também, de barganhar verbas e outras providências das autoridades da Província. Tais obras, afirmava a Câmara:

[...] além de trazer a grande vantagem pelo lado higiênico, acabando com os miasmas que se desenvolvem nas estações calmosas, pelo lamaçal que fica naquele lugar nas ocasiões das vazantes da maré, e torna por isso assaz insalubre esta localidade, virá a formar uma vasta praça que por certo tornará ainda mais bela a entrada desta cidade, hoje toda cheia do prenúncio de grandes prosperidades.⁷²

Mas, tal “prenúncio” que a modernidade trazia não alcançava a grande parcela da população, restando a muitas pessoas – que não possuíam os “requintes” e recursos para freqüentar determinados melhoramentos e ambientes sociais – recorrer às antigas práticas de um cotidiano em constante transformação, ainda mais acelerado com a chegada do “progresso”. As canoas, evidentemente, não saíram totalmente de cena, além do que, a grande parcela da população livre e escrava continuava a recorrer às velhas e sempre presentes caminhadas a longas distâncias, em busca da subsistência.

Um exemplo das dificuldades do dia-a-dia enfrentadas por essa parcela da população, refere-se ao grande problema da época: a falta de água potável. A história da ligação entre o abastecimento de água do Recife a partir de Olinda foi inúmeras vezes relatada pelos viajantes que passaram pela região, a exemplo do diplomata inglês James Henderson, que esteve no Brasil entre 1819 e 1821, descrevendo o sistema da seguinte forma:

⁷² Câmara de Olinda (CM) – 60, Fl. 266, 09 de fevereiro de 1871.

[...] Os habitantes [do Recife] bebem água principalmente do rio Beberibe, coletada de um açude em Olinda, formada por uma espécie de barragem chamada Varadouro, que impede o avanço da maré e acumula água fresca. Este quebra-mar, que também serve como uma ponte para Olinda, é em parte coberta por uma bela arcada, sob a qual a água passa através de tubos circulares e nas outras partes por grandes e quadrados canais, apresentando ao todo vinte e quatro bicas, por onde a água sai em jato, formando agradáveis cascatas. Daqui é transportada por canoas cobertas para o abastecimento do Recife.⁷³

Sua descrição minuciosa nos mostra como o mecanismo de abastecimento da cidade se encontrava bem estruturado já nas primeiras décadas do século XIX. Contudo, devemos destacar que esta estrutura nem sempre foi suficiente e satisfatória à cidade de Olinda, devido à ação do tempo e de sua má conservação. A questão da água potável e sua importância no cotidiano da população local foi amplamente documentada pela Câmara de Olinda, assim como, as grandes dificuldades por qual passavam seus habitantes.

A importância do rio Beberibe para a cidade – como principal fonte de água potável para a sua população e regiões circunvizinhas – aparece de forma até exaustiva na documentação da Câmara, enviada as autoridades provinciais. Como por exemplo, o “arrombamento” de encanamentos, misturando-se a água salgada a do rio; o calor do verão, causando secas; obras ineficazes; poluição. “Um dos grandes males com que luta esta cidade”, afirmava a Câmara, “é sem contradição a falta d’água potável”.⁷⁴ Esta foi, sem dúvida, uma questão que persistiu durante toda a segunda metade do século XIX, evidenciado pelos inúmeros ofícios encaminhados pela Câmara de Olinda ao Presidente da Província.

Para resolver o tão emblemático problema da água, o governo provincial mandou construir um encanamento entre o rio Beberibe e Olinda. Mas tais melhoramentos estavam longe de resolver esta questão. Em 1868, um ofício relatava que tal obra mandada fazer pelo governo da Província não tinha correspondido a sua expectativa. As águas não chegavam às torneiras, e a população via-se “forçada a tirar água dentro da vala, onde pela falta de polícia fluvial”, se banhava e lançava “imundices”. No inverno a situação tornava-se ainda pior, período em que comumente desmoronava-se a dita vala, “avistado seu estado”.⁷⁵

E, ao que parece, muitas vezes a questão da água virou caso de polícia. Além das repreensões aos “banhos” e “imundices” lançadas ao rio, a população, a partir de 1871, ficaria submetida aos rigores da lei, caso contrariassem os interesses públicos em proteger e manter a

⁷³ HENDERSON, James. History of Brasil: comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal Inhabitants. In: MAIOR, Mario Souto; SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A Paisagem Pernambucana*. Recife: FUNDAJ – Ed. Massangana. Gov. do Estado de Pernambuco/Sec. de Educação, Cultura e Esportes, 1993, p. 109.

⁷⁴ Câmara de Olinda (C.M. - Vol. 52, Fl. 143). Arquivo Público Estadual de Pernambuco (APEJE).

⁷⁵ CM – 56 (1868), Fl. 168.

qualidade do Beberibe. *Posturas Municipais* foram criadas, mas dificilmente obedecidas em sua totalidade:

Art. 2º. Fica proibido:

Par. 1º. Lançar-se como despejo qualquer objeto que corrompa as águas do rio Beberibe em todo o seu curso; os infratores serão punidos com a multa de 10\$000 reis, ou oito dias de prisão, e o dobro nas reincidências.

Par. 2º. A lavagem de roupa no mesmo rio das seis horas da tarde as sete horas da manhã; os infratores serão punidos com a multas de 6\$000 reis, ou três dias de prisão, sendo o dobro nas reincidências.

Art. 3º. Fica proibido em todo o curso do rio Beberibe, derrubar-se e inutilizar-se por qualquer modo, as árvores que, em suas margens, lhe sombreiam as águas; os infratores serão punidos com a multa de 20\$000 reis, ou oito dias de prisão, e o dobro nas reincidências.⁷⁶

Era difícil mudar os costumes e práticas cotidianas da população local, que se utilizava de diferentes formas do meio em que viviam, como do corte de árvores para a produção de carvão, aterramento das áreas próximas ao rio – com objetivos diversos – e até na lavagem de roupas – feito tanto por mulheres livres quanto escravas – que tanto caracterizara a fisionomia do Beberibe no decorrer dos séculos. Muitas dessas práticas contribuíram para o uso desmedido das águas, principalmente com o aumento da população ribeirinha no decorrer do século XIX.

Cada vez mais a sujeira dificultava o acesso à água de boa qualidade, prejudicando o seu consumo. Também a lavagem de roupa – que marcou por séculos a rotina no rio – tinha suas responsabilidades, como afirma Marcus J. M. de Carvalho, pois esta “tinha o mesmo efeito” em relação a poluição. Além do que, “era na povoação do Beberibe, onde se lavava a maior parte das roupas da cidade. Muitas dessas lavadeiras eram inclusive escravas. Estavam onipresentes nos anúncios dos jornais na primeira metade do século passado, quando tanto poderiam trabalhar para uma só casa, como viver do ganho”.⁷⁷

As *Posturas Municipais* – citadas anteriormente – visavam regularizar as práticas cotidianas dos usos das águas do Beberibe, em sintonia com o projeto de instalação da *Companhia Santa Tereza*, empresa que viria a ser responsável pelo abastecimento da cidade. É um momento de evidente choque de visões e interesses, entre a modernização do sistema e as práticas cotidianas de uma população que construía suas próprias estratégias contra o problema da água.

Percebemos, assim, que o “costume vigorava num contexto de normas e tolerância sociológicas. Vigorava igualmente na rotina cotidiana de ganhar o sustento. Era possível

⁷⁶ CM - 60, Fl. 292, 16 de novembro de 1871.

⁷⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001. p. 27.

reconhecer os direitos costumeiros dos pobres e, ao mesmo tempo, criar obstáculos a seu exercício”.⁷⁸ Contudo, cada vez mais as autoridades locais buscavam suprimir ao máximo qualquer idéia de direito “costumeiro” que contrariasse os interesses do “progresso”, fosse o corte de árvores ou mesmo a navegação pelo rio.

Como ocorrera em 1860, quando Antonio Noberto de Souza Lealdade fez um requerimento à Câmara pedindo autorização para construir uma barragem no Beberibe, com objetivo de regar a sua plantação de capim, em um sítio denominado Fundão. Estas plantações faziam parte da economia de muitos agricultores da região, que pagavam, inclusive, um imposto específico sobre a produção.⁷⁹

Sua prática – e possivelmente de tantos outros agricultores – não mais poderia ser tolerado em consequência destes novos tempos, de modernização e restrições aos usos da água. Isso porque, tais práticas prejudicavam a navegação no rio, justificativa esta utilizada comumente pelas autoridades. Essa mesma questão está presente no ofício datado de 22 de abril de 1869, quando o *capitão do porto* alertava às autoridades locais os problemas advindos da construção de valadas por donos de terrenos próximos ao rio, prejudicando a sua navegação.

E quando o Beberibe era “impedido” de levar água a cidade, a população se abastecia de outras fontes na própria localidade, enfrentando as dificuldades do dia a dia. Mesmo com a construção do encanamento do rio Beberibe e a instalação da *Companhia Santa Tereza*, os problemas persistiram. Bicas, cacimbas e chafarizes públicos eram as verdadeiras fontes de suprimento de água para os moradores da cidade. Já a população de seus arrabaldes dependia dos rios mais próximos ou mesmo de valas que eram abertas para a retirada de água do Beberibe, ligando-o a outros povoados.

Era um cotidiano marcado não apenas pela presença de pessoas livres pobres, mas também, de escravos, que lavavam roupa, carregavam água a longas distâncias e, é claro, se divertiam entre banhos e brincadeiras. A concepção de *direito comum*⁸⁰ ao uso das águas dos rios, também fazia parte do cotidiano dos escravos tanto da cidade, quanto dos subúrbios, possivelmente dividido entre os conflitos e restrições do regime escravista e dos embates com os usuários livres. Os escravos também procuraram se aproveitar dos limites e das brechas da

⁷⁸ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 89.

⁷⁹ CM – 44, Fl. 187.

⁸⁰ Segundo Thompson, o *Direito Comum* “[...] é um vocabulário sutil e às vezes complexo de usos, reivindicações de propriedade, hierarquia e acesso preferencial a recursos, adaptação às necessidades, que, sendo *Lex Loci*, deve ser investigado em cada localidade e não pode ser jamais tomado como ‘típico’”. THOMPSON, op. cit. p. 124.

ordem senhorial, procurando, como os livres, exercer o *direito* sobre os usos dos recursos disponíveis para a sobrevivência e exercício do trabalho. Este cotidiano, que muito caracterizou a vida dos escravos e dos pobres livres na Olinda do final do século XIX, também foi retratado por Mary Karash, ao referir-se ao Rio de Janeiro, afirmando que:

[...] nos subúrbios, outros escravos tinham de obter água de poços e rios próximos e carregá-los por longas distâncias; ou, se não fosse a água, era a roupa para lavar. [...] As lavadeiras faziam caminhadas diárias às fontes para bater e esfregar as roupas de seus senhores em pedras, torcê-las e espalhá-las no capim para secar.⁸¹

As fontes também eram utilizadas como ponto de reunião de escravos e outras pessoas que conviviam com o problema da falta de água. Era o local ideal para as interações do cotidiano, colocando-se a conversa em dia, ou mesmo, “conspirando” contra um senhor. Mesmo com a existência destas fontes, a precariedade do abastecimento era latente. A Câmara Municipal insistia no problema, pressionando o governo a tomar providências, mas os resultados de sua empreitada foram, no geral, insatisfatórios. No verão, as poucas cacimbas e outras fontes secavam, “e por essa razão só com grande custo e dificuldade [...]” obtinha-se “água de má qualidade e por alto preço”. Devido a tal custo, a Câmara novamente insistia, recorrendo ao Presidente da Província:

[...] E como a Assembléia Provincial sem dúvida reconhecendo tão grande inconveniente consigna-se a quantia de dez contos de reis para abastecimento d’água para mesma cidade, esta Câmara vem rogar a V. E. se digne e tomar em consideração o expensioso afim de que desapareça tão terrível flagelo.⁸²

Ao que parece, os melhoramentos trazidos com a modernização do abastecimento de água na cidade pouco agradara a população local, ao mesmo tempo em que as práticas e usos costumeiros não davam sinais de grandes mudanças. Além do que, a situação da população mais carente, que não podia se dar ao luxo de comprar água de melhor qualidade nos tempos mais difíceis – principalmente no verão –, tinha que contar com aquelas fontes mais próximas e que estavam presentes, muitas vezes, desde os tempos coloniais.⁸³

Quando, em inúmeras vezes, o encanamento do rio Beberibe para a cidade apresentava algum problema – como o “arrombamento” que ocorreu em 1862, misturando-se a água do rio com a salgada – a população ficava a mercê das possíveis obras de reparo da *Repartição de*

⁸¹ KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000. pp. 103-104.

⁸² CM – 52, Fl. 151, 8 de julho de 1865.

⁸³ CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do Salvador do mundo: (biografia da cidade)*. [S.l]: Asa Pernambuco, 1986. pp. 127-133.

Obras Públicas – tão requisitados pela Câmara. Recorriam, então, a uma “pequena fonte d’água potável denominada Bica do Rosário”.⁸⁴ Talvez não seja à toa que existisse um povoado nesta época denominado “Arrombados”, mais tarde chamado Duarte Coelho.

A Bica do Rosário existia desde o século XVI – assim como outras fontes e cacimbas abertas por seus governantes –, conservando-se no decorrer do tempo. Sua importância no cotidiano da cidade era tanta que, quando danificada, trazia grandes inconvenientes à população. Tanto que o Imperador D. Pedro II, em sua visita em 1859 à cidade, deixou um conto de reis destinado aos reparos da mesma fonte, dinheiro este que custou a ser aplicado em seu objetivo principal.⁸⁵

Os embates do cotidiano continuaram, mesmo com a instalação de uma empresa responsável pela regularização do abastecimento. Não que a população resistisse às mudanças dos novos tempos – isso também pode ter acontecido –, mas, principalmente, à “violência” com que estas inovações eram implantadas, além de seus próprios limites de alcance e eficiência. Com a implantação do novo sistema de abastecimento pela *Santa Tereza*, os choques de interesses ficaram evidentes. De um lado, a empresa, que visava a modernização do sistema, e do outro, os usos costumeiros dos recursos disponíveis dos rios, valas, cacimbas e bicas pelos habitantes da região, tanto livres quanto cativos.

Mas, bem antes da instalação da empresa, a Câmara de Olinda havia há muito requisitado, junto ao Governo Provincial, a construção de um sistema regular de abastecimento. O Recife não mais dependia das águas transportadas por canoas que saíam de Olinda guiada por negros. Seu abastecimento fazia-se pela *Companhia do Beberibe*, instalada nesta cidade em 20 de dezembro de 1838.⁸⁶ Pela proximidade de suas instalações a Câmara apresentara inúmeras vezes as vantagens e possibilidades de se estender o sistema a cidade de Olinda, como bem demonstra o documento encaminhado em 26 de março de 1863 ao Presidente da Província:

Tendo geralmente reconhecida a falta d’água potável para abastecimento dos habitantes desta cidade e constando a esta Câmara haver V. Ex. mandado colocar uma peça d’água na fortaleza do Buraco vem esta Câmara rogar a V. Ex. que atendendo o expendido se sirva providenciar para que o encanamento das águas do Forte mencionado se estenda até o Varadouro sendo ali colocado um chafariz a que será de fácil e pouco dispendiosa execução pela proximidade em que se acha aquela Fortaleza do mencionado lugar.⁸⁷

⁸⁴ CM – 48, Fl.54, 18 de setembro de 1862.

⁸⁵ CM – 44, Fl. 178, 17 de agosto de 1860.

⁸⁶ SETTE, Mário. *Arruar*: história pitoresca do Recife antigo. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 214.

⁸⁷ CM – 49, Fl. 89, 26 de março de 1863.

As dificuldades eram muitas, mas, apesar do constante apelo em nome do “flagelo” em que se encontrava os habitantes da cidade, esta esperaria até 1870 para ter seu sistema de abastecimento regularizado – mas não resolvido. Ainda em 1867, a Câmara insistia na expansão dos encanamentos provenientes das construções da *Companhia de Beberibe*, mas sem grandes avanços.

No *Varadouro*, onde existia um dique natural que separava a água salobra da doce, local artificialmente modificado no decorrer dos anos para melhorar o abastecimento, era a principal porta de entrada da cidade, para quem vinha do Recife.⁸⁸ Tais melhoramentos, como o encanamento junto ao *Varadouro*, construído pelo Governo Provincial, não corresponderam às expectativas, continuando a cidade “a sofrer falta d’água, em conseqüência dos muitos arrombamentos que quase todos os dias se [...]” davam “nos aterros do mesmo encanamento”.⁸⁹

A Câmara insistia na expansão do encanamento por parte da *Companhia do Beberibe*, alegando que “muito dinheiro se pouparia [...], visto como, achando-se o encanamento [...] da Companhia em Santo Amaro e no forte do Brum ou Buraco, pouco custaria o seu prolongamento até [...]” a cidade. “Ter-se-ia”, segundo a Câmara, “uma obra duradoura e não estaríamos ainda hoje a sofrer por falta d’água”.⁹⁰ A idéia, desde sua elaboração, era estender o encanamento que se construíra na Fortaleza do Brum – fortificação esta localizada em uma das entradas do Recife – até chegar por trás do Mosteiro de São Bento – no bairro dos Milagres – e dividindo “em dois braços seguindo um para o Varadouro e o outro para o largo do Carmo”.⁹¹ Mas tais considerações não foram colocadas em prática como se desejava, realizando-se tais melhoramentos apenas a partir de 1870.

Em 15 de outubro deste mesmo ano, a *Companhia Santa Tereza* instalou-se em Olinda, com o objetivo de abastecer a cidade – e seus arrabaldes – com água potável, com o intuito de regularizar e acabar com os problemas há muito vividos pela população.⁹² A empresa ficaria responsável, também, pela iluminação pública, a partir da construção de uma empresa de gás em terreno aforado pela Câmara.⁹³ Mas, ao que parece, a questão da água

⁸⁸ CARVALHO, op. cit. p. 27.

⁸⁹ CM – 55, Fl. 131.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ CM – 52, Fl. 143.

⁹² TOLEDO, Veríssimo. *Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco*. Recife: Empresa D’a Província, Typographia do Correio Pernambucano, 1870 (APEJE). 1871, p. 161.

continuou problemática, e a iluminação ineficiente. A situação foi retratada nos versinhos populares da época, que não perdoavam ninguém:

Olinda é a linda cidade
Que a todo mundo seduz
Mas de dia lhe falta água
E de noite lhe falta luz.⁹⁴

No Diário de Pernambuco, um anúncio anônimo chamava a atenção do “arrematante da iluminação pública” da cidade de Olinda, pelo desleixo com que o serviço era realizado por seus empregados, principalmente na parte alta da cidade. Queixava-se, o anunciante, da má iluminação da rua Nova, na qual “poucas noites tem os lampiões acesos”. Continuando sua denúncia, afirmava que, quando estes se encontravam acesos, era sempre por uma ou duas horas, ficando a rua às escuras no resto da noite, “como aconteceu nas noites de 17, 18 e 19 do corrente”. Finalizara a sua crítica de forma bastante persuasiva: “esperamos o devido remédio”.⁹⁵

Segundo Mário Sette, a cidade, que teve iluminação a gás carbônico com a instalação da empresa, retornara mais tarde a ser iluminada por lampiões de rua alimentada por querosene. “Uma volta ao passado”, afirma o autor. O problema da iluminação só veio a ser amenizado com a inauguração da iluminação elétrica, em 14 de julho de 1913.⁹⁶

Já sobre a água, a população continuou utilizando-se das tradicionais fontes públicas para o seu abastecimento, havendo, inclusive, denúncias de que a *Companhia Santa Tereza* teria mandado quebrar as antigas bicas da cidade, numa tentativa de acabar com tal prática.⁹⁷ A companhia, segundo o deputado Pinto Pessoa (1877), teria mandado fechar a *Bica do Rosário*, destruiu a *Bica dos Quatro Cantos*, “entulhou” a cacimba denominada *Poço do Conselho* – “cuja fonte servia ao pobre para lavar os seus andrajós” – e outra na praça do Carmo. Até mesmo a cacimba dos *Milagres* foi fechada, construindo-se um muro em sua volta, “para que o povo não se locupletasse do benefício da Providência!”.⁹⁸

Houve certa resistência dos habitantes do local em deixar de utilizar as águas das bicas, cacimbas e valas espalhadas pela cidade, mesmo quando a empresa insistia em impor a

⁹³ CM – 59, Fl. 268.

⁹⁴ CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do Salvador do mundo: (biografia da cidade)*. [S.l]: Asa Pernambuco, 1986. p. 132.

⁹⁵ Diário de Pernambuco, 21 de outubro de 1870.

⁹⁶ SETTE, op. cit. p. 287

⁹⁷ Idem, p. 132.

⁹⁸ CAVALCANTI, op cit. p. 133. A cacimba dos Milagres, que deu origem ao nome do bairro, tem sua denominação associado a uma lenda, pelo “fato de um boi ter encontrado, num período de rigorosa seca, justamente dentro de um mangal que então ali existia, uma fonte onde todo dia ia calmamente dessentendar-se”. p. 129.

modernidade à população, restringindo o acesso às fontes tradicionais. E, além do que, a empresa não conseguia convencer a população de sua eficiência, por motivos mais do que justos. Com isso, a Câmara percebia a importância de se preservar as fontes tradicionais para que a população não sofresse mais ainda com o problema – pelo menos até o total funcionamento do novo sistema –, assim como das valas e cacimbas que foram construídas nos tempos mais difíceis:

Com quanto já esteja contratado o encanamento d'água potável para esta cidade, julga esta Câmara conveniente a conservação da vala, no lugar do Varadouro, uma vez que fique em estado de perfeita limpeza e abundância, até a conclusão daquela obra; visto como é dali que os moradores desta mesma cidade se fornece, d'água na época atual do verão, em que por certo é ela mais difícil de ser encontrada.⁹⁹

Posteriormente, algumas dessas bicas foram recuperadas pelo município, a exemplo da Bica do Rosário, reconstruída em 25 de fevereiro de 1916. Cacimbas também foram reativadas, e funcionaram até pelo menos a primeira metade do século XX.¹⁰⁰ Isso demonstra como estas fontes permaneceram presentes no cotidiano e nas práticas da população local, mesmo quando o sistema de abastecimento já se encontrava ativado, não necessariamente em bom funcionamento. Hoje, algumas destas bicas ainda fazem parte da paisagem da cidade, não possuindo, contudo, a mesma importância de tempos passados.



Fig. 4. Praça do Carmo (1965). Ao fundo, a igreja do Carmo e em frente uma cacimba destinada ao abastecimento de água.

⁹⁹ CM – 60, Fl. 268/269, 1871.

¹⁰⁰ CAVALCANTI, op. cit. p. 133.



Fig. 5. Bica de São Pedro.

Devemos compreender, com isso, os costumes como território de conflitos e resistências, mesmo quando o caminho traçado pelos *usuários* fosse de reação ao “novo”, muitas vezes recorrendo-se às tradições para se manter direitos e privilégios não mais compatíveis com a modernidade. Recorrendo novamente a Thompson, consideramos que “os usos do direito comum estavam presos por um fio à árvore da tradição, e muitos estavam mais do que maduros, prontos para cair”. Mas em algumas áreas os usos do *direito comum* ainda constituíam papel imprescindível na subsistência de elementos da população.¹⁰¹

Choques eram inevitáveis, principalmente quando o racionalismo das autoridades – e outras forças maiores – tentavam impor as regularidades do sistema, mesmo quando visavam controlar a ira da natureza – arrombamentos de canos, soterramento de valas, invasão da maré no Varadouro – ou mesmo dos próprios excessos daqueles que se apropriavam dos recursos – barragens, aterramentos, a lavagem de roupas.

¹⁰¹THOMPSON, op. cit., p 144.

As lavadeiras eram presença garantida na beira dos rios, mesmo quando esta prática passara a ser vista como ameaça a qualidade do Beberibe. Pessoas subiam e desciam as várias ladeiras da cidade, entre ruas mal calçadas e de traçado bastante irregular, para suprir suas próprias necessidades ou a serviço de algum “patrão”. Já as casas mais abastadas possuíam suas próprias fontes ou, quando não, tinham seus recursos para pagar o alto preço da água. Ou mesmo, quando um grande proprietário de terras se apropriava e monopolizava rios e outras fontes naturais a seu domínio. Mas, mesmo assim, estes necessitavam do braço do trabalhador para subir e descer no dia a dia da labuta. Talvez, a expressão “lata d’água na cabeça” não poderia ser melhor aplicada ao cotidiano da cidade nestes tempos.

As águas, que muitas vezes simbolizavam as dificuldades do cotidiano, também traziam riquezas, cercada pela diversidade de vida que se esgueirava pelos rios, mangues, praias e matas, fornecendo às populações da cidade e seus arrabaldes recursos aparentemente inesgotáveis, desde peixes e crustáceos até matérias-primas para os inúmeros artesãos da região. O Beberibe – assim como o Capibaribe – não fazem parte apenas da paisagem de Pernambuco, são partes integrantes de sua história. Segundo Gilberto Freyre,

[...] são os dois rios mais cheios de tradições de Pernambuco. O Capibaribe mais dramático: mais ligado a engenhos grandes, a canaviais, a senzalas, aos horrores da escravidão, ao abolicionismo, a crimes, a cheias, a raptos de moças, a revoluções. O Beberibe mais lírico: ligado menos a engenhos grandes que sítios e baixas de capim; que a troças e banhos de estudantes de Olinda; que a passeios alegres de rapazes do Recife com atrizes, cantoras e cômicas. Um desses rapazes diz a tradição que foi Castro Alves.¹⁰²

Assim, entre rios, igrejas, coqueiros, jangadas, cajueiros e montes, circulavam a população de Olinda, além daqueles que iam e vinham pelos demais caminhos que levavam à cidade. Homens pescando pelos mangues – “negros velhos pegando caranguejo pela lama também preta”¹⁰³ –, pelos rios e por um litoral grandioso. Circulavam também escravos, trabalhando em nome de um “patrão” – ou em seu próprio benefício – ou mesmo com objetivos diversos daqueles combinados com o senhor, refugiando-se por esconderijos bem distantes do olhar vigilante das autoridades. A mesma água que trazia vida, poderia trazer também liberdade.

¹⁰² FREYRE, Gilberto. *Olinda: 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944. pp. 27-28.

¹⁰³ Idem, p. 24.

2. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ESCRAVIDÃO

A cidade de Olinda – e seus subúrbios – se apresentava, na segunda metade do século XIX, ora como ponto de partida, ora como ponto de chegada de escravos, que fugiam, trabalhavam e se divertiam nas festas e outras eventualidades. Cativos iam ao Recife vender, se alugar ou se esconder, ocorrendo também o caminho inverso. A proximidade com a capital da Província contribuiu para que o “ir” e “vir” de pessoas em suas atividades diárias se transformasse em alternativa de sobrevivência para aqueles que não queriam – ou não podiam – romper definitivamente com o meio em que viviam, utilizando-se da migração sazonal para regiões próximas a seu lugar de origem.

Para muitos funcionários do governo e outros trabalhadores livres que conseguiram alguma ocupação na capital, Olinda ia aos poucos se transformando em cidade dormitório para aqueles que mudaram de local de trabalho, mas não de moradia. No entanto, as atividades, a disciplina e o tempo não funcionavam da mesma forma para os trabalhadores pobres e escravos que não estavam inseridos neste universo oficial, pois possuíam sua própria lógica ao desempenhar suas atividades diárias. Pegar madeira para o artesanato ou para o carvão; entrar no mangue em busca do caranguejo; lavar roupa no rio; são atividades que, apesar das tentativas de regulamentação e vigilância, possuíam regras próprias que muitas vezes contrariavam as autoridades locais e senhoriais. O movimento entre a diversidade do meio, em busca de recursos para a sobrevivência, era um deles.

Este espaço de mobilidade não se limitava aos centros urbanos da época, pois os cativos circulavam com certa autonomia entre as brechas do regime senhorial vigente, com a permissão ou não de seus senhores. A profissão, o grau de confiança que possuíam junto ao senhor, etc. poderiam ser alguns dos elementos que contribuía para a autonomia que alcançavam dentro do cativeiro. E é a partir de algumas destas trajetórias que pretendemos explorar os “caminhos e fronteiras” que possibilitaram aos escravos mover-se entre as redes de opressão e vigilância da segunda metade do século XIX.

Seguindo as pistas deixadas por estes cativos, compreendemos que não é possível limitar as suas ações – fossem rupturas ou outras práticas do cotidiano – a um determinado espaço configurado nas divisões oficiais de um município, cidade ou vila. Seus atos não se resumiam aos limites impostos pelas autoridades locais, ou mesmo, como ocorreu muitas vezes, se realizavam contra as determinações do senhor, seguindo por outros caminhos que não estavam nos planos. Visitar parentes, ir ao batuque, tomar banho de rio, poderiam ser

alguns dos caminhos que o cativo poderia tomar antes ou depois de realizar a tarefa determinada.

A movimentação de pessoas livres, escravos e mercadorias transitavam entre os caminhos muitas vezes imprecisos das divisões oficiais. Além do que, tais divisões passaram por muitas mudanças no decorrer dos séculos, principalmente Olinda, que perdeu muito de sua configuração original desde os “tempos duartinos”. Freguesias, comarcas, termos, tiveram seus limites constantemente reelaborados, principalmente em tempos de disputas acirradas entre os grupos políticos da Província. Estes interferiam de forma incisiva nestas divisões, fossem liberais ou conservadores, com objetivos de “eleger mais juízes de paz, comandantes da guarda nacional, designar agentes da polícia civil, oficiais dessa e daquela milícia, e ainda empregar os apaniguados no serviço público, beneficiando assim suas bases locais”. Da mesma forma, localidades eram unificadas ou limites modificados, de acordo com o jogo político da época.¹⁰⁴

Olinda foi muitas vezes solapada por estas mudanças, ora comarca, ora termo, ora comarca. Em 30 de maio de 1815, um alvará decretava a criação da Comarca de Olinda, tendo como termos Goiana, Igarassu, Limoeiro e Pau d’Alho, desmembradas do Recife. Já em 29 de maio de 1833, foi anexada como termo do Recife, voltando a ser comarca em 13 de maio de 1862, anexando Igarassu como termo.¹⁰⁵ As freguesias também sofreram modificações, quando em 1876 a de São Pedro Mártir foi anexada a da Sé,¹⁰⁶ ficando o município dividido entre esta e a de Nossa Senhora de Maranguape, mais tarde – no século XX – desmembrada e transformada em outro município: Paulista.

Estes limites e fronteiras de Olinda muitas vezes se entrelaçavam entre as práticas da população local e os usos do meio que a cercava. Em muitos pontos, Recife, São Lourenço e Igarassu – municípios que faziam limites com Olinda – eram cortados por matas, rios e morros, além das práticas cotidianas que não respeitavam tais fronteiras. Nesta época, possuía um litoral de aproximadamente 34 Km, desde a Cruz do Patrão até a ponte do rio de Maria Farinha. Ao longo da costa e em direção ao interior, existiam vários povoados, além de engenhos e sítios, sem contar as inúmeras propriedades arrendadas ou ainda em desuso.

Entre estes caminhos, trajetórias individuais se fizeram únicas, revelando os usos estratégicos daqueles que se apropriaram do meio social e natural a sua volta, contribuindo

¹⁰⁴ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001, p. 42.

¹⁰⁵ GALVÃO, op. cit. p. 419.

¹⁰⁶ Série: Assuntos Eclesiásticos (AE), vol. 17, p. 240.

para a formação do espaço em que viviam, assim como, para a ocupação humana nos diversos pontos além da cidade. Além do que, até o século XIX, como bem colocou Kátia Mattoso:

[...] a cidade e o campo são no Brasil estreitamente inter-relacionados. No espaço, seus limites são imprecisos; economicamente, vivem em estreita simbiose. Seus habitantes não hesitam em deslocar-se de um para o outro num contínuo vaivém de cavalos, mulas, palanquins e pedestres. As cidades são ‘pomares’, hortas, campos urbanizados.¹⁰⁷

Esse “vaivém” poderia acontecer tanto pelos caminhos oficiais – estradas, ruas, vias férreas – quanto por trilhas mal desenhadas nos mapas. O certo é que, entre Olinda e Recife, os caminhos se estreitavam, tanto para a faina diária quanto para esconderijos. No Diário de Pernambuco de outubro de 1872, anunciava-se a fuga da preta Anastácia, apresentada da seguinte forma: “já velha, bastante feia, pés inchados, trajando vestido de riscadinho verde, um pouco desbotado, chalé de lã velho, levou um saco de dois fios; julga-se que foi para as bandas do sul; quem a apreender queira levá-la ao Varadouro na cidade de Olinda, casa caiada de amarelo”.¹⁰⁸

A imprecisão com que o anunciante descreve o possível paradeiro da fugitiva, mostra as inúmeras possibilidades com que alguns escravos contavam na hora de escolher seus destinos, ao mesmo tempo em que muitos deixavam importantes pistas dos caminhos por quais percorriam, como familiares, antigos senhores, companheiros de diversão e amores. A escrava Anna, “mulata, já de seus 36 anos”, teria fugido do Monteiro (Recife) em 30 de dezembro de 1860. Segundo o seu senhor, a escrava fumava “muito rapé, alta, levou bastante roupa, mas deve andar de luto”, desconfiava-se que estivesse “acoitada por Cabo, ou Poço da Panela etc., ou para Beberibe por estar lá um preto do seu conhecimento”.¹⁰⁹ As possibilidades de movimentação de Anna se demonstram pelo fato de que o Cabo e o Beberibe se localizarem em pontos completamente opostos, principalmente nestes tempos de caminhos inóspitos até para um fugitivo. Também neste anúncio, constatamos como a possível ligação entre a escrava e um “conhecido”, poderia ser um forte indicativo de seu destino. As malhas de solidariedade eram poderosas armas em diversos momentos, muitas vezes decisivas na vida de um escravo.

Muitos cativos seguiam por trilhas tortuosas até chegar a um destino “seguro”, encontrando amigos, familiares, amores. Ou mesmo, um antigo senhor, que poderia acoitá-lo e se utilizar de sua estadia em proveito próprio. Como poderia ter acontecido com um escravo

¹⁰⁷ MATTOSO, Kátia Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. pp. 12-13.

¹⁰⁸ Diário de Pernambuco, 01 de outubro de 1872.

¹⁰⁹ Diário de Pernambuco, 07 de janeiro de 1860.

que fugiu do Convento do Carmo do Recife e “logo apreendido para as bandas de Maria Farinha”, localidade que demarcava os limites ao norte da fronteira de Olinda. Foi um longo caminho percorrido por este escravo, até alcançar seu objetivo. Mas o cativo fugiu novamente e, ao que parece, para o mesmo destino. Segundo o anunciante, o fujão “deu-se por escravo do sr. Manuel Buarque, a quem os apreensores foram-no levar nessa persuasão, quando ele subindo para o terceiro andar com o pretexto de ir buscar um paletó, deitou-se dali abaixo. Este escravo freqüenta a casa do sr. Buarque, como seu barbeiro”.¹¹⁰

Por caminhos tortuosos, mal conservados e irregulares, os escravos circulavam em busca da sobrevivência, na construção de redes de solidariedade ou nos momentos de rupturas. Os caminhos oficiais, mesmo com a abertura de novas estradas entre Olinda e Recife a partir de década de 1840, eram mal estruturados e recebiam pouca atenção das autoridades responsáveis, pelo menos até a década de 1870, quando a cidade conseguiu barganhar providências junto ao Governo Provincial, como demonstra o documento abaixo:

O mau estado em que se acha a estrada dessa cidade para esta, a começar da ponte da Tacaruna, traz a esta Câmara o dever de ir solicitar de V.Ex. a providência de mandar continuar o calçamento começado na mesma e que já se acha nas proximidades da dita ponte. A cidade de Olinda embora decaída de sua antiga prosperidade começara todavia a tomar alguma animação, não só por circunstâncias que lhes são particulares, se não também pelo grande número de pessoas que aqui afluem, em razão dos banhos salgados que ela oferece, vê-se entretanto hoje quase que reduzida ao estado em que esteve depois da mudança da Faculdade de Direito para o Recife, pelas más condições em que se acha a estrada, visto como as dificuldades do trânsito, bem tem trazido verdadeiros males e feito assaz diminuir o número de pessoas que a ela concorrem¹¹¹.

A “animação” e sinais de “novos tempos” tiveram maior impulso com a instalação da via férrea da Companhia de Trilhos Urbanos, ligando Olinda a Recife, e estes a seus arrabaldes. Com isso, outras vias de comunicação foram abertas ou melhoradas, “existindo uma boa estrada de rodagem entre o Recife e Olinda e desta até a cidade de Goyana, passando por Paulista e Iguarassú”, segundo Sebastião Galvão, no início do século XX.¹¹²

As pontes também constituíam importantes recursos no dia a dia de constante circulação de pessoas, fossem livres ou escravas. Pedidos para construção de novas pontes ou conservação das já existentes aparecem nos documentos da Câmara de Olinda, que pediam providências necessárias as autoridades responsáveis. A Ponte da Povoação de Beberibe, por exemplo: “e o aterro a ela anexo se acham em estado tal de ruína que é de reear que fique em

¹¹⁰ Diário de Pernambuco, 16 de fevereiro de 1860. Ver Mapa da página 28.

¹¹¹ CM-55, Fl. 164, 30 de Dezembro de 1868.

¹¹² GALVÃO, op. cit. p. 467.

pouco tempo completamente interceptando o trânsito da estrada denominada boiadas, para a povoação, principalmente quando entrar o inverno com as cheias do rio Beberibe [...]”.¹¹³

Já no povoado do Rio Doce – principal via de acesso dos moradores da freguesia de Maranguape para a cidade – pedia-se a construção de uma ponte, “da qual se tirará grande utilidade pública, podendo o peixe e mais viveres chegar ao mercado deste município, e ao do Recife com maior brevidade, evitando-se a demora, e o prejuízo, a que se expõem os viajantes, com a enchente das marés”.¹¹⁴

As ligações entre estes povoados e a cidade se faziam de diferentes formas, seguindo-se o traçado das estradas oficiais ou pelos mangues, matas e rios. As próprias ruas da cidade eram mal conservadas, restando poucos recursos a conservação das principais vias de comunicação, principalmente aquelas afastadas dos centros mais dinâmicos e isoladas em direção ao interior. A Câmara, sempre ao relatar as necessidades materiais nos diversos ofícios enviados ao governo provincial, deixava evidente a necessidade de conservação do calçamento das ruas da cidade, gastando-se boa parte do orçamento previsto para tal execução. Até mesmo a cadeia, quando foi destruída, devido a seu “estado de ruína”, teve suas pedras destinadas ao reparo das ruas, conduzindo-se os seus presos ao *Aljube*¹¹⁵ lá existente. Numa época de imprecisões, as casas começaram a ser numeradas, e aos poucos referências como “casa caiada de amarelo” eram substituídas, pelo menos parcialmente.¹¹⁶

¹¹³ CM-50, Fl.93, 30 de janeiro de 1864; ver também CM-49, Fl. 91, 21 de maio de 1863.

¹¹⁴ CM-59, Fl. 227, 10 de fevereiro de 1870.

¹¹⁵ O *Aljube* era uma cadeia eclesiástica, construída no século XVIII, “destinado aos padres ou presos civis por motivos religiosos, pois os componentes das ordens religiosas regulares expiavam seus delitos em cárceres privados dos respectivos conventos”. Defronte ao prédio foi construído uma capela para as práticas religiosas dos detentos. No final do século XIX foi transformado em cadeia pública. Atualmente, seu edifício está ocupado pelo Museu de Arte Contemporânea. Ver: CAVALCANTI, op. cit., pp. 297-298.

¹¹⁶ CM-60, Fls. 266, 268, 272, 274, 278.

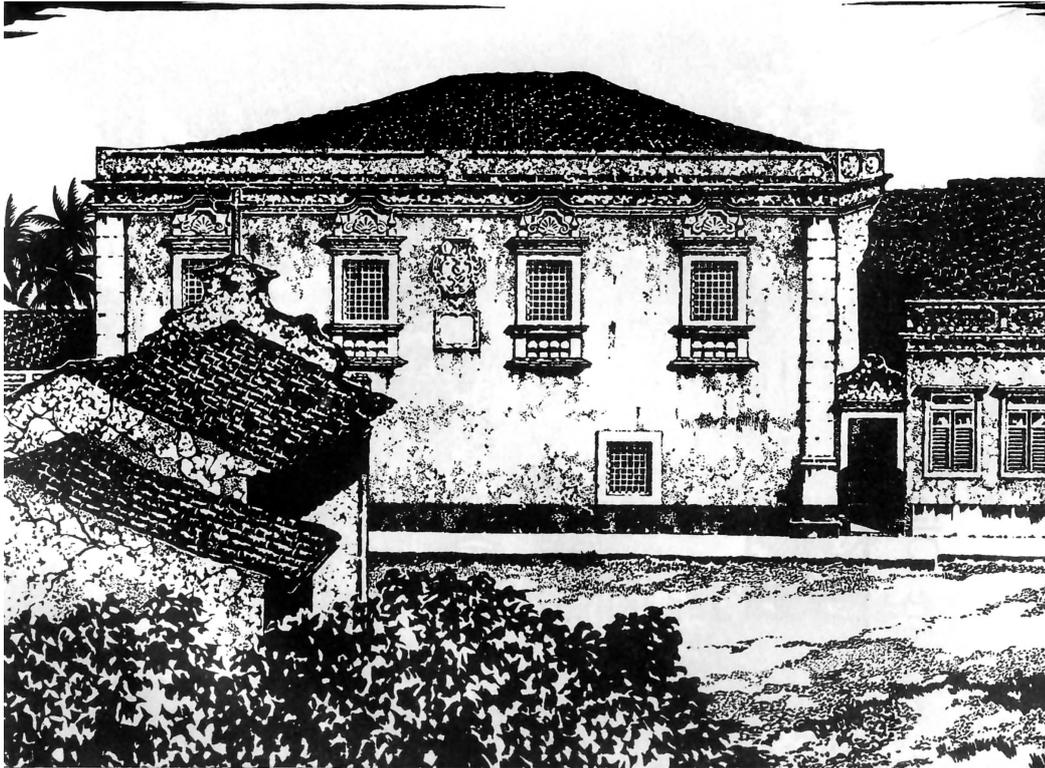


Fig. 6. Aljube de Olinda.

Ruas, ladeiras e becos eram partes integrantes da paisagem urbana de Olinda, que conduziam pessoas de diferentes ramos da sociedade, como comerciantes, artesãos, militares, padres e vendedores ambulantes. Estes últimos poderiam alcançar um alto grau de autonomia, circulando entre as diferentes localidades de um município ou mesmo mover-se para outras cidades, com a desculpa de estar em plena função de sua atividade. Foi o que aconteceu com a escrava Bonifácia que, em 29 de dezembro de 1867, “ausentou-se” da casa de seu senhor, descrita da seguinte forma: “45 anos de idade, baixa e de pescoço curto, levou vestido de chita escura de quadrinhos e é bastante regrista; pelo tempo de festa, tem de costume ausentar-se para andar vendendo frutas pelos Afogados, e outras por Olinda”.¹¹⁷

No entanto, apesar dos melhoramentos urbanos – como aberturas de estradas, dos trens urbanos, etc. – muitos caminhos continuaram, ao longo dos anos, acessíveis a poucos, principalmente aqueles freqüentados por fugitivos que buscavam ir pra bem longe das malhas de vigilância e das forças policiais da época. Fronteiras não limitavam suas ações, caminhos eram reconstruídos a todo o momento. Comunidades inteiras nasciam a revelia das autoridades locais e provinciais.

¹¹⁷ Diário de Pernambuco, 08 de janeiro de 1867.

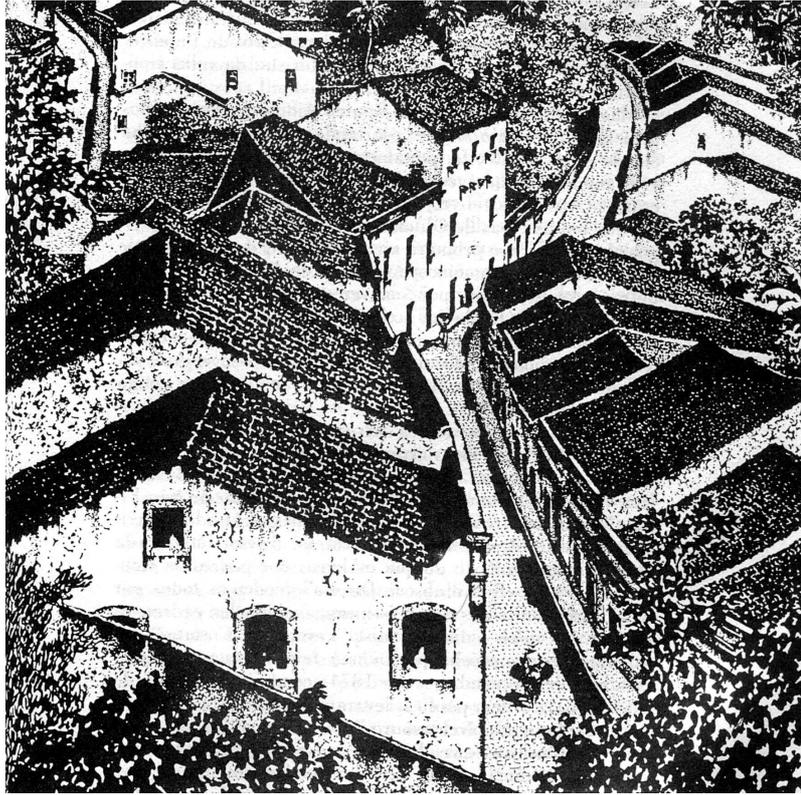


Fig. 7. Rua do Amparo

Num documento enviado pela Câmara de Olinda ao presidente da província, na qual deveria dar importantes informações estatísticas sobre a situação do município (estado de sua economia, trabalhadores, espécies agrícolas, etc.) fica evidente a grande dificuldade das autoridades locais de se penetrar na diversidade deste universo que compunha o cotidiano destas comunidades. Segundo o mesmo ofício:

[...] a informação que vai prestar esta Câmara em cumprimento [...] é bastante defeituosa por faltar a municipalidade os recursos e os meios apropriados a se obter os esclarecimentos precisos. [...] e V.E. bem conhece a ausência quase completa que entre nós se dá dessa valiosíssima mola da administração pública. Assim a exposição que a Câmara apresenta a V. E. não passa de um juízo vago e sob uma apreciação comum.¹¹⁸

Daí, por isso, compartilhamos aqui desta mesma dificuldade em dar algum limite preciso a este território, marcado por uma constante mutação. Restando-nos, então, seguir os rastros deixados por aqueles que se apropriaram da diversidade do meio em suas andanças, na tentativa de delinear o seu espaço de sobrevivência.

Em direção ao interior, encontramos outros caminhos que caracterizaram o cotidiano da escravidão neste período. Isso porque, os arrabaldes de Olinda se constituíam por diversos povoados que se formaram em torno de rios, de matas ou próximo às praias, locais onde a

¹¹⁸ CM-60, Fl. 233, 24 de fevereiro de 1870.

população extraía da natureza os recursos necessários para a subsistência. Encontramos nestas localidades grandes e pequenas propriedades, constituídas por engenhos e sítios, além de terras arrendadas a pequenos agricultores, que cultivavam tanto para o próprio consumo quanto para o mercado, como coqueiros e capim.

Na primeira metade do século XIX, numa extensa mata que se estendia desde o Recife a Goiana, passando pelos arrabaldes de Olinda, escravos fugidos formaram uma comunidade que foi duramente reprimida pelas autoridades provinciais na década de 1830, entrando para a história como Quilombo do Malunguinho. Esta região, que serviu de esconderijo para escravos fujões, era denominada de Floresta do Catucá, “que começava nos matagais e morros na saída das cidades irmãs Recife e Olinda para o interior, entre os açudes de Apipucos e Dois Irmãos, passando pelo rio Morno, até a beira do rio Beberibe”.¹¹⁹ “Deviam haver”, observa Marcus Carvalho, “muitas trilhas para lá, uma delas está claramente indicada num mapa de 1836, com o sugestivo nome de ‘caminho do homem do mato’”.¹²⁰ O autor afirma ainda que “a partir daí, a mata se lançava para dentro do continente, curvando-se para o norte na altura de Macacos, Cova da Onça¹²¹ e Paratibe. O caminho da fuga, portanto, começava numa área que hoje está totalmente urbanizada, parte do nexo urbano Recife-Olinda”.¹²²

Mas, apesar do Quilombo do Malunguinho ser destruído na década de 1830, o Catucá¹²³ continuou como local de esconderijo para aqueles que fugiam das autoridades policiais e senhoriais da época. Além dos esconderijos naturais existentes, muitos fugitivos encontravam a solidariedade de pessoas que possuíam algum vínculo ou interesse em acoitá-lo. A população que se encontrava entre Paratibe e Cruz de Rebouças era constituída, segundo as autoridades, de “negros” e “cabras”, “sócios” dos quilombolas, “que compravam pólvora para eles e davam ‘asilo’ aos fugitivos”.¹²⁴

¹¹⁹ CARVALHO, Marcus J. M. O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 407-409.

¹²⁰ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001, p. 181.

¹²¹ Segundo Sebastião Galvão, *Cova da Onça* era lugarejo (e riacho) do município de Olinda, “a 12 Kms dali, existiu, fundada em 1828 (desta 12 Km do Recife) uma colônia Alemã”, chamada *Amélia*. “Extinta depois, em 1831, pelo abandono dos colonos que, medrosos, a deixaram pelos roubos feitos por escravos foragidos saídos do Catucá, buscaram o rio Grande do Sul, depois do massacre de uma família alemã – Cristiani – assassinada por ser roubada”. GALVÃO, op. cit. p. 207, vol. 1.

¹²² CARVALHO, Marcus J. M. O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 407-409.

¹²³ *Catucá* – “lugar do mun. de Olinda, notável na história pernambucana, por um combate travado em suas matas, em 10 de dezembro de 1848, entre a força do governo e os revoltosos, sendo da parte d’aquela os mortos – 15 soldados, e feridos 5, e do lado destes – 12 os mortos e 36 os feridos[...]”. GALVÃO, op. cit., p. 172, vol. 1.

¹²⁴ CARVALHO, op. cit. p. 417.

Em 15 de abril de 1866, a delegacia de Olinda registrava um fato um tanto curioso, referente a um escravo que havia fugido da casa de sua senhora – a viúva pobre D. Paula Joaquina de Mello – há mais de um ano, na qual as autoridades sabiam com certa exatidão o paradeiro do fugitivo. O problema era que, o escravo Eugenio – pardo, canoeiro, 45 anos de idade – além de se encontrar acoitado em *Macaco* – imediações do Catucá –, o cativo desafiava as autoridades locais, ameaçando abertamente a quem pretendesse prendê-lo.¹²⁵ O conhecimento da região e o estabelecimento de laços com a população local, poderiam dar alguma segurança – e até certa ousadia – aos escravos acoitados.

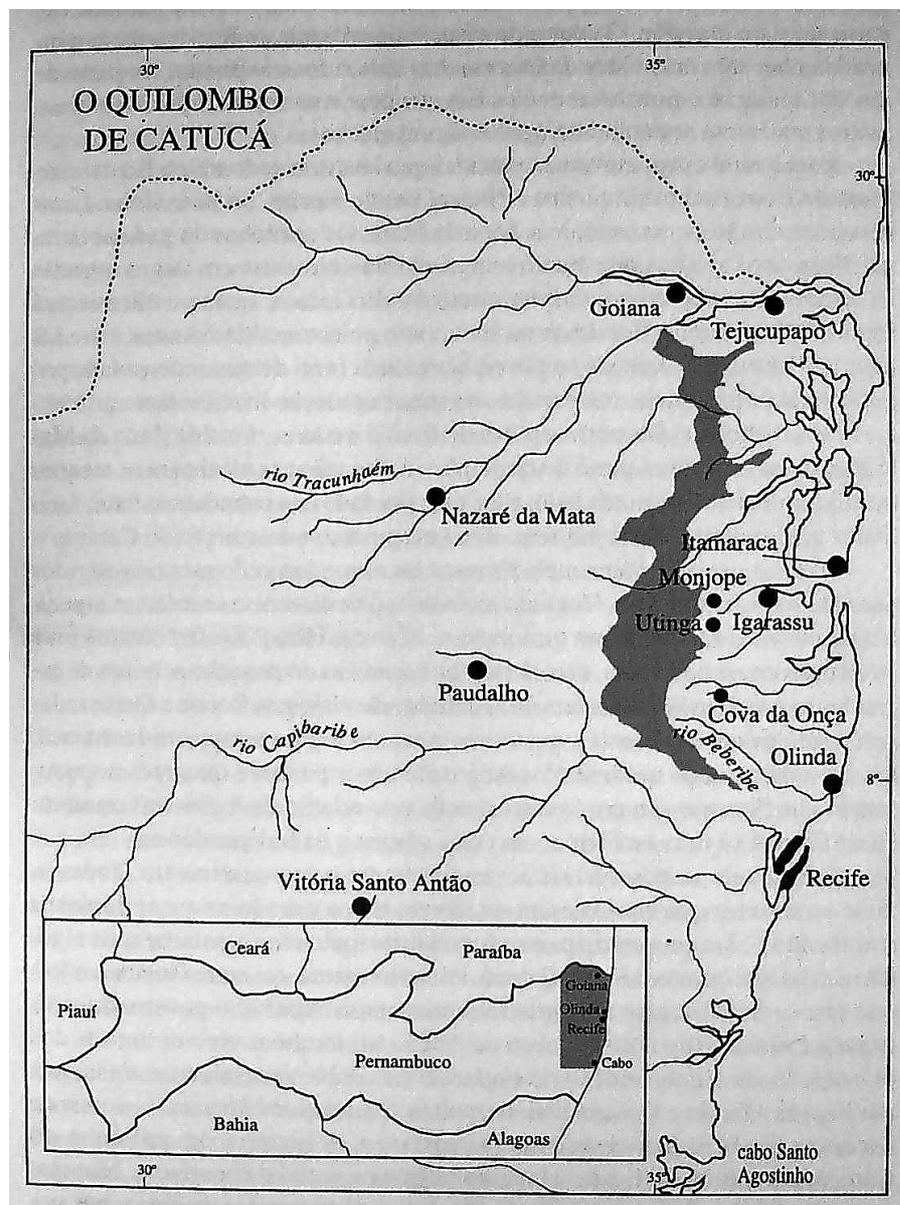


Fig. 9. Quilombo do Catucá.

¹²⁵ Série: Repartição Central de Polícia (RCP): Fundo – SSP/Delegacia de Olinda, fl. 169, 15 de abril de 1866.

Outro local que não podemos deixar de destacar é o povoado do Beberibe – no qual parece ter sido o mais importante –, que se originou a partir do rio de mesmo nome. Além deste, outros tantos compunham a paisagem do antigo município de Olinda, muitos das quais não mais pertencentes, hoje, a sua jurisdição. Como é o caso de povoados que passaram a pertencer, no século XX, ao município de Paulista, a exemplo: Janga, Pau Amarelo, Maria Farinha, Paratibe e Nossa Senhora do Ó.

O viajante inglês Henry Koster conheceu bem grande parte destes povoados além das colinas da cidade, instalando-se em uma propriedade bem próxima a região, denominada de Jaguaribe. Assim como a população local, Koster se utilizou cotidianamente dos caminhos irregulares que ligavam os subúrbios de Olinda às regiões circunvizinhas, como o Recife e Goiana. Passando pelo “lugarejo Beberibe”, atravessando “um regato com lindas e transparentes águas”, chegou mais adiante “na solitária povoação de Paratibe, onde as plantações de mandioca e fumo se entremeiam às casas”. O autor continua sua descrição sobre o povoado, alargando nossa visão sobre a dinâmica da população local e suas relações com o meio na qual estavam inseridos. Segundo Koster:

[...] os habitantes são, em maioria, trabalhadores livres, brancos, mulatos e negros. As casas, construídas à margem da estrada, intervaladamente, tomam a distância de uma milha. [...] Depois da aldeia, o caminho é relativamente horizontal mas ainda irregular pelas elevações repetidas e desiguais. Vêem-se os engenhos e grande número de casinhas. A passagem dos moradores, com cavalos carregados de algodão, couros e outros produtos da zona, e voltando do Recife com várias espécies de mercadorias, carne e peixe salgado, é, para bem dizer, contínua.¹²⁶ [Grifo nosso].

Era por essas bandas que se encontravam os engenhos do município, como o Paulista, o Fragoso, o Genipapo, o Jardim, entre outros. Apesar de não mais se apresentarem como grandes produtores como nos tempos de prosperidade, a escravidão ainda se fazia presente, persistindo como elemento integrante desta sociedade local, mesmo que não figurassem como principal mão-de-obra empregada, em decorrência do crescimento da população livre que concorria com estes no mundo do trabalho.

E quando tais escravos fugiam, seus senhores se utilizavam dos mesmos mecanismos de vigilância que outros de regiões diversas, recorrendo, principalmente, aos jornais. Quando

¹²⁶ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2002. v. 1. pp. 124-125.

o escravo Nereu evadiu-se do engenho *Forno da Cal*,¹²⁷ seu senhor rogava “as autoridades policiais, pedestres e capitães de campo de prendê-lo e levá-lo ao dito engenho[...]”. Segundo o anunciante, o escravo costumava ocultar-se pela cidade de Olinda e Recife, local este onde se encontrava sua mãe, que era forra e trabalhava como ama em uma casa da rua Imperatriz.¹²⁸

Estes caminhos, em que o escravo Nereu e tantos outros ousavam transitar, eram repletos de esconderijos e armadilhas para os que residiam na região, atraindo um grande número de pessoas que objetivavam isolar-se do mundo. Entre o engenho *Aguiar* – localizado em Igarassu – até o engenho *Paulista* – freguesia de Maranguape – Henry Koster nos dá uma idéia de como estes caminhos poderiam servir para os mais diferentes objetivos. Por este percurso, depois de ter passado por quatro engenhos e chegando ao denominado “Utinga de baixo”, descrevera a região da seguinte forma:

[...] é situado num anfiteatro circundado por altas colinas, cobertas de grandes árvores. Essa mata é pouco transitada e é refúgio de enorme quantidade de caça, entre a qual o porco-do-mato é comum. [...] *Muitos criminosos e negros vagabundos estão escondidos nesses bosques*. Os habitantes de Utinga parecem todos separados do resto do mundo. O próprio caminho que leva ao povoado não é facilmente distinguido. As últimas três léguas que percorremos no escuro, eram cobertas de bosques virgens. A estrada era estreita e os ramos das árvores se entrecruzavam em todas as direções. Nosso guia galopava na vanguarda e muito tempo sua cabeça nos serviu de rumo.¹²⁹ [Grifo nosso].

Os rios também ganhavam grande importância no vaivém de pessoas entre os diferentes rumos desejados. Além de extraírem destes rios indispensáveis recursos para a subsistência, muitos eram navegáveis, imponentes na formação de vários povoados. Em torno destes rios, engenhos e outros tipos de propriedades e usos do meio deram origem a diversas comunidades, que no decorrer do tempo receberam seu nome: rio Doce, Paratibe, Timbó, Beberibe.

O rio *Doce*, por exemplo, era o principal ponto de passagem entre a freguesia de Maranguape – e seus povoados – e a cidade de Olinda. A própria freguesia teria surgido devido as dificuldades que a população possuía na travessia para a freguesia da Sé, desmembrada desta no século XVII.¹³⁰ No final do século XIX, as autoridades municipais de

¹²⁷ Sobre este engenho, Sebastião Galvão afirma que se localizava a 4 Km a oeste da cidade, “onde Jeronymo de Albuquerque [...] fundou a 1ª fábrica de açúcar que se levantou em Pernambuco”. GALVÃO, op. cit., p. 261, vol. 1.

¹²⁸ Diário de Pernambuco, 16 de janeiro de 1860.

¹²⁹ KOSTER, op. cit. v. 2, pp. 343-344.

¹³⁰ GALVÃO, op. cit. v.1, p. 378.

Olinda deixavam claro a necessidade de se construir uma ponte nesta localidade, facilitando a comunicação entre este povoado e a cidade.

As praias também figuravam entre as escolhas daqueles que buscavam asilo longe do olhar das autoridades senhoriais. Em todo o litoral, encontramos vários povoados espalhados pela costa, vivendo da pesca e de outras atividades afins, como a plantação de coqueiros. Além dos banhos salgados, estas localidades atraíam muitas pessoas para suas festas religiosas ou em outras datas festivas. Estes caminhos pelo litoral poderiam trazer possibilidades de trabalhos temporários e mesmo eventuais para escravos fugidos. Ajudar a puxar a rede na praia ou esperar as sobras de peixes abandonados a beira do mar – prática ainda hoje comum que deslocam pessoas de localidades vizinhas a áreas de pesca – poderiam representar tanto um contato com comunidades pesqueiras ou pelo menos garantir a refeição nos dias mais difíceis da empreitada.

Estes caminhos por quais passamos, seguindo as pistas deixadas por seus andarilhos, nos mostram como as práticas cotidianas iam além dos limites previstos pelas camadas dominantes e seus recursos imprecisos na construção de redes de vigilância, nunca alcançando total sucesso. Os mapas não davam conta do meio social e natural que compunham o território mutante de Olinda, além de seus inúmeros “tentáculos” que mergulhavam sobre a paisagem irregular e penetrante nas áreas circunvizinhas. O homem comum, juntamente com os cativos que o regime teimava em preservar, se apropriaram do meio a partir de lógicas próprias, preservando ou degradando à sua maneira os recursos disponíveis da natureza, de acordo com suas necessidades de sobrevivência ou mesmo a partir de interesses exclusivos do poder senhorial vigente.

3. POPULAÇÃO E VIDA MATERIAL

Talvez, duas palavras poderiam melhor caracterizar a população de Olinda na segunda metade do século XIX: *dispersão* e *movimento*. As pessoas transitavam de forma contínua em busca dos meios necessários a subsistência, por caminhos pouco atraentes aos olhos atuais. Na cidade, ruas mal calçadas e ladeiras irregulares; nos arrabaldes, mangues, rios, praias. O meio social e natural pareciam ora aliados, ora algozes daqueles que dependiam de seus recursos para a sobrevivência.

Encontramos em Olinda semelhantes contradições existentes nos vários cantos do país, como a pobreza e a extrema miséria de um lado, e do outro, grandes propriedades sob o domínio dos antigos “clãs” que se perpetuavam no poder desde os “tempos imemoriais”. Isso

porque, apesar da grande agricultura se encontrar em crise geral, engenhos e canaviais ainda faziam parte da paisagem da região, disputando espaço com outras culturas mais voltadas ao mercado local e a subsistência de pequenos agricultores.

Tentaremos aqui, “arbitrariamente”, apresentar esta população em forma de dados, com o objetivo puro e simples de visualizarmos melhor a sua composição, sem ter a pretensão de minimizá-la a números estáticos e estéreis. A dinâmica social da época contribuiu para que as pessoas se movimentassem de um lugar a outro sem necessariamente deixá-lo. Pessoas iam e viam e, muitas vezes, buscavam vida melhor em outras bandas. Mas, boa parte procurava se estabelecer próximo às áreas que melhor conhecia, sem romper com as práticas e costumes há muito enraizados em seu cotidiano. Profissões passavam de pai para filho, conhecimentos transmitiam-se por gerações. O rio, a mata, o mangue, a praia. Tudo isso tinha seu valor nos usos cotidianos, e afastar-se deles poderia significar romper laços afetivos, econômicos e religiosos. Daí, então, percebermos práticas tão enraizadas como a pesca, as canoas e diversas festas de padroeiras protetoras de confrarias unidas em torno de grupos étnicos e profissionais.

Esta população se encontrava justamente dispersa por este meio, entre seu extenso litoral e densas matas do interior. Cativos e livres viviam dos mais variados recursos, favorecendo o desenvolvimento das mais diversas ocupações econômicas, que visavam, principalmente, a sobrevivência. Eram pequenos agricultores, lavadeiras, artesãos, carregadores, etc. Atividades que se esgueiravam entre os limites da vida material disponível. Muitos escravos gozavam de grande autonomia, outros, se espremiavam entre as brechas de dominação e opressão que nem afrouxaram, nem deixaram de existir nestes tempos. Juntamente com os livres, compactuavam dos limites da vida cotidiana, e ocupavam muitos espaços de sociabilidade.

Seus habitantes, como em grande parte das regiões que estavam fora do circuito exportador, viviam de parcas economias, margeando a fronteira imprecisa da *pobreza* e da *miséria*. Muitos escravos carregavam um duplo fardo dentro do cativo, pois, além de terem privada a sua liberdade, muitas vezes eram a base de sustento de senhores pobres.

Pessoas circulavam entre as três freguesias que compunham Olinda, das quais a Sé – e parte de São Pedro Mártir – formavam a área mais urbanizada. A freguesia de Maranguape, mais ao norte e ocupando grande parte do interior do município, era composta por inúmeras comunidades de pescadores, além de sítios e propriedades arrendadas por lavradores.

Apesar de sua economia local não mais integrar o mercado exportador, e ocorrer certo fenômeno de atração pela vizinha Recife, sua população livre continuou a crescer, desde, pelo

menos, meados do século até o final do XIX. Por volta da década de 1840, sua população livre contava 9.689 pessoas, espalhados por todo o município, sendo 4.000 concentrados na cidade.¹³¹ Já na segunda metade do século, seus habitantes chegavam a 11.606, segundo o Recenseamento de 1872.¹³² A freguesia da Sé e de São Pedro Mártir, juntas, somavam 7.429 habitantes. Contudo, devemos frisar que estas duas freguesias possuíam a dupla característica de vida urbana e rural, com uma população em constante circulação entre a diversidade do meio existente.

Isso porque, os limites do que chamamos de *cidade* era bastante impreciso nestes tempos, ao passo em que a população transitava e habitava os espaços com bastante irregularidade, impossibilitando arbitrariedades em sua determinação. E, em relação a escravidão, “nuançava-se no dia-a-dia dos relacionamentos sociais, principalmente na cidade, muito embora seus limites quase se confundiam com os do mundo rural”.¹³³ O “velho burgo duartino” pouco mudara em suas feições no decorrer dos séculos, mas a sua população insistia em alargar os seus limites. Seu crescimento se fazia bem visível a partir da década de 1870, decorrente dos melhoramentos urbanos e ampliação das moradias pelas áreas ao redor da antiga cidade. Seu perímetro urbano ganhou maior contorno a partir daí, possibilitando à cidade expandir-se em direção ao litoral.

Olinda possuía, também, uma característica interessante de aumento populacional temporário, nos tempos de festa ou, mais intensamente, para os banhos salgados. Esse aspecto caracterizara a cidade mesmo antes do aperfeiçoamento das vias terrestres que a ligam as outras regiões, como bem testemunhou o viajante inglês Henry Koster que, já no início do século XIX, ao chegar ao Recife em 7 de dezembro de 1809, observou que:

Como se tivesse chegado durante o verão, um grande número de moradores estava fora da cidade, habitando em pequenas casas em Olinda e nas margens dos rios, para gozar o ar puro e o divertimento e conforto dos banhos, durante os meses mais sujeitos ao calor da estação ardente.¹³⁴

Considerando os dados referentes aos habitantes por freguesia, na segunda metade do século, percebemos um número maior de pessoas livres no centro urbano do município,

¹³¹ FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

¹³² “Quadro Geral da População Livre Considerada em Relação aos Sexos, Estados Civis, Raças, Religião, Nacionalidades e Grao de Instrução, com Indicação dos Números de Casas e Fogos”. In: Recenseamento de 1872.

¹³³ MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998. pp. 226-227.

¹³⁴ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2002. v. 1, p. 82.

correspondente a Sé e parte de São Pedro. No entanto, pelo interior e litoral ao norte – correspondendo a freguesia de Maranguape – não podemos deixar de considerar o número total de habitantes vivendo entre o campo e a cidade. Lembremos aqui, que boa parte de São Pedro Mártir era formada pelos arrabaldes de Olinda, ora próximos, ora distantes da área mais urbana, a exemplo do povoado de Beberibe.

A Sé fazia fronteira com as duas outras freguesias, estendendo-se ao norte até o rio Doce e Paratibe – limite com Maranguape – e ao sul com São Pedro Mártir pelas ruas do Carmo, Bonfim, Beco-das-Cortesias e Quatro-Cantos, dividindo a cidade nestes pontos, seguindo, ainda, em linha reta até o rio Beberibe. São Pedro Mártir limitava-se ao sul com duas freguesias do Recife. Ao sul, com a freguesia de São Frei Pedro Gonçalo, pelo istmo, até a fortaleza do Buraco. E com a Boa Vista, pela camboa da Tacaruna, Salgadinho e Campo Grande. Seus limites englobavam também, a principal entrada da cidade, para quem vinha do Recife, passando pelo caminho do Convento Santa Tereza até chegar ao porto das Canoas, ou Varadouro.

A freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape tinha seus limites com a Sé (ao sul), com Iguarassu (ao norte), com São Lourenço da Mata (a oeste) e o oceano (a leste). Possuía um litoral grandioso, desde a entrada das águas do rio Doce até o extremo norte, a chamada barra de Maria Farinha.¹³⁵ No início do século XIX, Koster relatou, ao passar por essas bandas, que:

A reunião de pessoas era considerável. Por toda a parte onde a rebentação não é violenta, a praia é densamente povoada na extensão da costa, entre Olinda e a barra de Goiana. N'alguns pontos as baixas choupanas de palha são reunidas, formando uma rua de meia milha de comprido. Casinhas brancas, cobertas de telhas, são espalhadas aqui e além. Igrejas e Capelas são construídas, mas restam pequenos intervalos despovoados.¹³⁶

A ocupação desses espaços se fez de forma bastante espaçada, na qual o contato entre si se faziam por caminhos um tanto tortuosos pelas comunidades locais, principalmente para quem vinha das áreas mais ao interior. Em números mais gerais, podemos ter uma idéia da ocupação deste espaço na segunda metade do século XIX:

¹³⁵ FIGUEIRA DE MELLO, pp.134-137.

¹³⁶ KOSTER, op. cit. p. 381.

Tabela 1

Distribuição da População Livre e Escrava Por Freguesia

Freguesias	Livres	Escravos
Sé	4.623	215
São Pedro	2.806	274
Maranguape	4.177	324
Total	11.606	813

Fonte: Recenseamento de 1872

Percebemos, a partir da tabela acima, que a Sé possuía um número maior de pessoas livres em comparação as outras freguesias, chegando a cifra de 4.623 habitantes. Contudo, fica difícil deduzirmos a quantidade de pessoas concentradas na cidade, pois parte dos habitantes de São Pedro constituíam, junto com grande parte da Sé, o núcleo urbano. O que explicaria um número tão reduzido de habitantes na freguesia de São Pedro Mártir? Talvez isto se explique pelo fato de seus arrabaldes se constituírem, em boa parte, de mangues, alagados, pântanos. Ao mesmo tempo, era nesta localidade que se encontrava o povoado “mais importante” do município, denominado Beberibe.

E em relação ao número de pessoas vivendo na cidade, seu número tendeu a crescer, principalmente a partir de 1870, como já destacamos. Podemos observar melhor este crescimento ao analisarmos a primeira década do século XX, quando a população de Olinda chegou a triplicar, somando 36.000 habitantes. A freguesia da Sé – neste período já havia incorporado a de São Pedro – concentrava uma população de 25.000 habitantes, enquanto em Maranguape chegava a 11.000.¹³⁷ Nesta última, o número de pessoas também quase que triplica, mas a Sé apresentava um número de crescimento bastante rápido, desde a década de 1870 até início do século XX.

Já em relação a população escrava, de acordo com a Tabela 1, percebemos que Maranguape possuía o maior número de cativos, ou seja, 324, enquanto São Pedro e a Sé possuíam 274 e 215, respectivamente. Contudo, em termos proporcionais, São Pedro Mártir contava com uma escravaria que chegava a 8,8% em relação à população total, enquanto a Sé

¹³⁷ GALVÃO, Op. cit., vol. 1, p. 453.

e Maranguape chegavam a 4,4% e 7,2% cada. Como um todo, os escravos de Olinda representavam 6,5% de seus habitantes.¹³⁸

Com isso, constatamos que os cativos não mais figuravam como principal mecanismo da economia local, mas estavam presentes no cotidiano de muitas casas, confundindo-se com a população mestiça cada vez mais crescente, disputando com a população livre os recursos da vida material. Eles estavam lá, na lavagem de roupa, no corte da madeira, na pesca, na lavoura. Na verdade, é importante destacarmos que esta realidade se aproximava de outras localidades espalhadas pela província, considerando que a população escrava de Pernambuco – segundo o Recenseamento de 1872 – representava 10,6% de seus habitantes.¹³⁹

Outros dois elementos interessantes na constituição da população de Olinda, referem-se a distribuição por *Sexo* e as *matizes raciais* que a compunham. Vejamos, então, como a população livre segundo o *Sexo* se apresentava neste período:

	São Pedro Mártir	Sé	Maranguape
Homens	1.126	2.119	2.029
Mulheres	1.680	2.504	2.148

Fonte: Recenseamento de 1872

Neste ponto, em todas as três freguesias, o número de mulheres era superior ao dos homens, que disputavam com estes o mercado de trabalho e os recursos necessários a sobrevivência. Em todas, representavam mais de 50% dos habitantes, tanto nas áreas mais afastadas do perímetro urbano, quanto no centro dinâmico da cidade. Encontramos, também, entre os escravos, um número equilibrado entre homens e mulheres, existindo apenas em São Pedro uma cifra um pouco mais elevada de cativas. Na verdade, estas eram a maioria entre a população escrava tomada como um todo, chegando a somar 418, contra 395 homens.

¹³⁸ Segundo o Recenseamento de 1872, dos 813 escravos citados 59 eram africanos, correspondendo a 7,2% do total, sendo 43 homens e 16 mulheres. Não encontramos outras informações relevantes acerca de escravos africanos, tanto no Censo de 1872 quanto na Lista de Classificação.

¹³⁹ Cf.: EISENBERG, Peter L. *Modernização Sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, 1977.

Tabela 3

População Escrava Distribuída Por Sexo

Freguesias	Homens	Mulheres
Sé	110	105
São Pedro	119	155
Maranguape	166	158
Total	395	418

Fonte: Recenseamento de 1872

As cativas representavam 51% do total de escravos no município, demonstrando, assim, que as mulheres possuíam grande importância na ocupação do espaço tanto urbano quanto rural, dedicando-se as diversas atividades econômicas, como lavadeiras, quitadeiras, serviços domésticos e também na agricultura. Esses dados nos mostram que a escravidão adquiriu faces diferentes nas mais diversas realidades do país, desconstruindo as imagens tradicionais que durante tanto tempo marcou a sua história.

A idéia de superioridade masculina caracterizava-se nos grandes plantéis e áreas tradicionais do Brasil, mas em regiões que não mais se encaixavam no perfil agro-exportador, com população escrava ainda “persistente”, o sistema tendeu a se reconfigurar a partir das realidades locais. As cativas ganharam papel determinante na vida econômica de muitos senhores, muitas vezes representando o principal ganha-pão daqueles que viviam das poucas economias advindas de um ou dois cativos, revelando-nos um pouco desta outra escravidão dentro do próprio regime.

Partindo para o segundo ponto, ou seja, a *Raça* na composição da sociedade local, importantes questões podem ser levantadas acerca da identidade dos diferentes segmentos que compunham a população do país, tendo em vista a conjuntura de crise da escravidão e dos novos paradigmas raciais em voga na Europa e importados para o Brasil. Segundo Ivana Lima:

[...] o censo de 1872 indica uma mudança iniciada na forma de conceber e gerir a população, orientada cada vez mais por certo entendimento – ainda que sempre indefinido – do conceito de raça; o que significava, evidentemente, deixar de lado a cor, mas acomodá-la em suporte pretensamente mais rígido. Com a crise mais acentuada da escravidão e do regime monárquico, e consequentemente empobrecimento dos pilares, tidos como naturais, de distinção social, a cor e a raça tornaram-s quase obrigatórios.¹⁴⁰

¹⁴⁰ LIMA, Ivana Stolze. *Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 121.

Durante muito tempo, os censos – no decorrer do século XIX – oscilaram em dividir ou não a população pelas cores.¹⁴¹ As dificuldades advinham tanto daqueles responsáveis diretamente pela tarefa, ou seja, o recenseador, quanto da população, sempre desconfiada com os censos. Ivana Lima afirma ainda que “percebe-se que talvez o problema do olhar do recenseador não fosse exatamente de mascarar uma realidade, mas a dificuldade, imanente à dinâmica social, de mapear claramente a divisão por cores”.¹⁴²

Sobre os dados referentes às *matizes raciais*, encontramos os seguintes resultados para cada freguesia. Tanto na freguesia da Sé, quanto na de Maranguape, obtivemos um número de *pardos* significativo em relação aos outros elementos integrantes na composição “racial” da população livre. Na primeira (Sé), chegavam a representar 50,3% (ou 2.327 pessoas) de seus habitantes, enquanto em Maranguape representavam uma cifra ainda maior: 66% (ou 2.757). Ao que parece, estes números refletem o crescimento dos mestiços em grande parte do país no século XIX. No entanto, o número de pessoas representadas pela *raça preta* aparecem ocupando apenas o terceiro lugar, significando 20% e 16,2%, respectivamente. Em Maranguape, a porcentagem de brancos se aproximava das dos pretos, representado 17,7%. Considerando tais números a partir da distribuição por sexo, temos os seguintes resultados:

Tabela 4
Freguesia da Sé Segundo Raça e Sexo

Cor	Branca	Parda	Preta	Cabocla	Total
Homens	739	941	417	22	2119
	34,8%	44,4%	19,6%	1%	
Mulheres	595	1386	501	22	2504
	23,7%	55,3%	20%	0,8%	
Total	1334	2327	918	44	4623
	28,8	50,3	19,3	0,9	

Tabela 5
Freguesia de Maranguape Segundo Raça e Sexo

Cor	Branca	Parda	Preta	Cabocla	Total
Homens	373	1304	350	2	2029
	18,3%	64,2%	17,2%	0,1%	
Mulheres	366	1453	327	2	2148
	17%	67,6%	15,2%	0,1%	
Total	739	2757	677	4	4177
	17,7%	66%	16,2%	0,01%	

Fonte: Recenseamento de 1872

¹⁴¹ Idem, p. 121.

¹⁴² Idem, p. 123.

Decidimos deixar para analisar a freguesia de São Pedro Mártir em separado pelo fato desta trazer dados bastante intrigantes e díspares em relação às outras. Isso porque, ao contrário do afirmado sobre o crescimento de homens livres mestiços em várias partes do Império e o mesmo verificado nas duas primeiras freguesias, a porcentagem de brancos chegava a 56,1%, enquanto pardos e pretos representam 35,5% e 11%, respectivamente. Estes últimos, juntos, chegavam a cifra de 1.195 pessoas, ou seja, 42,5% do total de habitantes nesta freguesia, não alcançando o número de brancos lá existente, representados por 1.574 indivíduos.

É curioso observar que entre os livres – incluindo aí, os libertos – o número de *pretos* é bastante reduzido, revelando um pouco do estigma de associar-se a *cor* (ou *raça*) a condição social do indivíduo, principalmente nestes tempos de escravidão, onde ser preto aproximava-se ainda mais da ascendência africana. Mas quem era responsável por tal estigmatização? O recenseador ou o próprio indivíduo? Ivana Lima nos dá uma idéia deste processo:

Em meio a variados suportes e instâncias administrativas [...], a relação do Império com as cores de sua população oscilou segundo o olhar do recenseador, que foi constrangido por diferentes variáveis e situações, e estava longe de ser um seguidor fiel de instruções. Organizar o recenseamento era atividade que se distribuía entre distintos braços da administração, como párocos, subdelegados, juízes, presidentes de província. Ao longo do tempo, tais braços mostraram-se inermes. Chefes de família, que teriam a tarefa de preencher as fichas, também resistiram a estas, bem como ao olhar do recenseador”.¹⁴³

Através do olhar do recenseador ou mesmo dos chefes de família, distanciar-se da cor preta parece ter sido uma prática comum nestes últimos anos do Império. Na verdade, ser pardo já demonstrava que o indivíduo possuía algum vínculo com a escravidão, mesmo que separado por gerações. No entanto, “indivíduos poderiam tornar-se pardos, mais do que nascer assim, a partir de relações pessoais, comunitárias, e de certos atos. Há casos em que a identificação sofria uma alteração, de acordo com a mudança de condição social”.¹⁴⁴ A exemplo disto, Henry Koster, em suas andanças pelos arredores de Olinda, presenciou um fato um tanto intrigante:

Conversando numa ocasião com um homem de cor que estava ao meu serviço, perguntei-lhe se certo Capitão-Mor era mulato. Respondeu-me: *Era, porém, já não é! E como lhe pedisse eu uma explicação, concluiu: Pois Senhor, um Capitão-Mor pode ser mulato?*¹⁴⁵

¹⁴³ LIMA, op. cit., p. 90.

¹⁴⁴ Idem, p. 125.

¹⁴⁵ KOSTER, op. cit. v. 2, p. 598.

A *Cor* pode até ter “desaparecido” ou substituído nos censos e outras formas de registros no Segundo Reinado, mas, aos olhos das redes de vigilância e policiamento a condição social, a criminalidade ou qualquer outro “pré-requisito” para a desconfiança, tinha fortes ligações com a pigmentação da pele. Talvez por isso, uma das estratégias para afastar-se da ascendência escrava era “ingressar” na imprecisa e cada vez mais crescente população parda.

Outra questão importante que devemos destacar acerca do censo de 1872 está na “transformação” do *índio* em *caboclo*, “termos que poderiam ser utilizados como sinônimos, ainda que o segundo pudesse ter um sentido mais abrangente”. Neste caso, o argumento da mestiçagem foi amplamente utilizado com o objetivo de extinguir os aldeamentos, contribuindo para legitimar a ação contra o direito dos indígenas à terra. A idéia de *mistura* e mais tarde a inclusão dos índios na categoria *pardos*, “sem dúvida fez parte desse projeto de transformação e extinção”.¹⁴⁶

Considerando as *Raças* entre os escravos, os pretos chegavam a representar 70%, ou 572 cativos, enquanto os pardos 30%, ou 241. No geral, mesmo quando observamos homens e mulheres separados, a porcentagem de pretos e pardos se aproximavam dos números citados anteriormente, apesar de haver algumas variações analisamos os dados referentes a cada freguesia. Segundo os dados do censo, temos os seguintes números:

Freguesias	Homens		Mulheres	
	Pardos	Pretos	Pardas	Pretas
Sé	31	79	32	73
São Pedro	35	84	47	108
Maranguape	46	120	50	108
Total	112	283	129	289

Fonte: Recenseamento de 1872

Para melhor visualizarmos a questão da *Raça* em sua totalidade, encontramos os seguintes números referentes ao município de Olinda:

¹⁴⁶ LIMA, op. cit. p. 120.

Tabela 7
População Livre Distribuída Por Raça e Sexo

	Branca	Parda	Preta	Cabocla
Homens	1.711	2.636	891	36
Mulheres	1.936	3.303	1.044	49
Total	3.647	5.939	1.935	85

Fonte: Recenseamento de 1872

A partir destes dados, observamos que, no geral, a sociedade aqui apresentada seguia a tendência destes fins de século, ou seja, de mestiçagem da população. E, ao contrário do que muitos intelectuais e autoridades do período afirmaram – no final do século XIX e início do XX – a população não tendeu a *branquear*, para a decepção de muitos.¹⁴⁷ Neste contexto, os escravos do município tenderam a cair progressivamente, seguindo os rumos da política imperial de emancipação gradual. Ao mesmo tempo em que percebemos que alguns poucos proprietários persistiram com a instituição até os últimos instantes, visando, talvez, alguma indenização por parte do Governo, como bem demonstram os dados abaixo:

Tabela 8
Escravos de Olinda – 1872 a 1887

Ano	1872	1873	1876	1887
Nº de Escravos	813	786	637	240

Fontes¹⁴⁸

Em Olinda, esse número reduzido de escravos deve ter contribuído de diferentes formas no cotidiano do cativo, pois ao mesmo tempo em que as opções de esconderijos aumentavam – com os melhoramentos urbanos e o vai e vem de pessoas entre as festas, as praias, os banhos –, ficava cada vez mais difícil identificar um cativo em meio a uma população crescentemente mestiça. Se o número de livres superava e muito o de escravos, diluir-se a esta população parecia peça importante nos caminhos traçados em direção a liberdade. “A cidade que escondia, porém, ensejava aos poucos a construção da cidade que desconfiava, que transformava todos os negros em suspeitos”.¹⁴⁹

Para melhor compreendermos essa dinâmica na qual viviam os escravos e sua complexa rede de relações com os livres, exploraremos a seguir os alicerces da vida material

¹⁴⁷ Sobre as principais teorias raciais e seus ideólogos, ver: Ventura, Roberto. Um Brasil Mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500 – 2000)*. Formação: histórias. Carlos Guilherme Mota (org.). São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000.

¹⁴⁸ Estes dados foram retirados, respectivamente: Recenseamento Geral de 1872; DELGADO, op. cit., p. 29; Lista de Classificação – 1876; Resumo Geral dos Escravos Matriculados no Município de Olinda - 1887.

¹⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.192.

que caracterizara nossa “cidade esconderijo”, entre a diversidade do meio que a compunha. Grande parte de sua população vivia dos recursos disponíveis na natureza, sobrevivendo à revelia dos interesses maiores ditados pela lógica e disciplina do mercado. As pessoas viviam da pesca, do artesanato, do carvão, do caranguejo. Aos olhos das autoridades locais e provinciais, estas atividades contribuía para o “atraso” em que se encontrava o município, principalmente pelo fato de não se integrarem ao sistema de grande lavoura.¹⁵⁰

Além dos aspectos de subsistência, sua economia também se caracterizava pelas demandas advindas do mercado interno local, podendo se estender a Recife e outras localidades próximas. Luiza Rios Volpato, estudando os escravos e “pobres livres” em Cuiabá – no século XIX – também destacou a relação entre a população local, a natureza e a não integração da economia com o mercado externo, de forma relevante. A autora afirma que:

[...] à semelhança das populações pobres de outras regiões do Brasil, tinham uma vida muito integrada à mata, ao cerrado e aos rios, [...] de onde procuravam tirar o seu sustento. A riqueza da flora e da fauna, a piscosidade dos rios e ainda a presença de um clima quente e seco possibilitaram a sobrevivência, apesar de uma vida bastante pobre.¹⁵¹

É importante destacar, também, como o fez Luiza Volpato, a interação constante entre livres pobres e escravos nos mais diversos ramos da vida cotidiana, nos divertimentos, no trabalho, na religião. É objetivo nosso, também, perceber as interações e os conflitos entre os vários segmentos sociais de então, delineando, primeiramente, os espaços e alicerces que forjaram o dia-a-dia desses sujeitos.

A partir daí, devemos deixar claro que, apesar de muita coisa ter mudado nas últimas décadas do século XIX, com o aperfeiçoamento das estradas e outras vias de comunicação e da chegada de novos investimentos (como os trens urbanos, fábricas de tecido, de doces e até uma Usina), os mecanismos “tradicionais” de sobrevivência continuaram fortemente ativos, para a grande parcela da população. Assim como Thompson teria percebido – com as devidas particularidades –, “a economia dos pobres ainda era local e regional, derivada de uma economia de subsistência”.¹⁵²

A fauna era algo inseparável do cotidiano dos habitantes das mais diversas localidades, desde “grandes” e “pequenos”, livres e escravos. Denise Soares Moura, em seu

¹⁵⁰ CM – 50, Fl. 90, 22 de junho de 1864.

¹⁵¹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Ed. Marco Zero; Cuiabá, MT: Ed. Universidade Federal de Mato Grosso, 1993. p. 199.

¹⁵² THOMPSON, op. cit. p. 167.

estudo sobre os “livres pobres” em Campinas – no século XIX –, também destacou a constante interação entre os diversos segmentos sociais, afirmando que:

[...] nas suas idas e vindas à cidade, à vila ou a freguesia, nos caminhos e na vida de roça rompiam os limites que os separavam momentaneamente dos segmentos mais favorecidos. Nesses espaços, todos se encontravam para comprar, rezar, festejar e divertir-se. Cotidianamente, os vários segmentos sociais se relacionavam em questões de trabalho e negócios, possibilitando-lhes elaborar uma visão própria de cada um.¹⁵³

E em relação ao convívio entre cativos e livres, a autora afirma que era “difícil não notar este viver tão juntos [...]”.¹⁵⁴ Isso era favorecido pela persistência da escravidão, ao mesmo tempo questionada por muitos, mas com presença garantida entre alguns proprietários urbanos e rurais. Associado a esta última, encontramos pelo menos cinco engenhos que possivelmente ainda resguardavam em suas instalações cativos destinados à lavoura. Poderosos proprietários e grandes comerciantes concentravam em suas mãos o poder político e econômico através da Câmara e outros cargos espalhados pelo município, como juízes, delegados, guarda nacional etc. Constatamos que, neste período, *os Cavalcanti de Albuquerque* possuíam grande poder político e econômico na região, aparecendo como os principais proprietários de escravos de Olinda, segundo a *Lista de Classificação de 1876*.¹⁵⁵ Observemos agora, a tabela abaixo:

<i>Tabela 9</i>	
<i>Número de Engenhos e seus Respectivos Proprietários</i>	
Nome do Engenho	Nome do Proprietário
Fragoso	Antonio Gonçalves da Silva
Genipapo	João de Sá Cavalcanti de Albuquerque
Jardim	José de Sá Cavalcanti de Albuquerque
Paulista	José de Sá Cavalcanti de Albuquerque
Timbó	Dr. Francisco G. V. de Albuquerque e outros.

Fonte: Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o ano de 1871.

¹⁵³ MOURA, op. cit. p. 40.

¹⁵⁴ Idem, p. 215.

¹⁵⁵ Sobre a posse de escravos em Olinda, ver Capítulo 3.

Percebemos, então, que dos cinco engenhos relacionados acima, quatro pertenciam aos integrantes da família Cavalcanti de Albuquerque. Alguns de seus membros tinham vida ativa na política local, integrando a Câmara e participando de suas decisões. Em outros documentos, nos deparamos com mais dois engenhos, mas não conseguimos determinar quem eram seus proprietários: o *Forno da Cal* e o *Sapucaia*¹⁵⁶. Do primeiro teria fugido um escravo de nome Nereu, anunciado no Diário de Pernambuco, em 16 de janeiro de 1860. Neste engenho foi fundada a primeira fábrica de açúcar que se levantou em Pernambuco, no qual o proprietário seria *Jerônimo de Albuquerque*.¹⁵⁷

Neste mesmo engenho teria ocorrido outro fato envolvendo um escravo, em que um cativo de nome Paulo teria assassinado Augusto, com onze anos de idade, em 15 de outubro de 1867. O escravo foi logo preso, mas assassinado pelo Subdelegado do Curato da Sé, na qual seria instaurado um processo.¹⁵⁸ Curiosamente, o Delegado do Termo de Olinda era nada mais nada menos que *Joaquim de Sá Cavalcanti Albuquerque*,¹⁵⁹ outro membro do importante “clã” em Olinda.

Mas, não apenas de cana-de-açúcar vivia a população. Os habitantes do município viviam dos mais variados produtos de subsistência, como a mandioca, o milho, o feijão, etc. É interessante o fato de produtos como o *capim* e o *coco* se apresentarem como importantes gêneros da economia local. Muitas pessoas se dedicavam a sua produção, criando-se espaços de conflitos e disputas oficiais e pessoais em torno destes produtos. Encontramos inúmeros documentos que demonstram a importância destes dois gêneros entre aqueles que desejavam aumentar sua renda ou manter determinado poder sobre estes setores.

A Câmara periodicamente arrematava os impostos sobre os inúmeros produtos que faziam parte integrante da economia local, e que eram taxados em forma de lei. Mascates, boceteiras, carga de farinha, legumes, gado vacum, eram os principais produtos arrematados em “haste pública”, além dos “coqueiros de produção para negócios” e do “dízimo do capim”.¹⁶⁰ Ao que parece, os produtores deste gênero não estavam satisfeitos com o chamado “dízimo” cobrado pela Câmara e cedido aos respectivos arrematantes. Segundo a Câmara, “tem-se tornado difícil a arrecadação sobre a verba capim de planta, porque os plantadores de capim [...] dizendo que eles somente são obrigados a pagar com a décima parte de capim, e

¹⁵⁶ Diário de Pernambuco, 16 de janeiro de 1860; e GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionario Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 470, respectivamente.

¹⁵⁷ GALVÃO, op. cit. p. 261, vol. 1.

¹⁵⁸ Série: Repartição Central de Polícia (RCP) – Fundo: SSP/Delegacia de Olinda. Fl. 260, 15 de outubro de 1867.

¹⁵⁹ RPC – Fl. 93, 01 de outubro de 1865.

¹⁶⁰ CM – 49, Fl. 80; CM – 52, Fl. 163; CM – 55, Fls. 02, 16, 22.

com o mesmo gênero [...]”. Fazia-se necessário, assim, mudar o termo “dízimo sobre o capim de planta”, para “imposto sobre o capim de planta”.¹⁶¹ Os pequenos plantadores sabiam muitas vezes encontrar brechas nos mínimos espaços deixados pelas autoridades responsáveis em empregar a lei.

Possivelmente, devido a existência de produção de “gado vacuum” na região – como demonstram as inúmeras arrematações de seus impostos – o capim tivesse papel imprescindível associado a este tipo de empreendimento, como também a criação de cavalo, importante elemento na composição econômica e social da época. Inclusive, em vários anúncios no *Diario de Pernambuco* a respeito de casas, sítios e terrenos a venda, encontramos como importante referência do anunciante as “grandes baixas de capim”¹⁶² lá presentes:

Vende-se um sítio no caminho de Beberibe, com casa edificada o mês passado, tendo 2 salas, 2 quartos, cozinha fora, *com grandes baixas de capim*, tendo 1.000 palmos de frente e 1.13 de fundo, oferece grandes vantagens por a casa ser nova, *como pela grande baixa de capim*, como também por este lugar marcado para a estação da via férrea [...].¹⁶³ [Grifo nosso].

À primeira vista, percebemos que este tipo de plantação se daria nas áreas mais ao interior, ou seja, nas localidades de vida mais rural, onde a produção pudesse correr com maior liberdade. No entanto, próximo à cidade também encontramos referência à importância de se ter em mãos “baixa de capim”:

Vende-se uma propriedade na cidade de Olinda, colocada da maneira seguinte: na frente da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, tendo na mesma uma linda campina, boa vista para o mar e recife, muito perto dos banhos salgados, rodeado dos primeiros templos daquela cidade. O dito prédio é um sobrado de um andar com cômodos para duas grandes famílias, com dois portões de ferro grandes, sítio todo murado, alguns arvoredos, *com baixa para capim*, e lavoura tanto de inverno como de verão por ter bastante água com um olho de água doce permanente, que nunca seca [...].¹⁶⁴ [Grifo nosso].

Em 19 de outubro de 1870, um “negro ganhador” deveria entregar duas caixas com batatas para embarcar no “porto do capim” para Apipucos, mas entregou a outro canoeiro, “talvez de Olinda ou Beberibe”, como informava o anunciante que pretendia readquirir a mercadoria perdida.¹⁶⁵ Sem dúvida, o capim fazia parte do cotidiano de muitas pessoas que

¹⁶¹ CM – 52, Fl. 140.

¹⁶² Segundo o Dicionário Aurélio, o termo *Baixa de Capim* refere-se a: “terreno úmido em que se cultiva capim-de-planta”.

¹⁶³ *Diario de Pernambuco*, 10 de janeiro de 1870.

¹⁶⁴ *Diario de Pernambuco*, 30 de dezembro de 1869.

¹⁶⁵ *Diario de Pernambuco*, 19 de Outubro de 1870.

possivelmente o utilizavam para alimentar seu gado, seu cavalo ou mesmo alugando o espaço da plantação para quem dependesse deste produto.

O “gado vacuum” também aparece como um dos produtos que tinham seu imposto arrematado pela Câmara, demonstrando a sua participação na economia local. Associado a este produto, existia um Matadouro Público que era sempre mencionado na documentação da Câmara, quando enviava ao Governo Provincial informações acerca da situação e necessidades gerais do município.

Sobre este estabelecimento, a Câmara informava, em 26 de março de 1863, que pretendia melhorar suas acomodações futuramente com a renda adquirida com os “impostos de 500 e 100 reis do gado recolhido nos currais desse estabelecimento”.¹⁶⁶ Olinda também possuía oito açougues, destinados, provavelmente, a venda da carne que vinha das localidades próximas.

Nas imediações do povoado de Beberibe, a Câmara demonstrava preocupação com o estado de ruína em que se encontrava a ponte desta povoação, receando que ficasse “em pouco tempo interceptando o trânsito da *estrada denominada de boiadas* [...]”.¹⁶⁷ Assim como o capim, o gado também estava lá, ocupando seu espaço no mercado local e arrabaldes da cidade.

O coqueiro era outro produto que estava fortemente integrado ao cotidiano e economia do município, ou melhor, de toda a Província. O viajante inglês Henry Koster, no início do século XIX, testemunhou a importância deste produto para os habitantes de diversos pontos ao longo do litoral, enquanto participava de festas e interagía com moradores de comunidades marítimas. Ao chegar ao povoado de Nossa Senhora do Ó – litoral norte de Olinda – descreveu a paisagem por qual se vislumbrara e minuciosamente descrevera em seu diário:

Essas terras são plantadas de coqueiros, a mais proveitosa árvore do Brasil [...]. Esses coqueirais, através dos quais o olhar alcança lonjuras, e as choupanas, feitas inteiramente de palhas das mesmas árvores, situadas entre elas, formam recantos de visão muito pitoresca. E, como frequentemente sucede, quando a casinha fica na orla do bosque, onde finda o coqueiral, e de onde se vê por detrás, a folhagem verde-escura da mata, a paisagem se torna romântica.¹⁶⁸

O litoral de Olinda era povoado por pequenas comunidades de pescadores, que dependiam tanto do peixe quanto do coqueiro para a subsistência. Koster afirma ainda que “as terras arenosas do litoral onde se planta o coqueiro seriam, sem ele, desvalorizadas e inúteis”.

¹⁶⁶ CM – 49, Fls. 86-87.

¹⁶⁷ CM – 50, Fl. 93, 30 de janeiro de 1864. [Grifo nosso].

¹⁶⁸ KOSTER, op. cit. pp. 381-382.

O autor afirma ainda que a renda dos coqueirais tornavam tais terras valiosas. Isso porque “os terrenos ocupados por essas plantações dão uma renda segura aos seus proprietários que os cultivavam sem dificuldades quando para as demais culturas muitos esforços são exigidos”.¹⁶⁹ Os coqueiros proporcionavam à população “a sombra e o alimento” necessários ao dia-a-dia:

[...] do seu tronco e de suas palmas constroem cabanas; de suas raízes fibrosas tecem os cestos e as cordas são fornecidas pela entrecasca. O fruto dá alimento e bebida, e se obtém um excelente óleo, depurando o sumo que se extrai prensando a sua polpa. O fruto é de uso geral na cozinha da gente pobre, e constitui um dos principais artigos no comércio interno.¹⁷⁰

Mas, a produção do coqueiro não era tão “inocente” quanto parece, muitas vezes quebrando-se o “romantismo” de muitos autores e viajantes que deixaram suas impressões sobre o assunto. Isso porque, relações de poder permeavam o cotidiano daqueles que dependiam do produto para extraírem seu sustento, seus objetos de uso geral e até sua moradia. Bem próximo à linha da praia, habitam os pescadores marítimos artesanais, “onde construía, sobretudo à base de folhas de coqueiros, suas moradias e suas caixas (galpões onde fabricavam, guardavam e conservavam seu material de pesca)”.¹⁷¹

Luis Geraldo Silva, em seu estudo sobre “as gentes do mar”, entre os séculos XVII e XIX, defendeu a idéia de que existia uma estreita relação entre *os coqueiros* e *os currais de peixes* construídos ao longo do litoral. Segundo o autor, “a posse dos currais e coqueiros era a chave de acesso à dominação do povo comum que habitava as comunidades marítimas”.¹⁷² Desde pelo menos o início do século XIX, já existia uma certa “monetização da renda do curral”, e que pescadores livres em comunidades articulavam a cultura do coco e a pesca, inclusive destinados ao mercado interno regional. Muitas vezes, pescadores arrendavam conjuntamente currais e lotes em sítios de coqueiros, onde poderiam construir suas habitações e pagar uma “certa quantia, a título de foro, a seus proprietários”.¹⁷³

As relações de poder e dependência interna entre os proprietários e as comunidades marítimas, se traduziam no estreito vínculo coqueiral/curral, ao ponto em que “o pagamento do foro era estabelecido por pé de coqueiro existente no sítio (em 1816, no litoral norte de Pernambuco, 12 vinténs por ano por coqueiro)”.¹⁷⁴ Encontramos, ainda, além das inúmeras

¹⁶⁹ KOSTER, op. cit. p. 568

¹⁷⁰ Idem, p. 568.

¹⁷¹ SILVA, Luiz Geraldo. *A Faina, a Festa e o Rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar* (séculos XVII ao XIX). Campinas: Papyrus, 2001. pp. 99-100.

¹⁷² Idem, p. 108.

¹⁷³ Idem, p. 109.

¹⁷⁴ Idem, p. 109.

arrematações dos impostos de coqueiros anunciados pela Câmara, um número significativo de petições que visavam conseguir licença (ou renovação da mesma) para abrir um curral de peixe. Era necessário obter licença tanto da Capitania do Porto quanto da Câmara, como demonstra o documento abaixo, datado de 18 de maio de 1867:

Martinho dos Santos Sousa, já tendo obtido licença da Capitania do Porto, para levantar seu curral de pescaria na praia de Nossa Senhora do Ó, lugar onde não ofenda a navegação, como afirma a licença junta e como não o possa fazer sem licença dessa Ilustríssima Câmara vem respeitosamente pedir a V.S^a. que lhe conceda dita licença, com o que lhe fará especial mercê.¹⁷⁵

A licença tinha validade de dois anos, mas o dito curral deveria ser levantado no prazo de quatro meses, caso contrário, ficaria sem efeito a determinação das autoridades responsáveis. Estas petições contemplavam quase todo o litoral de Olinda, passando pelas diversas praias e comunidades marítimas, desde os pontos mais próximos à cidade até o extremo norte do município: São Francisco, Janga, Pau Amarelo, Maria Farinha, Conceição dos Milagres.

A pesca era parte integrante de grande parte da população de Olinda, abastecendo o mercado local, mas, principalmente, destinado ao consumo daqueles que interagiam de forma dinâmica com o mar. Contudo, não podemos deixar de mencionar a importância do pescado no mercado interno, dentro dos limites e interesses desta economia. Isso porque, as vias de comunicação até a década de 1870 dificultavam o deslocamento de quem desejava fazer algum negócio a longa distância, ou mesmo a falta de uma ponte, que diminuísse os transtornos e obstáculos existentes. Como em Rio Doce, “podendo o peixe e mais viveres chegar ao mercado deste município, ao do Recife com maior brevidade, evitando-se a demora, e o prejuízo, a que se expõem os viajantes, com a enchente das marés”.¹⁷⁶

No entanto, não podemos pensar estas comunidades pesqueiras apenas pela dimensão econômica, pois a cultura que produziram no decorrer dos séculos, articulando as práticas de subsistência, a religiosidade e as festas, representaram muito de suas vivências, demonstrando que a vida material estava em estreita sintonia com o universo simbólico na qual estavam inseridos. Em seus ritos, tanto o sagrado quanto o profano se faziam presentes, muitas vezes tão imbricados ao ponto de se tornarem indissociáveis.

Além da pesca – prática comum também nas águas doces nos povoados afastados do litoral – os habitantes dependiam das pequenas lavouras dos mais diversos gêneros para seu

¹⁷⁵ Arquivo Municipal de Olinda. Fundo: Câmara Municipal de Olinda – Série: Petições (Vol. 1, Cx. 2, Doc. 55).

¹⁷⁶ CM – 59 – Fl. 227.

abastecimento, assim como, do mercado local, como Milho, feijão, fruteiras e, principalmente, a mandioca. Além das pequenas roças espalhadas por todo o município, existiam algumas propriedades que se apresentavam bem equipadas para a produção de determinados produtos, como farinha de mandioca, coqueiros, algodão e até café:

Atenção. Vende-se um sítio no lugar Paratibe, perto da Estrada-Nova, com casa de pedra e cal com quatro quartos, duas salas, *casa de farinha*, estribaria, perto do banho de água doce, com *70 pés de coqueiros, 100 ditos de cafezeiros, 50 ditos de laranjeiras*, e outras diversas fruteiras [...].¹⁷⁷ [Grifo nosso].

Muitos destes produtos poderiam ser consumidos na própria localidade em que eram produzidos, ou comercializados nos povoados vizinhos ou mesmo chegando até o centro da cidade. Nesta, existia o *Mercado da Ribeira*, em atividade desde pelo menos o século XVII. Este local – construído próximo aos Quatro Cantos, “local sempre preferido para as atividades mercantis” – era composto por inúmeras “casinhas” (ou lojinhas) que eram alugadas através de arrematação realizada pela Câmara. Durante muito tempo, pensava-se que a Ribeira seria um antigo mercado de escravos, mas neste local não se comercializava este tipo de “mercadoria”.¹⁷⁸

Além da carne e do peixe, vendia-se farinha de mandioca e outros tantos gêneros de primeira necessidade. Este espaço também trazia em seu cerne os conflitos que tanto marcaram o cotidiano desta população que, muitas vezes, dependia da intervenção das autoridades locais para negociarem ou consumirem os produtos indispensáveis a subsistência. Em 16 de setembro de 1865, a Câmara enviava um pedido ao Governo da Província requisitando um soldado para auxiliar o fiscal da cidade, com o objetivo de conduzir “a ribeira gêneros de primeira necessidade, em consequência do monopólio que fazem com ditos gêneros”.¹⁷⁹

Possivelmente, a partir de 1870, com a instalação dos trens urbanos, o mercado local teria ganhado maior mobilidade, levando e trazendo mercadorias, principalmente com a capital, mas também com seus arrabaldes. A *Companhia de Trilhos Urbanos* anunciava, no *Diário de Pernambuco*, que a partir de 24 de outubro de 1870, teria início o transporte de cargas para todos os pontos. Criou-se, inclusive, uma tabela de preços para bagagens e mercadorias, seguindo-se o trajeto das respectivas *Estações*: rua S. Isabel, do Príncipe, João

¹⁷⁷ Diário de Pernambuco, 12 de Janeiro de 1870.

¹⁷⁸ CAVALCANTI, op. cit. p. 139-140.

¹⁷⁹ CM – 52, Fl. 154.

de Barros, beco do Espinheiro, Encruzilhada, Belém, Campo Grande, Salgadinho, Arrombados e Olinda.¹⁸⁰

Além do Mercado da Ribeira, do matadouro público, das cocheiras, dos engenhos, dos açougues e peixarias anteriormente citados, Olinda possuía outros estabelecimentos espalhados pelo município, mas principalmente localizados na cidade. Existiam, segundo documento da Câmara, cento e trinta e um estabelecimentos comerciais, assim como, vinte e nove “indústrias”.¹⁸¹ Os estabelecimentos comerciais e “industriais” ficavam assim distribuídos, quando especificados os diversos ramos:

<i>Tabela 10</i>	
<i>Estabelecimentos Comerciais</i>	
Molhados	115
Açougues	8
Lojas de Fazendas e Miudezas	3
Boticas	2
Loja de Louça Fabricadas no País	1
Cocheiras	2
Total	131
<i>Estabelecimentos Industriais</i>	
Fornos de Queimar Cal	15
Lojas de Marcenaria	3
Loja de Funileiros	2
Padarias	2
Refriações	2
Fábricas de Charutos	1
Fábricas de Cigarros	1
Loja de Ourives	1
Loja de Alfaiates	1
Olaria	1
Total	29

Fonte: Câmara Municipal de Olinda, 26 de Março de 1868

¹⁸⁰ Diário de Pernambuco, 19 de Outubro de 1870.

¹⁸¹ CM – 56, Fl. 143, 26 de Março de 1868.

Outro estabelecimento nos chama a atenção nos documentos enviados pela Câmara ao Governo da Província, relatando o estado e as necessidades do município. Estamos nos referindo ao *Cemitério Público* que, apesar de se distanciar dos tipos de negócios acima listados, também se inseria como importante fonte de renda para os cofres “públicos”, como demonstra o seguinte trecho: “O estado deste importante estabelecimento encarado pelo lado econômico é por demais satisfatório. Outro tanto porém não pode esta Câmara afirmar pelo lado material por que as obras desse estabelecimento ainda estão muito aquém do que devem ser”.¹⁸²

Em 13 de janeiro de 1870, foi publicado no Diário de Pernambuco o número de sepultados no cemitério durante o ano de 1869, demonstrando que tanto homens livres quanto escravos eram enterrados lá. Neste ano, foram sepultados 175 pessoas livres e 13 cativos.¹⁸³ Ao que parece, em alguns casos fazia-se necessário enviar à Câmara um pedido oficial requerendo um local para o sepultamento, como ocorreu com a Irmandade de São Benedito – “ereta” no Convento de São Francisco de Olinda – que:

[...] desejando ter sepulturas decentes, que sirvam de jazigo aos restos mortais de seus irmãos, pretende para esse fim fazer 20 catacumbas no Cemitério Público desta cidade, e como seja necessário consentimento da V. S.^a, [...] vem respeitosamente requerer-lo o visto, como é necessário que se lhe marque o lugar como acento para dito fim.¹⁸⁴

Os alicerces que davam suporte a vida material, passavam por diversos ramos que compunham a paisagem natural e social de então, permeados pelas relações de poder que não poderiam faltar não apenas nas áreas mais rurais, como também em outros setores da vida econômica, como foi mostrado. Esses espaços de sobrevivência foram marcados pela interação dos mais diversos segmentos sociais, incluindo os livres – em condições diferentes de vida – e os escravos. Estes aparecem aqui e ali, em grandes e pequenas lavouras, na pesca, no artesanato e na fuga. Constantemente, a pequena população de cativos ora diminuía, ora aumentava, dependendo da origem dos fujões. Devido à diversidade do meio e, possivelmente, de outras tantas oportunidades oferecidas, Olinda atraía e dispersava gente, ou ainda, apresentava-se como *encruzilhada* imprecisa para aqueles que procuravam distanciar-se do cativo.

¹⁸² CM – 49, Fls. 86-87, 26 de março de 1863.

¹⁸³ Diário de Pernambuco, 13 de janeiro de 1870.

¹⁸⁴ Arquivo Municipal de Olinda. Fundo: Câmara Municipal de Olinda – Série: Petições. Vol. 1, Doc. 56. 11 de maio de 1867.

Capítulo 2

O COTIDIANO DO TRABALHO ESCRAVO

Os escravos eram capazes de trabalhar arduamente, e realmente o fizeram, como já haviam feito antes seus ancestrais africanos. A acusação de indolentes não se sustenta. Mas resistiram à uniformidade e à rotina, que vieram a ser condição *sine qua non* da sociedade industrial, que os senhores tentaram lhe impor, apesar de rejeitarem eles mesmos, em grande parte, a ética burguesa de trabalho.¹⁸⁵

A partir da citação de Eugene Genovese, retirado de seu livro “A Terra Prometida”, onde o autor analisa a vida dos escravos das *plantations* do sul dos Estados Unidos – principalmente no século XIX – podemos extrair importantes elementos que marcaram o cotidiano do trabalho escravo no qual analisaremos no decorrer deste capítulo. Isso porque, até os últimos momentos da escravidão no Brasil, os senhores buscaram arrancar ao máximo as possibilidades de ganhos sobre o trabalho servil, no qual muitos resistiram até o final a abandonar velhas práticas e costumes que estavam arraigados em seu dia-a-dia, como detentores do poder econômico e moral.

Na ótica dos senhores, os escravos eram “indolentes” e “despreparados” para um mundo de trabalho sem as rédeas costumeiras do cativo. Estes eram argumentos comuns entre aqueles que buscavam justificar a continuidade da escravidão. “Uniformidade” e “rotina”, palavras que, apesar de fazerem parte, muitas vezes, do vocabulário senhorial, não traduziam os reais valores de uma sociedade ainda escravista e – no dizer de Genovese – pré-industrial, mesmo que possa ser dito que os cativos não era a principal mão-de-obra reinante, como em Olinda. Contudo, estes estavam presentes no dia-a-dia de muitas casas, assim como nos mercados, nos rios, no artesanato, nas padarias, nas praias, etc.; mesmo que fossem um aqui, outro ali, possuíam papel fundamental na vida daqueles que buscavam preservar suas posses até não mais conseguirem mantê-los, por razões diversas.

O trabalho que os escravos desempenharam nestes últimos anos da escravatura possuía diversas faces. Já os ritmos, variaram de acordo com a diversidade do meio social e as relações que possuíam com a natureza. Assim, seria anacrônico pensarmos em uma rotina de trabalho regida de forma disciplinada pelo relógio, por mais que os senhores desejassem extorquir ao extremo a força produtiva de seus cativos. A “noção de trabalho”, ao mesmo tempo compartilhada e interpretada de forma particular por senhores e escravos, tinha em

¹⁸⁵ GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 467.

comum os valores ainda persistentes de uma sociedade “rural”, “pré-burguesa” e, sobretudo, “pré-industrial”.¹⁸⁶

1. ASPECTOS GERAIS DO TRABALHO ESCRAVO

A exploração do trabalho escravo não cessou ou muito menos diminuiu seu ritmo na segunda metade do século XIX, mesmo diante de uma conjuntura marcada pela crise do sistema servil e crescimento da mão-de-obra livre. Estamos aqui nos reportando não apenas à exploração de tipo “clássica”, quando nos vem em mente as lavouras de café do sul ou grandes engenhos ainda em plena atividade. O que queremos demonstrar é que o escravo, enquanto propriedade mesmo de poucos, continuou a ser – em grande parte deste período – a mão-de-obra preferencial entre os que precisavam da prestação de algum serviço. Ser proprietário de um escravo era um privilégio de poucos, mas sempre havia aqueles que alugavam seus cativos para os que deles necessitavam.

Neste ínterim, algumas questões ainda foram pouco analisadas se considerarmos outras realidades que não a do “sul” cafeeiro, que “sugou” boa parte dos escravos existentes nas regiões “decadentes” do “norte”. Açúcar em crise, tráfico interno, leis emancipacionistas, etc. Questões que muito determinaram os rumos tomados pela escravatura no país. Mas, de que forma esta conjuntura geral afetou o cotidiano dos escravos em realidades tão diversas daquelas há muito estudadas pela historiografia? Qual o impacto e desdobramentos em regiões onde a escravidão era pouco expressiva, mas persistente até os últimos anos do sistema? Qual o papel do escravo em uma economia como a de Olinda, considerada decadente e de pouca representação na Província? Que relações os escravos construíram diante das pressões e discussões acerca de seu futuro?

Com isso, é importante pensarmos os desdobramentos de uma conjuntura geral que há muito vem sendo debatida pela historiografia, na qual, muitas vezes, os acontecimentos mais gerais acabam por minimizar os aspectos “miúdos” do cotidiano, principalmente se partirmos das lacunas existentes sobre realidades fora dos grandes centros econômicos. Dessa forma, *Capitalismo, Escravidão e Transição* podem ser considerados um importante trinômio que esteve presente em ampla discussão sobre os últimos anos da escravatura, no qual o processo de emancipação do trabalho escravo teria sido conduzido de forma *lenta, gradual e*

¹⁸⁶ Idem.

disciplinada pelo Estado.¹⁸⁷ Os abolicionistas também tiveram papel destacado nessa discussão. E durante algum tempo na historiografia, estes foram os verdadeiros articuladores e reais agentes políticos desse processo. “A abolição foi uma revolução branca”, diria Octavio Ianne.¹⁸⁸

Nos últimos anos, a participação dos escravos no processo foi revisto, percebendo-se o importante papel por eles desempenhados na derrocada do regime. Todavia, ainda se faz necessário tomar o mundo do trabalho escravo a partir de outras perspectivas, buscando romper com os resquícios de uma historiografia que pouco se deparou com os conflitos e contradições cotidianas, levando-nos a crer em uma transição linear da mão-de-obra escrava para a livre.

Procuramos adentrar nas particularidades destes trabalhadores, considerando não apenas as mudanças advindas com a “modernidade”, o jogo político nacional, a vinda dos imigrantes e dos ditames da economia cafeeira em expansão. É importante questionarmos a persistência da escravidão em meio às pressões impostas pelas Leis Emancipacionistas, assim como seus desdobramentos em regiões à margem do sistema agro-exportador e em áreas em que a posse de escravos em pequeno número nos conduz a repensarmos as generalizações sobre o tema.

Dessa forma, levantamos alguns números sobre a escravidão em Olinda, extraídos do *Livro de Classificação dos Escravos de 1876*. Esta lista é resultante da obrigatoriedade em que os senhores – a partir de 1871, através da Lei 2040 – se achavam em matricular todos os seus cativos no respectivo município residente. Isso porque, a conhecida Lei do Ventre Livre não se resumia apenas a “libertar” os escravos nascidos a partir daquela data, pois criava um complexo sistema que visava emancipar, progressivamente, os outros cativos existentes. A lei previa a criação de um *Fundo de Emancipação*, destinado a libertar os escravos matriculados na lista especial de cada município, matrícula esta que deu origem as Listas de Classificação.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Cf.: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor, 1988; e COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁸⁸ IANNI, op. cit.

¹⁸⁹ Sobre a “Matrícula Especial” dos Escravos e sua relação com a Lista de Classificação, ver: SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não Queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. In *Estudos Econômicos*. 13 (1): 117-149, Jan/Abr. 1983. Sobre a Lei do Ventre Livre e o Fundo de Emancipação, ver: CONRAD, Robert. *Os Últimos anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. *Ventre Livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

Em Olinda não foi diferente. Quatro listas chegaram hoje em nossas mãos, referentes aos anos 1873, 1874, 1875 e 1876. Todavia, não pretendemos discutir acerca da aplicação da Lei em si, mas, na verdade, a partir das informações contidas na Lista, adentrar no cotidiano dos cativos. Devido a riqueza de detalhes, nos concentraremos principalmente na lista correspondente ao ano de 1876, por entender que esta traz uma maior compilação das informações contidas nas primeiras.¹⁹⁰ Isso porque, entre 1873 e 1876, a escravaria registrada sofreu inúmeras alterações, como venda, alforria, “mudança” e morte. E para realizar esta árdua tarefa de classificar e atualizar as listas, era necessário formar um pequeno grupo de pessoas responsáveis pelo registro, denominado de *Junta de Qualificação*.

Os trabalhos da Junta de Olinda tiveram início em 16 de abril de 1873, encerrando em 31 de outubro do mesmo ano.¹⁹¹ Nos anos que se seguiram, as autoridades responsáveis deram continuidade aos trabalhos, atualizando algumas informações contidas na lista de 1873, dando origem às outras citadas anteriormente. E a de 1876 “fecha”, a nosso ver, essas atualizações. Até o momento, não temos notícias de outras listas de Olinda.

Com isso, evitamos trabalhar com uma massa de dados e informações incompatíveis com os nossos limites e objetivos. Na Lista de 1876 já encontramos importantes detalhes que iremos analisar neste capítulo, principalmente ao que concerne a profissão, idade, pecúlio e outros elementos do mundo do trabalho escravo. Quando necessário, retomaremos algumas questões que nos levam às listas anteriores.

Partindo então da Lista de 1876, encontramos, no primeiro olhar, 513 escravos matriculados, seguindo as orientações correspondentes a lei. No entanto, constatamos que o número de escravos matriculados era muito maior do que aqueles que se encontravam distribuídos nas primeiras colunas da Lista, onde várias informações eram acrescidas a seu nome, tais como: idade, cor, pessoas da famílias, valor, profissão, aptidão, moralidade e nome do senhor.

Isso porque, ao analisarmos a coluna correspondente a “Observações” – último campo da lista –, nos deparamos com outras tantas informações não só sobre o cativo matriculado, mas sobre casamento, família, pecúlio, fugas, etc. Mas o que queremos destacar neste momento, é que quando um determinado cativo tivesse constituído família ou pelo menos casamento, apenas um integrante seria posto em destaque na Classificação, enquanto que os

¹⁹⁰ Também não foi possível manusear o Livro de 1873, por não se encontrar em boas condições. Contudo, encontramos no trabalho de Luiz Delgado importantes informações acerca desta Lista, onde o autor descreveu as principais informações contidas no documento.

¹⁹¹ DELGADO, Luiz. *Escravos em Olinda Sob a Lei Rio Branco*. Recife: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967. p.14.

outros constariam como “pessoas da família”, com algumas especificações nas “Observações”.

Constatamos que além dos 513 escravos matriculados, devemos acrescentar 141, correspondendo aos filhos menores de 21 anos e aos cônjuges, chegando a cifra de 654 cativos. Nessa primeira parte, tomaremos esses números como ponto de partida de nossa análise. Estes cativos se encontravam dispostos segundo critérios criados a partir de decretos referentes especificamente a *Classificação para o Fundo de Emancipação*, importante para compreendermos algumas questões. O artigo 27 do regulamento que visava orientar a classificação determinava o seguinte:

1º. – Na libertação por famílias, preferirão:

- I – os cônjuges que forem escravos de diferentes senhores;
- II – os cônjuges que tiverem filhos nascidos livres em virtude da lei e menores de oito anos;
- III – os cônjuges que tiverem filhos livres menores de 21 anos;
- IV – os cônjuges com filhos menores escravos;
- V – as mães com filhos menores escravos;
- VI – os cônjuges sem filhos menores.

2º. – Na libertação por indivíduos, preferirão:

- I – a mãe ou pai com filhos livres;
- II – os de 12 a 50 anos de idade, começando pelos mais moços do sexo feminino e pelos mais velhos do sexo masculino.¹⁹²

Estes critérios deveriam determinar as “preferências” dispostas na lista especial organizada por autoridades locais que compunham as Juntas de Qualificação. Entre estes, proprietários de escravos da região. A partir da lista citada, encontramos os seguintes números referentes aos escravos agrupados segundo a idade. Contudo, devemos alertar que neste capítulo trabalharemos apenas com 637 cativos, pois não incluímos nessa primeira análise 17 escravos que não tiveram suas idades declaradas.¹⁹³ Com isso, destacamos os seguintes números abaixo:

Até 7 anos	8 a 14 anos	15 a 40 anos	41 a 50 anos	51 e mais	Total
60	117	318	101	41	637
9,4%	18,3%	49,9%	15,8%	6,4%	

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

¹⁹² DELGADO, op.cit. p. 13.

¹⁹³ No Capítulo 3, onde abordaremos a questão da posse de escravos, incluiremos todos os escravos encontrados na Lista, ou seja, 654 cativos.

Considerando os números acima, constatamos que aproximadamente 50% da população escrava de Olinda era composta por cativos no auge da produtividade, ou seja, entre 15 e 40 anos de idade. Estes escravos compunham um universo ocupacional diverso, mas se concentravam, como veremos mais adiante, no serviço doméstico e na agricultura. Apesar de muitos trabalhos definirem as idades produtivas até 40 anos, agrupando os demais a partir dos 41 em diante, achamos importante destacar os escravos que possuíam até 50 anos, por considerar que estes representavam um número significativo no conjunto da escravaria. Na verdade, como será visto mais adiante, os senhores usufruíam do trabalho escravo até não mais conseguirem extrair a força vital de suas posses.

Todavia, consideramos que esta delimitação das idades nos ajuda a entender melhor a proporção de cativos empregados no “ápice” de sua força produtiva, necessária na execução da dura jornada exigida pelos senhores, já que desde muito cedo – até os últimos sinais de esgotamento das forças –, o trabalho escravo era extorquido de acordo com os interesses de cada senhor.

Comparando alguns pontos da tabela anterior, observamos que os mais jovens – entre 2 e 14 anos – juntos somavam 177 escravos, representando 27,7% do total, número mais elevado em comparação aos mais velhos – entre 41 e 70 – que chegavam a 142, ou 22,2%. Se considerarmos ainda o número de crianças nascidas sob a “proteção” da Lei do Ventre Livre aos primeiros – os chamados “ingênuos”, que somavam 37 –, o número se eleva para 214, ou 33,5%. Ou seja, os senhores de Olinda teriam em seu poder uma porcentagem razoável de cativos jovens para o trabalho futuro, preparados desde cedo para as atividades cotidianas.

Pelas peculiaridades e poucos estudos que se referem às duas categorias que ocupam partes opostas da tabela (crianças e velhos), decidimos analisá-los a parte neste capítulo, em momento oportuno. Os mais jovens (8 a 14 anos) também serão enquadrados com estes. Seguindo na análise dos dados, ao reagruparmos os cativos segundo idade e sexo, encontramos os seguintes dados abaixo:

<i>Tabela 12</i>					
<i>Escravos Segundo Sexo e Idade</i>					
Homens					
Até 7 anos	8 a 14 anos	15 a 40 anos	41 a 50 anos	51 anos e mais	Total
36	70	140	64	21	331
10,8%	21,1%	42,2%	19,3%	6,3%	51,9%
Mulheres					
Até 7 anos	8 a 14 anos	15 a 40 anos	41 a 50 anos	51 anos e mais	Total
24	47	178	37	20	306
7,8%	15,3%	58,1%	10,1%	6,5%	48,1%

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Em números gerais, percebemos um grande equilíbrio entre homens e mulheres que compunham a escravidão em Olinda, com relativa predominância masculina. Todavia, ao destacar os cativos entre 15 e 40 anos – considerada a fase mais produtiva –, observamos que as escravas ocupavam um papel destacado na escravatura de então, superando o número de homens nesta faixa etária. Mas, se tomarmos ainda todos os escravos até os 40 anos, os cativos do sexo masculino chegariam a 246 (ou 38,6% do total) e as mulheres a 249 (ou 39% do total), tornando a equilibrar-se. Isso demonstra também – como já havíamos mencionado – que uma porcentagem significativa de cativos capazes de trabalhar e renovar os plantéis, chegavam a cifra de 495 escravos, ou 77,7%, entre homens e mulheres.

Tomando como referência alguns trabalhos sobre a escravidão no Nordeste, podemos ter uma melhor idéia dos dados por nós analisados. Jalila Ribeiro, em seu estudo sobre a “Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão”, parte da idéia de contradição entre *escravidão e capitalismo*, na qual “o descompasso conseqüente dessas contradições acentua ou mesmo agiganta as contradições internas, as quais conduziram à adoção de uma política gradualista de emancipação, culminando na abolição completa da escravatura”.¹⁹⁴

Apesar de seu estudo ter como base as contradições entre a sociedade capitalista e a escravista, a autora observa também a grande resistência dos senhores às transformações que então se configuravam. Segundo a autora, mesmo com os abalos advindos com a conjuntura da época (tráfico interprovincial, precárias condições sócio-econômicas, escassez de cativos),

¹⁹⁴ RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. *A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão 1850-1888*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983. p. 11.

“o escravo continuou a ser a principal força-de-trabalho nas atividades agrárias e urbanas, e o sistema de produção não foi muito diverso do que vigorava no período colonial”.¹⁹⁵

Percebemos, então, que apesar das forças econômicas e políticas conseguirem abalar de forma contundente a escravidão enquanto força produtiva, os valores da sociedade pouco avançaram no que diz respeito a mentalidade senhorial e seus alicerces morais e ideológicos. Robert Slenes e Roberto Carvalho de Mello, por exemplo, ao analisarem a “economia da escravidão no Brasil”, evidenciaram que:

[...] Diferindo de outros ativos econômicos pela sua natureza humana, os escravos sempre foram tratados – tanto na elaboração quanto no cumprimento da lei – como uma forma peculiar de propriedade em que razões de ordem emocional sempre interferiram e influenciaram bastante as decisões de ordem puramente econômica.¹⁹⁶

Slenes e Mello evidenciam – mesmo tratando-se de um estudo sobre a “natureza econômica da escravidão” –, que “os escravos teimavam em não se comportar como bens desprovidos de vontade própria”, pois não faltam exemplos de formas diversas de resistência no cotidiano de suas vidas, fossem elas “passivas” ou “ativas”, de acordo com cada circunstância vivida.¹⁹⁷

Voltando ao estudo de Ribeiro sobre o Maranhão, observamos que o número de escravos e escravas, no geral, também apresentava certo equilíbrio, como em Olinda, representando 48,8% para os homens e 51,2% para as mulheres, mas, sem dúvida, com presença marcante destas. Os escravos entre 15 e 40 anos representavam 47,2% da população total, ou seja, em idade produtiva.¹⁹⁸ Em outro estudo sobre o nordeste, referente ao Ceará, novamente os números demonstram que não havia uma predominância significativa das mulheres, que chegavam a 53% dos cativos, mantendo-se certo equilíbrio entre escravos e escravas, não ocorrendo grandes disparidades entre eles.¹⁹⁹ A relativa superioridade das mulheres também pode ser observado na Paraíba, segundo o estudo de Diana S. de Galliza.²⁰⁰

Talvez, de forma geral, esta crença na força masculina predominasse em alguns setores da sociedade escravista, mas, na realidade, muitos foram aqueles que exploraram de forma intensiva a mão-de-obra feminina, como bem demonstram trabalhos como de Maria

¹⁹⁵ Idem, p. 178.

¹⁹⁶ MELLO, Pedro de Carvalho de; SLENES, Robert W. A Natureza Econômica da Escravidão. In NEUHAUS, Paulo (org.). *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 90.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ RIBEIRO, op. cit. pp. 46-47.

¹⁹⁹ SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *O Declínio da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988, p.127.

²⁰⁰ GALLIZA, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850-1888*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1977.

Odila, Sandra Grahan, Maciel Silva, entre outros.²⁰¹ A idéia de *plantation* regida por uma grande quantidade de escravos ainda paira sobre nossa visão acerca do sistema escravista. Contudo, homens, mulheres, crianças e velhos possuíam papéis econômicos e sociais que foram moldados de acordo com os interesses e realidades na qual estavam inseridos. Todos tinham lugar no complexo sistema de exploração servil.

Josué M. dos Passos Subrinho, em seu estudo sobre o Sergipe, procurou desconstruir afirmações há muito presentes na historiografia sobre a “desagregação do escravismo” nas regiões açucareiras do nordeste. O autor afirma que, apesar da tão conhecida estagnação econômica do nordeste em relação ao sul cafeeiro, esta “não impedia o crescimento da quantidade produzida e exportada de açúcar, requerendo, portanto, dado o limitado processo de modernização das técnicas de produção do açúcar e da cana, uma maior quantidade de força de trabalho” escravo.²⁰²

Comparando números nacionais com o “Nordeste Açucareiro”, Subrinho demonstra que o número de escravos em idade produtiva chegava a 48,8%, enquanto que no Sudeste era de 45,32%. Segundo o autor, o Sergipe Açucareiro, às vésperas da abolição, era uma sociedade escravista – “conclusão esta estendida a toda a Zona da Mata Nordestina caso novas investigações empíricas sejam desenvolvidas [...]”.²⁰³

As informações apresentadas por este autor demonstram a importância de se rever determinadas afirmações contidas na historiografia sobre os últimos anos da escravidão. Contudo, ao contrário deste autor, pretendemos olhar com maior atenção também os escravos que não foram totalmente “sugados” pelo “sul cafeeiro” ou mesmo pelo “nordeste açucareiro”. Muitos escravos compunham o cotidiano de um universo ainda pouco explorado pela historiografia, onde a escravidão adquiriu novas roupagens e dimensões apenas observáveis quando confrontamos as afirmações gerais com as práticas cotidianas do cativo.

²⁰¹ GRAHAN, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995; SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de Honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Cf. também: LIBBY, Douglas Cole (Org.); FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

²⁰² SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. Desagregação do Escravismo e Transição para o Trabalho Livre na Província de Sergipe. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, n.º. 3, pp. 465-493, set.-dez. 1994. pp.487-488.

²⁰³ Idem, p.488.

2. O MUNDO DO TRABALHO ESCRAVO

O padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva. (o padrão persiste ainda hoje entre os autônomos – artistas, escritores, pequenos agricultores e talvez estudantes – e propõe a questão de saber se não é um ritmo ‘natural’ de trabalho humano.²⁰⁴

É importante termos em mente que a realidade na qual nos propomos a analisar era bem diversa da que vivenciamos em nosso dia-a-dia. Em uma sociedade regida pelo mercado, o relógio coordena todos os atos desempenhados no decorrer de um dia. O trabalho – maior referencial da vida cotidiana atual – é controlado, fiscalizado e doutrinado pela lógica dos “tempos modernos”. Em contraposição a esta idéia de sociedade racionalizada pelo capitalismo, Thompson nos apresenta uma questão um tanto interessante – na qual nos apropriaremos aqui – para pensarmos a vida dos escravos nestes últimos anos da escravatura. Que ritmos de trabalho os escravos seguiam diante das pressões e diferentes níveis de exploração senhorial nestes últimos tempos da escravidão?

Estes ritmos “naturais”, sem dúvida, estavam relacionados às práticas cotidianas nas quais os escravos se ocupavam, de acordo com as negociações e conflitos que regiam seu dia-a-dia. Talvez aqui possamos arriscar a idéia de que estes cativos regessem seu dia através de uma “orientação pelas tarefas”, pois esta seria “a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos”.²⁰⁵ Contudo, como poderemos observar na tabela a seguir, alguns escravos também poderiam ser encontrados em atividades em que a “disciplina” e a “regularidade” do relógio exigissem um pouco mais de “uniformidade” ao trabalho desempenhado por eles, a exemplo dos que eram empregados nas padarias e olarias. Ao mesmo tempo em que podemos observar que grande parte das ocupações destes cativos exigia outras referências de tempo, melhor compreendidas se observadas em suas particularidades.

²⁰⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.282.

²⁰⁵ Idem, p. 271.

Tabela 13
Escravos Segundo a Profissão

Profissão	Número
Serviço Doméstico	176
Agricultores	149
Cozinheira (o)	43
Engomadeira	16
Costureira	12
Ganhador	11
Canoeiro	10
Lavadeira	9
Quitandeira (o)	9
Sapateiro	6
Bolieiro	4
Carpina	3
Carreiro	3
Padeiro	2
Alfaiate	2
Marcineiro	2
Jornaleiro	2
Fiadeira	1
Oleiro	1
Pescador	1
Copeiro	1
Pedreiro	1
Total	464

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Nesta tabela se encontram todas as profissões desempenhadas pelos cativos de Olinda matriculados na Lista de 1876. Outros 49 escravos foram matriculados sem especificação de atividade desempenhada, representando apenas 9,5% do total dos 513 matriculados.²⁰⁶ A partir da tabela anterior, constatamos a forte presença dos cativos classificados como “serviço doméstico”, representando aproximadamente 38% do total com profissão declarada, seguida de agricultores, com 32,1%. No entanto, é importante destacar que “o escravo urbano nem sempre é tão especializado em seu trabalho quanto quer a tradição [...]”, como bem colocou Kátia Queiroz Mattoso. A autora afirma ainda que:

[...] o escravo doméstico transforma-se facilmente em escravo ‘ganha-pão’ à vontade de seu senhor, em escravo que vende fora de casa sua engenhosidade, sua mercadoria, a força de seus braços. O escravo da cidade é eclético. Alguns deles, evidentemente, adquiriram na África, ou com seu senhor, um ofício determinado (cozinheiro, cocheiro, bordadeira, costureira, calafate, pedreiro, caldeireiro, carpinteiro, etc.). Estes vendem sua competência, se o mercado o requer.²⁰⁷

²⁰⁶ Estes dados referentes a profissão se encontram nas informações sobre os escravos *matriculados* na tabela principal, já que os demais que constam nas “Observações” não apresentam – com exceção de uma engomadeira e de uma costureira – ocupação declarada, pois a exigência recaía apenas aos primeiros.

²⁰⁷ MATTOSO, Kátia Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 140.

Ao mesmo tempo em que a rotatividade ocupacional do escravo estava condicionada aos mandos do senhor, sem dúvida, alguns cativos valiam mais por apresentarem habilidades diferenciadas e melhor requisitadas de acordo com a dinâmica na qual se encontravam. Especialização, necessidades do mercado e concorrência²⁰⁸ com outros cativos e mesmo com os livres, levaram muitos senhores e requerentes – ou seja, aqueles que desejavam alugá-los – a valorizar mais aqueles que melhor se enquadrassem para o serviço desejado. Além do que, determinados serviços exigiam dos cativos alto grau de conhecimento específico, principalmente em um período onde o crescimento da mão-de-obra livre buscava seu espaço em atividades antes majoritariamente dominadas por escravos.

Para melhor visualizarmos o “mundo do trabalho” escravo e suas relações com a realidade que os cercava, dividimos este universo em quatro agrupamentos gerais: *portas adentro*, *portas a fora*, *agricultura* e *artesanato*. Assim, as várias ocupações profissionais poderão ser melhor contempladas em nossa análise de forma mais detalhada. Mas, retornando a questão sugerida por Thompson, quando afirma que “o padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade quando os homens detinham o *controle de sua vida produtiva*”, nos perguntamos se seria possível pensarmos esta dinâmica para os escravos aqui estudados. Evidentemente, à primeira vista, os cativos não tinham “o controle de sua vida produtiva”, já que estavam presos a uma trama complexa de exploração e violência diária. Ao mesmo tempo, devemos pensar este cotidiano como espaços construídos pelos escravos na execução de suas tarefas, alternando momentos de pleno trabalho, lazer e ociosidade. Segundo Marcus carvalho:

O sistema escravista penetra em todos os poros da cidade, da rua ao quarto de dormir. Não obstante, era modificado pelas estruturas urbanas. A escravidão adaptava-se para que pudesse continuar existindo. O calcanhar de Aquiles aqui era o desempenho de atividades que exigiam uma grande liberdade de movimento dos cativos. Essa mobilidade era a fonte de uma série de desdobramentos. Até mesmo porque sempre houve uma linha móvel entre o que era permitido aos escravos fazerem, e aquilo que eles faziam de qualquer maneira.²⁰⁹

A partir desta perspectiva, os cativos possuíam, de acordo com as atividades desempenhadas, algum controle sobre o tempo de trabalho, do lazer e outras manifestações que contrariam as visões clássicas de um cativo castrador da humanidade dos escravos – apesar de não desconsiderarmos as malhas opressivas e a violência cotidiana nestes tempos de grandes transformações da mão-de-obra. Vejamos agora como os escravos de Olinda se apresentavam de acordo com o primeiro agrupamento proposto:

²⁰⁸ Idem, pp. 141-142.

²⁰⁹ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001. p. 257.

Serviço Doméstico	176
Cozinheira (o)	43
Engomadeira	16
Costureira	12
Copeiro	1
<i>Total</i>	248

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Acima encontramos os escravos que, de modo geral, eram empregados no serviço doméstico, correspondendo a 53,4% dos cativos de Olinda. Contudo, devemos frisar que em muitos lares era comum a produção de gêneros que abasteciam o mercado local em consequência dos poucos estabelecimentos comerciais capazes de suprir as necessidades da população, possibilitando-nos afirmar que muitos desses cativos – principalmente cativas – poderiam ser empregados na produção de doces, alimentos e até pequenas oficinas de roupas e etc. Sobre o trabalho das escravas neste contexto, Sandra Graham afirma que:

Cozinheiras, amas-de-leite, mucamas, costureiras – todas elas pertenciam aos domínios do trabalho portas adentro, trabalho que as fazia testemunhas e, em certa medida, participantes na vida diária do senhor e da senhora. Em contraste com as que permaneciam ‘atrás das portas’, os patrões com bom número de escravos ou criados alugados reservavam outra categoria de trabalho para as domésticas que ‘saíam as ruas’. Estas incluíam as lavadeiras, as carregadeiras de água e as que faziam compras no mercado ou de vendedoras locais.²¹⁰

Todavia, apesar desta distinção inicial entre as atividades exercidas pelos cativos, já foi por nós colocado que nem sempre o trabalho do escravo é tão especializado. Segundo Maciel Silva, em seu estudo sobre “Trabalho, Cotidiano e Representações de Vendeiras e Criadas no Recife do século XIX”:

[...] o universo espacial de algumas domésticas era bem mais amplo do que os cômodos da casa. Havia aquelas que exerciam ao mesmo tempo ofícios de *portas adentro* e de *portas a fora*. Alguns anunciantes na imprensa pernambucana desejavam alugar ‘pretas’ que soubessem engomar, cozinhar e ainda comprar na rua.²¹¹

Antes de adentrarmos neste universo do trabalho doméstico, é importante destacarmos que não apenas as mulheres estavam presentes no exercício destas atividades. As cativas

²¹⁰ GRAHAM, op. cit. p.51.

²¹¹ SILVA, Maciel, op. cit. pp. 89-90.

representavam 74,5% neste ofício, enquanto os cativos 23,4%, como pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 15
Escravos Ocupados em Atividades Domésticas

Atividade	Mulheres	Homens
Serviço Doméstico	118	58
Cozinheiras (o)	39	4
Copeiro	-	1
Engomadeiras	16	-
Costureiras	12	-
Total	185	63

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Apesar das mulheres ocuparem lugar de destaque nas atividades referentes a casa, os homens também eram empregados em tais serviços, inclusive como cozinheiros, atividade esta dominada majoritariamente pelas cativas, como demonstra a tabela acima. No entanto, como a historiografia já havia demonstrado, a escrava era preferencialmente ocupada com o serviço doméstico, enquanto que os homens tinham suas forças direcionadas ao trabalho de *ganho*.²¹²

Mas, primeiramente, destacaremos a atividade desempenhada pelas cativas (e cativos) no tocante a *cozinha*. Isso porque – lembrando aqui as palavras de Sandra Graham – “dentro da casa, o trabalho se dava à volta da cozinha”.²¹³ Sobre essa questão, Luce Giard já havia destacado a “sucessão de gestos e de passos, repetidos, obrigatórios”, que cercam as práticas cotidianas em torno das “artes de nutrir”. Atividade esta que não se resumia às funções específicas dentro dos limites físicos da cozinha. Era preciso ir a rua, ao mercado, às vendas, às fontes de água. Tarefas que exigiam ora “dentro”, ora “fora”, e recomeçar tudo no dia seguinte.²¹⁴ Tudo isso entre ladeiras mal conservadas, caminhos precários, abastecimento de água deficiente. Cativos iam e vinham no cumprimento de seus serviços de casa, mas muitas vezes não voltavam ou, pelo menos, não no tempo determinado pelo senhor.

Este dia-a-dia, regido pelas necessidades exigidas para o desempenho da atividade – ainda mais próximo do olhar vigilante do senhor –, requeria do cativo competências bastante complexas, não apenas físicas mas também mentais. Lidar com equipamentos variados, com o

²¹² DIAS, op. cit. p. 131; SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra. *Revista Afro-Ásia*, nº. 17, 1996, pp. 107-108.

²¹³ GRAHAM, op. cit. p.45.

²¹⁴ GIARD, Luce. Artes de Nutrir. In: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 269.

tempo de cozimento, conhecimentos de forno e fogão, controle de mantimentos, exigiam força e habilidades alcançados com muito trabalho. Segundo Maciel Silva, devido ao cotidiano exaustivo e muitas vezes insalubre das cozinhas, as cozinheiras “[...] talvez, de todas as criadas, sejam as que mais trabalhavam, dependendo das circunstâncias específicas em que fossem engajadas”.²¹⁵

Ao mesmo tempo em que nos deparamos com este alto grau de especialização dos escravos de Olinda, devemos frisar que muitos cativos eram empregados de acordo com os interesses de seu senhor. No caso dos que eram oferecidos para o aluguel, muitas vezes exigia-se que acumulassem funções, como cozinhar, engomar, lavar, costurar, comprar.²¹⁶ Talvez isso explique o número significativo de escravos classificados simplesmente como “serviço doméstico”. Estes – que chegavam a 176, entre homens e mulheres, representando 38% dos 464 com profissão declarada – possivelmente acumulavam as diversas funções necessárias para um bom funcionamento de uma casa. E, se cativo de um pequeno plantel – ou mesmo única posse – suas funções deveriam ser ainda mais variadas e exaustivas, e em constante mutação, exercendo atividades ora fora, ora dentro dos alicerces senhoriais. Lembremos que em Olinda o número de senhores era bastante reduzido (que chegavam a 197), tornando o escravo um bem muito valioso no cotidiano da casa ou da renda de seu senhor.²¹⁷ Era necessário usufruir de suas forças nas mais diferentes formas e espaços.

Esta mobilidade entre a casa e a rua possivelmente era a realidade da maioria dos cativos existentes em Olinda. Como já havíamos colocado, mesmo o trabalho doméstico exigia muitas vezes do escravo idas e vindas entre os espaços existentes entre o cativo e a liberdade. Segundo Maciel Silva:

[...] a reconhecida reclusão feminina dos tempos patriarcais, notada por viajantes europeus, não é uma condição que se deva atribuir às mulheres escravas, forras e livres pobres. A presença destas no meio urbano se dá, sobretudo, como um imperativo de busca pela sobrevivência, pela condição básica de exercício de seus ofícios; essas circunstâncias conferem a estas mulheres uma presença que está basicamente – mas não totalmente – vinculada à atividade do trabalho.²¹⁸

Evidentemente, os cativos também poderiam sofrer com a reclusão de acordo com o interesse de cada senhor, principalmente as mulheres “protegidas” dos perigos das ruas e destinadas ao convívio mais íntimo com as rotinas da casa. Atividades como *Engomadeira* e *Costureira*, apesar de pertencerem ao grupo de *portas adentro*, muitas vezes estavam

²¹⁵ SILVA, Maciel. op.cit. p. 256.

²¹⁶ Idem, p. 247.

²¹⁷ Sobre a posse de escravos em Olinda, ver Capítulo 3.

²¹⁸ SILVA, Maciel, op. cit. p. 60.

associadas a outras ocupações, pois estas poderiam integrar não apenas o “lar” na qual se encontrava seu senhor, mas, também, empregadas no serviço de ganho, principalmente nestes tempos em que a mão-de-obra cativa se escasseava. Ou seja, *portas adentro*, mas de casa em casa, ou mesmo acumulando funções como engomadeira/costureira/lavadeira. Estes ofícios eram muitas vezes realizados de forma integrada, pois poucos requerentes poderiam alugar o serviço de várias escravas, ou mesmo os senhores que possuíam um número reduzido de cativos, os empregando em múltiplas funções.²¹⁹

Eram atividades que exigiam conhecimentos e cuidados especiais por parte dos escravos, principalmente quando acumulavam funções necessariamente interligadas, como engomar e lavar. Novamente aqui destacamos os equipamentos e materiais utilizados nesta atividade, onde qualquer desatenção poderia levar o escravo a estragar uma peça de roupa da senhora ou da patroa.

Outra atividade a destacar é a de *Costureira*, que somavam 12 cativas. Poucos senhores poderiam ter o luxo de possuírem uma escrava dedicada apenas ao serviço de costura, pois, como já mencionamos, o mais comum era associar os ofícios correlatos. Talvez este destaque na hora da classificação se deu pelo fato destas cativas serem empregadas no serviço de ganho, ou ser este o ofício que melhor desempenhasse, ajudando nos concertos das roupas da casa ou até empregadas como ajudantes de lojas de roupas. Mulheres viúvas ou solteiras muitas vezes trabalhavam juntas a suas escravas para garantir uma maior produtividade e, assim, garantir o seu sustento.²²⁰

É importante destacarmos que existiam em Olinda três *Lojas de Fazendas e Miudezas*, além de uma *Loja de Alfaiates*. E segundo Sandra Graham, apesar das costureiras exercerem suas atividades em várias casas, “alguns lares, contudo, continuaram a querer uma criada cuja tarefa principal era costurar [...]”.²²¹ Poderiam também ter aprendido seu ofício com uma senhora dedicada a tal atividade, trabalhando juntas na própria residência. Eram muitas as opções para se explorar uma escrava especializada. Entraremos agora no “mundo do trabalho” *portas a fora*, a partir da tabela abaixo:

²¹⁹ Idem, p.256.

²²⁰ Cf.: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

²²¹ GRAHAN, op. cit. p.51.

Tabela 16

Escravos Ocupados Portas a Fora

Profissão	Quantidade
Ganhadores	11
Canoeiros	10
Lavadeiras	9
Quitandeiras	9
Bolieiro	4
Carreiro	3
Jornaleiros	2
Pescadores	1
Total	49

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Desse universo composto por 10,5% dos escravos de Olinda, observamos que 31 (ou 63,2%) cativos são homens, enquanto que as mulheres somam 18 (ou 36,7%). Em relação aos escravos do sexo masculino, constatamos também uma maior diversificação dos ofícios, ao mesmo tempo em que as mulheres concentram-se em atividades dominadas tradicionalmente pelas cativas, como a lavagem de roupas e a venda nas ruas. Os homens classificados simplesmente como *ganhadores* poderiam ser empregados nas mais diversas ocupações, alugando-se a partir das necessidades do mercado. Fica evidente que estes onze escravos – juntamente com os dois jornaleiros – foram listados categoricamente como cativos destinados a obtenção de renda para os seus senhores.

Todos os escravos que compõem este grupo destacam-se por apresentar uma grande mobilidade espacial entre os diferentes espaços de Olinda, assim como das regiões circunvizinhas. *Ganhadores, Canoeiros, Lavadeiras e Quitandeiras*, estas são as atividades que mais se destacam não apenas em número neste grupo, mas em mobilidade e autonomia em que o cativo gozava distante de seu senhor. Além destes, os *carreiros* e os *bolieiros* também poderiam usufruir de certa liberdade, dependendo das circunstâncias em que guiavam seus carros, transportando produtos ou mesmo os senhores, de um lado para o outro. Sobre os ganhadores, Reis afirma que:

As relações escravistas na cidade se caracterizavam pelo sistema de ‘ganho’. O escravo ganhador era obrigado a dar ao senhor, a cada dia ou semana, uma quantia previamente acertada. ‘Pagar a semana’, como rezavam os documentos, era um acerto mais comum.²²²

²²² REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.351.

Dessa forma, esta talvez seja a categoria que mais se caracteriza pela autonomia, alcançando maior mobilidade que outros cativos não usufruíam, pois viviam mais distantes do olhar vigilante do senhor. Outro exemplo de movimentação entre os homens era a atividade de *canoeiro*, que se dedicavam ao transporte tanto de pessoas quanto de mercadorias, quando não de fugitivos que buscavam se distanciar da escravidão através das águas dos rios, que ligavam as diversas regiões de Olinda e arrabaldes.²²³ Possivelmente, antes da criação da Companhia do Beberibe, estes negros canoeiros possuíam maior destaque na paisagem que interligava as duas cidades “irmãs”, devido ao abastecimento de água.

Mas, apesar de encontrarmos apenas 10 cativos classificados como canoeiros, outros deveriam ainda dedicar-se a este ofício, tão importante no dia-a-dia de quem não podia se dar ao luxo de ingressar em outras formas de transporte, como os *ônibus* e, a partir da década de 1870, as *Maxambombas*, que ligavam Olinda a Recife e a Beberibe, através dos trilhos urbanos.²²⁴ Libertos e livres também deveriam se ocupar em tal atividade, como demonstra o anúncio abaixo, retirado do Diário de Pernambuco:

FESTIVIDADE RELIGIOSA – Os canoeiros da estação do Varadouro, em Olinda, festejam no domingo [...] sua padroeira N.S. do Rosário, com o brilhantismo do costume, para o que nada tem poupado. Amanhã a noite será hasteada o estandarte da excelsa Senhora, com a devida decência. [...] Durante a tarde a banda de música do 9º Batalhão de Infantaria da guarda nacional tocará diversos trechos dos melhores autores, executando o artista Holanda Cavalcanti alguns exercícios na corda bamba.²²⁵

Os Canoeiros prometiam ainda, além os rituais tradicionais cristãos, a queima de “um lindo fogo de artifício”, ao término do evento. Fica claro para nós a presença destes trabalhadores entre as águas que cortavam Olinda e regiões vizinhas, composto por livres, libertos e escravos, que serviam a algum patrão ou na busca de sua sobrevivência. Mas, voltemos agora ao universo das cativas. Do grupo referente a *portas a fora*, as *lavadeiras* são as que maior relação podemos traçar com o serviço doméstico, na qual apresentamos anteriormente, associada principalmente com o ofício de engomar. Segundo Sandra Graham:

A lavagem de roupa era uma das principais ocupações na organização de qualquer lar. As famílias ricas usavam com liberalidade toda forma de roupa branca [...]. Lavar, alvejar, secar e passar consumiam a maior parte das muitas horas de trabalho doméstico.²²⁶

²²³ Sobre a organização do espaço social e natural de Olinda, ver Capítulo 1.

²²⁴ Sobre as Maxambombas, ver Capítulo 1.

²²⁵ Diário de Pernambuco, 07 de outubro de 1870.

²²⁶ GRAHAN, op. cit. p. 54.

As lavadeiras em Olinda somavam apenas nove, mas, devido a demanda do mercado ou mesmo das necessidades básicas da casa, possivelmente este serviço estivesse incluído no cotidiano das muitas cativas empregadas na atividade doméstica. E o rio Beberibe estava ali, bem nas proximidades da cidade, principal espaço de trabalho e interação entre as lavadeiras de várias localidades, inclusive do Recife. Rios mais próximos, lagoas, chafarizes públicos e outras fontes também eram locais onde as escravas interagiam com outras mulheres de mesma condição social, como também com outros segmentos, como as livres pobres e as libertas.

Nestas interações, conversas, brigas e lazer se misturavam, onde informações preciosas sobre as práticas da lavagem ou intrigas sobre um senhor, contribuía para tecer as tão importantes malhas de solidariedades. Estas lavadeiras alcançavam importantes espaços de mobilidade e autonomia, pois lhes era permitido e necessário ir e vir entre os logradouros públicos em busca de fontes de água, ou ainda mais distante, nos rios que melhor facilitavam o serviço.

Maciel Silva compara a mobilidade das lavadeiras a das vendeiras, pois “circulavam mais facilmente pelas ruas, ao saírem dos bairros centrais para os arrabaldes, e retornarem com a roupa limpa”.²²⁷ Entre estas vendeiras, encontramos na lista as chamadas *Quitandeiras*, que somavam também nove. Segundo Maria Odila Dias, a expressão quitandeira, “nos documentos oficiais, era imprecisa quanto à conotação social, pois, como tal, aparecem senhoras, escravas e negras forras, percorrendo toda a hierarquia social do pequeno comércio urbano”.²²⁸ Ainda sobre o tema, João José Reis afirma que:

A maioria das mulheres escravas empregavam-se no serviço doméstico ou em ocupações correlatas, como costureiras, lavadeiras e cozinheiras, mas em bom número também trabalhava como ganhadeiras. Segundo uma tradição africana, o pequeno comércio de rua era quase completamente dominado por elas, fossem escravas ou libertas.²²⁹

Nas quitandas – pequenas vendas e barracas espalhadas pela cidade ou reunidas em pontos estratégicos – vendia-se de tudo, mas, sobretudo comida, além de tecidos e miudezas. As negras de tabuleiro, “que podiam ser fixos em pontos das ruas ou carregados na cabeça”, ofereciam os mais diversos produtos, desde alimentos a objetos de uso caseiro.²³⁰ Nestas andanças, as escravas vendeiras acabavam por coexistir com os mais diversos segmentos sociais da comunidade, assim como das redondezas. Em meio ao comércio ambulante e a

²²⁷ SILVA, Maciel, op. cit. p. 83.

²²⁸ DIAS, p.77.

²²⁹ REIS, op. cit. p. 353.

²³⁰ SOARES, op. cit. p. 64.

pobreza, os setores mais excluídos da sociedade escravista se encontravam, mas sem necessariamente romper com as hierarquias há muito enraizadas.

Na circulação pela sobrevivência e cumprimento dos acordos firmados com o senhor, as escravas quitadeiras alcançavam grande espaço de mobilidade, em busca dos melhores pontos para a venda de seus produtos. Estas atividades de maior movimentação, como lavar roupa ou vender nas ruas, “eram formas de trabalho difíceis de controlar”,²³¹ diferentemente dos escravos que eram empregados no serviço doméstico, como cozinheiras e costureiras, apesar de demonstrarmos que as primeiras poderiam, de acordo com as necessidades diárias e circunstâncias específicas, romper as barreiras da vigilância da casa.

Mas esta mobilidade entre as ruas, becos, festas e praias também possuía seus riscos. Na verdade, o cotidiano da mulher escrava – muito mais que a dos homens – era repleto de perigos que poderiam estar bem próximos (pelo assédio do senhor) ou resultantes da atividade que exerciam em áreas pouco seguras, ou mesmo em horas não indicadas a sua permanência nas ruas. Sobre estes perigos, Sandra Grahan afirma que “o ponto de vista predominante esposava a opinião de que as ruas e praças públicas eram locais arriscados, onde os perigos podiam ser físicos, e portanto tangíveis e ‘reais’, ou sociais, e portanto observáveis ou ‘supostos’”.²³²

Em 1866, a Delegacia de Olinda registrava o assassinato da escrava Rufina, por um escravo de nome Jeremias. A cativa, que era lavadeira, estaria em Peixinho quando foi atacada, localidade pouco movimentada e que ficava entre os caminhos de Olinda e Recife.²³³ Sua movimentação poderia ter contribuído para tal crime, ou mesmo um encontro que teve resultado desastroso. Em 1868, outra lavadeira, de nome Luzia, enfrentava os perigos que a rua poderia trazer, mas, desta vez, recaíra sobre ela não a violência física, como Rufina, e sim os rigores da lei, pois fora presa na Casa de Detenção do Recife, “por ser encontrada depois das 9 horas”.²³⁴

As Posturas Municipais procuravam, assim, limitar as andanças dos cativos pelas ruas da cidade, e poderiam castigar com bastante rigor um escravo que as transgredisse. O Cozinheiro Manuel, de 49 anos de idade, foi preso na mesma cadeia em 1863, “por infração de Posturas”. Outro Manuel enfrentara ainda pior sorte, quando preso no mesmo ano e pelo mesmo motivo, recebendo como castigo três dúzias de “palmatoadas”.²³⁵ Por capricho ou por

²³¹ DIAS, op. cit. p. 126.

²³² GRAHAN, op. cit. p. 57.

²³³ Repartição Central de Polícia – Delegacia de Olinda (RCP), Fl. 172, 26 de outubro de 1866.

²³⁴ Casa de Detenção do Recife, 22 de agosto de 1868.

²³⁵ Idem, Fl. 106 e 131, respectivamente.

castigo, o senhor também poderia utilizar a lei contra seu escravo, como aconteceu com outro cozinheiro de nome Martinho, de 20 anos de idade, em maio de 1868, quando foi preso “a requerimento de seu senhor”.²³⁶

Estes cativos, próximos ou gozando de alguma distância de seu senhor, viam seu cotidiano dosado pela dinâmica contraditória e conflituosa na qual escravos e senhores se relacionavam e compartilhavam espaços e vivências cotidianas, em torno do que Robert Slenes chamou de “força” e “favor”. Em relação a mulher cativa, seu dia-a-dia estava inserido em um campo perigoso, em que a violência e a busca de sobrevivência estavam interligados. Muitas vezes, “encontros íntimos” poderiam ao mesmo tempo ser buscados pelas escravas – na tentativa de alcançar privilégios ou simplesmente sobreviver – ou repelidos através de fugas e outras formas de reação.

Em junho de 1870, a Câmara de Olinda fez uma denúncia minuciosa às autoridades provinciais, na tentativa de punir um juiz acusado de atacar e seduzir mulheres na cidade, utilizando-se de seu poder em função do cargo que ocupava. Era a segunda vez que a Câmara o denunciava, agora por motivos diferentes. O Bacharel Rufino Coelho da Silva, juiz Municipal do Termo de Olinda, era acusado de “irregularidade de conduta na qualidade de agente de autoridade pública e escandalosa e desídia habitual no desempenho de suas funções e por conseqüência incapacidade moral de distribuir justiça as partes”.²³⁷

O juiz, “por seus constantes fatos libidinosos”, era acusado de atentar contra a liberdade, a honra e a vida dos cidadãos, incapaz, com isso, de exercer tal cargo. Entre tantas acusações, cabe-nos aqui destacarmos apenas dois, por se tratar diretamente a escravas. No primeiro caso, o “famoso juiz” teria atacado a preta Rosa, propriedade do Coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque. A escrava que:

[...] vendendo grudes, e um dia passando pela casa do juiz municipal, dia claro, a chamou; entrando a preta para a sua casa, começa a convencê-la de que, se devia prestar a saciar seus desejos libidinosos, e porque não anísse a preta, fechou o dito juiz a porta da rua para forçá-la, mas gritando em altas vozes a vítima de tão brutal concupiscente saiu sem ser manchada a sua honra que apesar de preta tem, gritando porém em altas vozes na rua, contra o ato selvagem de semelhante homem, ao que a vizinhança de casa, que é na rua Passo Castelhana, uma das mais públicas desta cidade, toda fechou-se envergonhada, e mesmo para não presenciar semelhante imoralidade.²³⁸

²³⁶ Idem, 26 de maio de 1868.

²³⁷ Câmara de Olinda (CM) – 59, Fl. 245, 02 de junho de 1870.

²³⁸ Idem.

Rosa resistira a tal assédio – ou violência – desfechado pelo juiz, que poderia se utilizar de vários meios para coibir a cativa a ceder a seus caprichos “libidinosos”. Não queremos aqui discutir se estas acusações revelam a “verdadeira” face “imoral” desta autoridade, mas muitos elementos podem ser por nós destacados. Ao vender grudes na rua, Rosa se expunha tanto aos perigos “reais” quanto “sociais” da época, pois, ao mesmo tempo em que fisicamente poderia sofrer com a violência de senhores ou de integrantes da comunidade, mesmo em “dia claro”, sua “honra” também poderia ser ameaçada, na qual o fato de ser escrava já a colocava sob suspeita, como fica evidente no documento acima. No segundo caso, as relações “libidinosas” do juiz nos levam a outra questão:

Na ladeira da Misericórdia, desencabeçou a uma mulatinha escrava recolhida do Cônego Firmino de Mello Asedo, a ponto de ver-se o Cônego tão atormentado, que até a vendeu, declarando o motivo a algumas pessoas. Quando era alta noite aparecia o juiz para sua entrevista amorosa com dita mulatinha [...]. Sendo inspetor de Quarteirão do lugar Antonio Peres de Carvalho [...], ou de propósito, ou por casualidade, numa bela noite em que rondava, prendeu a mulatinha fora de horas e entregou-a a seu senhor, a qual declarou que ia para a casa do juiz, por ele não poder aparecer-lhe naquela noite.²³⁹

Tal “mulatinha” teria enfrentado a dupla consequência de ter se relacionado “amorosamente” com o juiz Rufino Coelho. Primeiro, por ter sido presa e, depois, vendida por seu proprietário. Sua “honra” possivelmente estaria “manchada” naquela localidade, por ter se tornado público tão “escandaloso” episódio, em uma época em que a “moralidade” fazia parte integrante da vigilância e das sanções sociais. O que o juiz teria prometido a escrava, para que esta se arriscasse em meio aos perigos da rua e da noite de Olinda, entre ruas escuras e mal conservadas? Força, favor e violência contribuíram para construir este cotidiano de conflitos e resistência constantes.

As tensões também levavam os escravos a tentarem romper ou pelo menos usufruir de pinceladas de liberdade. O ganhador Antonio, de 20 anos, teria fugido em 1863, mas foi preso e levado a Casa de Detenção do Recife. Já a preta Bonifácia, de 45 anos, teria fugido em 29 de dezembro de 1867, anunciada pelo Diário de Pernambuco por seu senhor. Segundo este, “pelo tempo de festa, tem de costume ausentar-se para andar vendendo frutas pelos afogados, e outras por Olinda”.²⁴⁰ A mobilidade do ganhador e da vendeira tiveram destinos e, aparentemente, futuros diferentes, mas trazem em seu cerne as possibilidades de movimentação característica de seus ofícios. Destino diferente teve também o escravo

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Casa de Detenção do Recife, Fl. 131 e Diário de Pernambuco, 8 de janeiro de 1867, respectivamente.

Eugenio, canoeiro de 45 anos, acoitado pelas bandas de “Macaco”, ameaçando a quem pretendia prendê-lo.²⁴¹

Essa movimentação era facilitada não apenas pela ocupação na qual o cativo estava empregado, mas também pela paisagem irregular de Olinda, com seus morros, colinas, mangues, praias, ladeiras. Becos e travessas ligavam ruas mal conservadas e caminhos tortuosos, que poderiam levar ao Mercado da Ribeira, às inúmeras igrejas, aos arrabaldes ou ao Recife. Mas não apenas as profissões que caracterizavam o cenário urbano detinham o poder de se movimentar entre as malhas de vigilância, pois dos seis cativos registrados na Lista de 1876 como “fugidos”, três eram agricultores. Estes poderiam ser encontrados nos diferentes arrabaldes de Olinda, principalmente em tempos em que o campo e a cidade se confundiam em suas fronteiras.

Estes escravos matriculados como “agricultores” chegavam a 149, na qual incluímos a este número um único cativo registrado como “roceiro”. A agricultura aparece em segundo lugar em número de escravos com ocupação declarada. Representavam 32,1% do total, demonstrando que o trabalho na lavoura ainda absorvia boa parte dos escravos lá existentes, tanto por senhores de grande posse – como os *Cavalcanti*, por exemplo –, como aqueles que possuíam apenas um cativo.²⁴²

Em Olinda, alguns engenhos continuavam em atividade, além dos pequenos agricultores, que deveriam empregar em suas lavouras a mão-de-obra escrava e até trabalhar juntos de suas poucas posses, na difícil tarefa diária de subsistência ou mesmo no comércio local de seus produtos.

É interessante destacar que destes 149 escravos agricultores, 111 eram homens e 37 mulheres. Ou seja, 74,4% dos escravos no campo correspondiam a cativos do sexo masculino e 24,8% feminino, números que quase se invertem quando comparados ao serviço doméstico. Talvez esses dados revelem a persistente preferência dos senhores em empregar na lavoura os homens, enquanto que as mulheres eram destinadas a outras atividades, principalmente domésticos e comércio ambulante. Mas elas estavam lá, presentes nas atividades da terra, plantando e colhendo junto aos cativos do sexo masculino.

No quarto e último agrupamento que nos propomos a apresentar, estão os “artesãos”, reunidos principalmente pelo fato de se encontrarem dispersos entre aqueles cativos majoritariamente ocupados nos serviços domésticos e na agricultura. O artesanato se servia

²⁴¹ RCP, 15 de abril de 1866, Fl. 169.

²⁴² Sobre a presença dos Cavalcanti no cenário político e social de Olinda no Capítulo 3.

apenas de 3,4% dos escravos existentes em Olinda, que chegavam a dezesseis. Eram cativos empregados nas mais diversas atividades, como demonstra a tabela abaixo:

Atividade	Nº
Sapateiro	6
Carpina	3
Alfaiate	2
Marcineiro	2
Fiadeira	1
Oleiro	1
Pedreiro	1
Total	16

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Entre estes, destaca-se apenas uma mulher – fiadeira –, que poderia ter a mesma função das costureiras domésticas ou empregada ao ganho ou mesmo junto de sua senhora no exercício do ofício. Devemos frisar também que muitos eram os homens livres em Olinda dedicados ao artesanato. Alguns destes talvez possuíssem alguma posse para ajudá-los no trabalho, em um tempo em que a concorrência crescia a passos largos; um cativo poderia significar maior produtividade em detrimento daqueles que não possuísse esse tipo de apoio. Escravos com estas especialidades também poderiam ser empregados ao ganho, contratados por pequenos artesãos ou lojas da localidade ou redondezas.

Em Olinda existiam vários estabelecimentos comerciais e “industriais” que poderiam necessitar deste tipo de trabalho, como lojas de marcenarias, alfaiates, olarias, fazendas, etc., além dos pequenos reparos e outras necessidades do dia-a-dia de uma casa ou negócio. Dois escravos padeiros – não incluídos nos agrupamentos propostos – também poderiam representar um bom investimento para o senhor, pois se trata de uma atividade tão especializada quanto as outras, e a cidade possuía pelo menos duas padarias na época. Mas a presença desses escravos já se fazia bastante rarefeita entre a massa de artesãos livres cada vez mais crescente na cidade.

Todavia, constatamos que a persistência do trabalho escravo em Olinda ainda se dava no final da década de 1870, período em que a crise da mão-de-obra escrava alcançava dimensões significativas. Evidentemente, na década seguinte muitos senhores não conseguiram mais assegurar a posse de seus escravos por mais tempo, mesmo que a preferência pela mão-de-obra cativa ainda demonstrasse grande força. No entanto, os valores

escravistas desta sociedade não se transformaram facilmente com a chegada dos “novos tempos”, com a modernidade. Muitos senhores viam um bom negócio – econômico ou moral – continuar com sua posse, mesmo que contrariando os “bons ventos” da mudança.

Esta constatação já havia sido feita por Maciel Silva e Sandra Graham. O primeiro, referindo-se ao período posterior ao fim do tráfico negreiro, afirma que “as residências e as casas de negócio do Recife continuaram a preferir escravas para vender na rua e, principalmente, para cuidar dos serviços de suas casas. A preferência por mulheres livres é praticamente inexistente”.²⁴³ Sobre esta questão, Sandra Graham coloca que “a escravidão permitia ao menos a ilusão de que senhores retinham o poder de conceder favores ou punir seus escravos, os quais não tinham nenhuma escolha além de obedecer [...]”. Assim, mesmo com a crescente presença das mulheres livres brancas, estas “não podiam ser sujeitas ao mesmo controle”. Mulheres de cor, mesmo não escravas, eram as preferidas até pelo menos 1905.²⁴⁴

Semelhante situação poderia ser estendida ao universo geral da escravidão, englobando, assim, o trabalho masculino. Isso porque, as relações de força neste contexto ainda se davam predominantemente sob a ótica da “força” e “favor”, entre a concessão de favores ou punição. Trabalhadores livres poderiam aceitar até certo limite a execução de determinadas tarefas, mas não suportavam a aproximação cada vez mais estreita com o trabalho escravo.

Mas estes também sabiam impor limites aos excessos e desmandos senhoriais, mesmo quando a resistência se configurava através do ritmo de trabalho irregular ou nas escapadelas temporárias que irritavam senhores que recorriam aos jornais atrás de suas posses. Eram formas de negociar e amenizar a dura jornada que o cativo exigia, levando o escravo a arriscar estratégias diversas, muitas vezes resultando em fracasso imediato. Contudo, a resistência dentro do universo do trabalho se dava de forma sorrateira, através da “trampolinagem”, de táticas sub-reptícias aos olhos senhoriais.²⁴⁵ É resistir sem necessariamente romper com o sistema. É se utilizar do *tempo* irregular das tarefas, quando guiadas por ritmos que não estavam sob o controle do senhor, como as enchentes das marés, as estações do ano, a seca, a chuva, o vento. Mas tudo isso não retirava o peso da violência e da exploração do cativo, poderia, talvez, amenizá-lo, quando lhe era possível penetrar nas brechas da opressão senhorial.

²⁴³ SILVA, Maciel. op. cit. p.197.

²⁴⁴ GRAHAN, op. cit. p. 36.

²⁴⁵ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994. pp. 41-42.

3. ESCRAVOS DE VALOR

Que questões determinavam o valor de um escravo? Evidentemente, vários foram os elementos que contribuía para se atribuir um preço ao cativo, como idade, habilidades, sexo e condições físicas. Contudo, é importante pensarmos também nos tantos outros fatores que determinavam o quanto um escravo valia. A partir da literatura sobre o assunto, Flávio Versiani e José Vergolino observaram que há certa unanimidade acerca do encarecimento dos escravos após 1850, “como efeito direto do fim do comércio negreiro”.²⁴⁶

Estes autores buscaram trazer novos dados acerca da evolução dos preços de escravos em Pernambuco no século XIX, verificando e questionando afirmações há muito presentes na historiografia sobre o tema. Segundo estes autores, “os preços permanecem altos nos anos sessenta e caem no início da década de 1870, continuando a diminuir mais moderadamente até a abolição”.²⁴⁷ Percebemos, na verdade, que além de fatores de razão econômica, outros poderiam determinar o preço de um cativo, mas sem necessariamente desvincular tais elementos de questões mais gerais, tais como: a demanda por mão-de-obra, o fim do tráfico negreiro, o tráfico interprovincial, as leis emancipacionistas, as realidades locais, etc. Mas, que outras questões poderiam influenciar no valor de um escravo? Sobre o assunto, Marcus Carvalho afirma que:

As funções sociais da escravidão eram desempenhadas pelos inúmeros cativos que povoavam as casas-grandes dos engenhos e sobrados das cidades, e que nem sempre eram produtores de valores de troca, de bem postos a venda no mercado, mas de valores de uso, que só entravam no mercado de forma indireta, no momento da venda do próprio cativo. Um bom pajem, uma boa mucama, um competente capanga, tinham valor, mesmo que nunca fossem alugados, e passassem a vida trabalhando para o mesmo senhor. Vale salientar que, no caso dos escravos suntuários, vários atributos influenciaram seu valor como mercadoria, e não apenas a habilidade profissional do cativo.²⁴⁸

Beleza física, “docilidade”, rebeldia, poderiam ser importantes fatores na valorização de um escravo.²⁴⁹ Dessa forma, compreendemos que os “valores de usos” dos escravos foram determinados por questões que iam além das razões puramente econômicas, apesar destas

²⁴⁶ VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Economia Série Textos Para Discussão, Outubro de 2002, texto n° 252. Ver também: MARCONDES, Renato Leite; MOTTA José Flávio. *Dois Fontes Documentais para o Estudo dos Preços dos Escravos no Vale do Paraíba Paulista*. *Revista Brasileira de História*, vol. 21, n° 42, Dezembro, 2001.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ CARVALHO, op. cit. p. 274.

²⁴⁹ CARVALHO, op. cit. pp. 274-275.

terem importante peso principalmente a partir da década de 1880, quando o número de cativos em Olinda cai progressivamente. Todavia, devemos considerar que:

Nesse contexto, o escravo em si, e não apenas os possíveis atributos do seu trabalho, passa a ser riqueza. Mesmo quando ocioso, é um investimento, um capital, que pode vir a render lucros. Não é preciso, portanto, que o seu trabalho seja rentável para tornar-se um bem cobiçado.²⁵⁰

Isso porque, na mentalidade de alguns senhores, manter sua posse até os últimos dias do regime poderia lhe garantir bons rendimentos, além da defesa de seus direitos de propriedade, na esperança de conseguir junto ao governo a tão sonhada indenização. Talvez isto explique a corrida de muitos senhores em registrar seus escravos às vésperas da abolição, na tentativa desesperada de oficializar a sua posse.²⁵¹

Lembremos, com isso, que os senhores que não matriculassem seus escravos no prazo determinado pela Lei do Ventre Livre, teriam perdido o direito sobre sua propriedade, considerando-se livre os cativos nessa situação. Muitas ações de liberdade tiveram como argumento principal a omissão dos senhores na obrigatoriedade da matrícula. E o sistema de libertação pelo Fundo de Emancipação exigia que o senhor atribuísse um valor ao cativo registrado, onde podemos observar diversos elementos atrelados a seu nome.

No entanto, muitos valores encontrados na Lista de 1876 correspondem ao total de “pessoas da família” do escravo, incluindo ele, o cônjuge e os filhos menores, quando estes existissem. Assim, para melhor visualizarmos os possíveis valores dos escravos a partir da lista, decidimos destacar os escravos matriculados “sozinhos”, por serem solteiros, viúvos ou sem filhos registrados. Considerando o conjunto de escravos que se enquadram neste grupo (ou seja, “indivíduos”), encontramos os seguintes números, sem distinção de sexo, idade, defeitos físicos e saúde:

Em mil-réis (\$000)	200	300	400	450	500	600	640	650	700	800	900
Nº de Escravos	6	11	22	2	27	36	1	2	12	53	16
Em mil-réis (\$000)	1:000	1:100	1:200	1:300	1:400	1:450	1:500	1:600	1:700	1:800	1:850
Nº de Escravos	67	15	49	23	20	3	27	5	1	1	1

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

²⁵⁰ CARVALHO, op. cit. p. 275.

²⁵¹ Série: *Petições Senhores e Escravos* (APEJE).

Observamos que os cativos matriculados com valores acima de um conto de réis correspondiam a 212 dos 400 cativos acima listados, ou seja, 53%. Não considerando as possíveis variáveis que poderiam interferir no preço de um cativo, a média do valor de um escravo em Olinda correspondia a cifra de 940\$000, superior aos números levantados por Versiani e Vergolino para o mesmo período, que chegavam a 775\$000.²⁵²

Buscaremos, então, analisar cada categoria – de acordo com as faixas etárias apontadas – e os possíveis significados do valor atribuído a estes cativos. Levantamos, inicialmente, a seguinte questão: qual o valor das crianças e dos mais velhos nessa sociedade escravista? Poucos foram os trabalhos que se dedicaram a estas duas categorias, principalmente ao que se refere ao mundo do trabalho. Kátia Mattoso, em seu estudo intitulado “O Filho da Escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)”, levantou a seguinte questão: “a que idade, e como o filho da escrava deixa de ser criança e passa a ser percebido como escravo?”.²⁵³

Primeiramente, se faz necessário desconstruirmos a nossa referência de criança dos dias atuais, pois as idades e as noções que hoje possuímos da infância não correspondem a realidade do século XIX, principalmente ao tratarmos do cativo. Outra questão a destacar em nosso estudo, trata-se das mudanças advindas com a Lei 2040, pois as crianças nascidas a partir daquela data não mais trariam destacado o seu valor e outras tantas informações a respeito de sua importância no mundo do trabalho escravo, afinal, seriam, a partir de então, “livres”. Destacando, então, as crianças nascidas antes da Lei, temos os seguintes dados:

<i>Tabela 19</i>		
<i>Escravos Segundo Idade e Sexo</i>		
<i>Escravos</i>		
Até 7 anos	8 a 14 anos	Total
36	70	106
<i>Escravas</i>		
Até 7 anos	8 a 14 anos	Total
24	47	71

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

²⁵² Os resultados deste estudo de Versiani e Vergolino levaram em conta outras variáveis diferentes das nossas, com base em inventários do século XIX, mas que podem nos dar algum referencial sobre os preços de escravos no período estudado. VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Economia, Série Textos Para Discussão, Outubro de 2002, texto nº 252.

²⁵³ MATTOSO, Kátia de Queiroz. O Filho da Escrava (Em Torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, nº 16, mar./ago. de 1988. p. 39.

Encontramos na tabela 19 duas idades importantes na composição dos jovens escravos em Olinda, consideradas fases de transição da “infância” para o trabalho escravo propriamente dito. Isso porque, apesar da criança escrava vivenciar as agruras do cativeiro desde seu nascimento – ou desde a sua vinda da África, se considerarmos o período anterior a 1850 – sua presença no mundo do trabalho se dava – até aproximadamente os sete anos de idade – apenas como observador da labuta dos adultos. Contudo, isso não quer dizer que as crianças estavam isentas do peso da mentalidade escravista, pois, como Gilberto Freyre já havia destacado, serviam de “brinquedo” dos sinhozinhos, além das freqüentes perdas de entes queridos e da possibilidade de abandono, venda e outras formas de violências diárias.²⁵⁴

Mas ainda nos resta saber o seu papel nesta sociedade. Na primeira fase – até os sete anos – segundo Kátia Mattoso, ainda não desempenhavam, geralmente, atividades de caráter econômico.²⁵⁵ Estes somavam, em Olinda, 60 escravinhos, representando 9,4%, – não incluindo a estes números os “ingênuos” –, sendo os do sexo masculino em número superior. Estes dados referem-se a todos os cativos desta faixa etária contidos na Lista de 1876, incluindo os que constam nas “Observações”. Dos que foram registrados como “indivíduos”, contam apenas dez. Destes, apenas dois são do sexo feminino, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 20
Valor dos Escravos Matriculados como “Indivíduos”
até 7 Anos de Idade

Nome	Idade	Profissão	Aptidão	Valor
Sebastião	2	-	-	\$
Izabel	3	-	-	300\$000
Eustaquio	3	-	-	400\$000
Antonio	4	-	-	200\$000
Tranquilino	5	-	-	600\$000
Primitivo	5	-	-	600\$000
Luiz	6 ½	Serviço Doméstico	-	600\$000
Sebastião	6	Serviço Doméstico	S.Leve	600\$000
Bazilia	7	-	-	700\$000
Lucio	7	Serviço Doméstico	Apto	400\$000

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Na tabela 20, encontramos três escravos matriculados com profissão declarada, todos empregados no serviço da casa. Lucio, com 7 anos, já era considerado, pelo seu senhor,

²⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 391.

²⁵⁵ MATTOSO, op. cit., pp. 40-42.

“apto” ao trabalho, diferente de Sebastião, com 6 anos, ainda sob a “proteção” do “serviço leve”. Todos os outros não apresentam nem profissão, nem aptidão declarada. Isso não significa que não fossem empregados em alguma atividade como os outros. É importante destacar que as idades acima apresentadas demonstram que estes dados não foram atualizados pelas autoridades responsáveis pela classificação em 1876, pois os mais novos apresentam idades que lhes enquadrariam na Lei de 1871, como já havia percebido Luiz Delgado, ao descrever as três primeiras listas. O mesmo pode ser observado para todos os outros escravos.²⁵⁶

Mas, sobre esta primeira fase da vida das crianças escravas que, segundo Kátia Mattoso, vai dos três aos sete para oitos anos, “é um período de iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores, mas também no seu relacionamento com a comunidade escrava”. Nesta fase, a criança cativa ia aos poucos entrando em contato com os principais elementos que iriam compor o universo mental e corporal que lhes alicerçará na sociedade escravista. Mattoso afirma ainda que “é nesta idade também, que a criança começará a perceber o que são os castigos corporais, que adentram pela idade adulta, porque indispensáveis à manutenção do sistema escravista”.²⁵⁷

Sobre as outras crianças encontradas na Lista de 1876 (na tabela de “Observações”), pouco sabemos sobre elas. Apenas seu nome, sua idade, filiação, irmãos, cor, mas nem todos apresentavam estas informações. Como bem afirmou Marcus Carvalho, “se os cativos adultos raramente falam nas fontes, muito menos o faziam as crianças”.²⁵⁸ Contudo, mesmo com as dificuldades já levantadas, a Lista de Classificação nos traz importantes subsídios para a compreensão desta e de outras fases da vida em cativeiro, pois muitas são as possibilidades que podemos traçar a partir dela, como tentamos apresentar até o momento.

A exemplo disto, encontramos nesta faixa etária valores que variavam entre 200\$000 e 700\$000. O escravo mais novo da tabela – Sebastião, de 2 anos, idade correspondente a sua matrícula em 1873 – nem valor lhe foi atribuído. Bazília, de 7 anos apenas, sem profissão e aptidão declarada, valia 700 mil-réis, superando ou igualando a tantos outros cativos adultos matriculados no mesmo período, como Firmina, 17 anos, cozinheira, com o valor de 600 mil-réis; ou Roza, 18 anos, serviço doméstico, correspondendo a 640 mil-réis; ou mesmo José, 21 anos, canoieiro, no valor de 700 mil-réis.

²⁵⁶ DELGADO, op. cit. pp. 40-41.

²⁵⁷ MATTOSO, Kátia de Queiroz. O Filho da Escrava (Em Torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, nº 16, mar./ago. de 1988, op. cit. pp. 52-53.

²⁵⁸ CARVALHO, op. cit. p. 233.

Intrigantes são os *valores* desta sociedade escravista! A escravinha Bazília – assim como os outros que valiam na maioria 600 mil-réis – parecia ter atributos importantes que lhe colocava em igual *valor* com cativos em plena idade produtiva, mesmo que estes apresentassem valores inferiores a tantos outros matriculados nesta faixa etária. Possivelmente, Bazília se preparava – ou já ingressara – no mundo dos escravos adultos, mesmo que na qualidade de “aprendiz”, correspondendo justamente aos sete para oito anos. Sobre essa transição das brincadeiras de criança para o mundo do trabalho, Kátia Mattoso afirma que “a vida de folguedos infantis é curta. É nos seus sete para oito anos que a criança se dá conta de sua condição inferior em relação principalmente às crianças livres brancas. As exigências dos senhores tornam-se precisas, indiscutíveis”.²⁵⁹

Se sobrevivessem as agruras da época e do cativo, evidenciados pelo alto índice de mortalidade infantil e a perda repentina dos pais, as crianças iam paulatinamente ganhando espaço no cada vez mais concorrido mercado de trabalho, ou mesmo ingressando em outras formas menos capitalizadas da sociedade capitalista, de acordo com os ditames e caprichos dos senhores a qual pertenciam. “Uma infância incomum, desvelada apenas em comunidades conflagradas por querelas devastadoras ou epidemias prolongadas”, nas palavras de José Roberto Góes e Manolo Florentino.²⁶⁰

A partir dos 7 anos, a criança já estava pronta para entrar de vez no processo de aprendizagem na qual os prepararia para as atividades que se dedicariam. Por volta dos 12 anos, o “adestramento que as tornava adultos estava quase se concluindo”. Já aos 14 anos, “trabalhava-se como adulto”.²⁶¹ Entre 8 e 14 anos, os escravos de Olinda somavam 117, sendo 70 homens e 47 mulheres, representando 18,3% do total dos cativos da lista, incluindo aqueles das “observações”.²⁶² Dos que se encontram na lista como indivíduos, por serem solteiros ou por se encontrarem separados da família, somam 64 escravos.

É importante destacar que estes jovens escravos estavam dispostos na Lista de Classificação segundo os critérios determinados pela regulamentação do Fundo de Emancipação e pela própria Lei do Ventre Livre. Primeiramente, a Lei 2040 determinava que: “os filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos”. A partir desta

²⁵⁹ MATTOSO, op. cit.

²⁶⁰ GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças Escravas, Crianças de Escravos. In: PRIORI, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 178-180.

²⁶¹ Idem, p.184.

²⁶² É importante lembrarmos que quando nos referimos neste Capítulo ao total de escravos da Lista, consideramos apenas aqueles com idade declarada, ou seja, 637 cativos, excluindo 17 que não constam tal informação.

idade, o senhor da mãe teria a opção de receber do Estado uma indenização de 600 mil-réis ou utilizar-se dos serviços do menor até completarem 21 anos. A mãe que obtivesse a liberdade, teria o direito de levar com ela os filhos menores de oito anos, e aqueles com até 12 anos, acompanhariam suas mães caso esta fosse vendida a outro senhor. Assim, percebemos que as idades estratégicas para melhor se compreender a dinâmica da vida dos escravos após a Lei citada, seriam 8, 12 e 21 anos.²⁶³

Para os menores de 12 anos que não se encontravam mais sob a proteção da mãe ou do pai no mesmo cativo, restava-lhes ocupar o último grupo de escravos destinados a libertação pelo Fundo de Emancipação. Mas isso pouco mudou a vida desses cativos, dado o número reduzido de pessoas por ele libertado. Mas o importante é destacarmos o papel destes cativos jovens e seu ingresso na vida do trabalho. Vejamos alguns dados sobre essa fase, que vai dos oito aos 14 anos.²⁶⁴ Entre os homens, o serviço doméstico era a ocupação principal de seu cotidiano, talvez pela própria diversidade que essa atividade contempla, somando 16 escravos, de uma total de 32 cativos. O mesmo pode ser observado entre as mulheres, representando para estas a cifra de 23 cativas, de um total de 32 escravas.

Esses números demonstram a tendência já observada para os escravos em idade produtiva (entre 15 e 40 anos), onde grande parte deles compunham o universo de *portas adentro*. Mas a agricultura já começava a absorver sua parcela da mão-de-obra dos “aprendizes”, somando sete escravos. O mais jovem empregado nesta atividade era o escravo Jose dos Mattos, com apenas 8 anos de idade. Outros na mesma faixa etária ocupavam principalmente o serviço doméstico, tanto entre os homens quanto as mulheres. Mas com apenas 11 anos, Francisco parecia ter um importante papel na renda de seu senhor. Dedicando-se ao trabalho de sapateiro, fora matriculado com o valor de um conto de réis, apesar de sua “aptidão” se apresentar como “serviço leve”.

Antonio e Tiburcio, ambos com 13 anos, se ocupavam no serviço de “ganho”, e valiam respectivamente um conto de réis e 700 mil-réis. Ainda mais jovem, a escrava Hilária, com 11 anos, exercia o ofício de costureira, com o valor de um conto de réis. Entre as mulheres, o valor mais alto chega a 1:200\$000 (um conto e duzentos mil-réis); outras onze chegam a um conto, enquanto o restante variava entre 400 e 900 mil-réis. Entre os homens encontramos o segundo maior valor atribuído a um escravo na matrícula de 1876: Aniceto, de apenas 13 anos de idade. Sua profissão não foi declarada, mas seu valor chegava a 1:800\$000

²⁶³ MATTOSO, op. cit. p. 54.

²⁶⁴ Consideraremos nesta parte apenas os escravos matriculados na coluna principal, não incluindo os citados nas “Observações”, pois estes não apresentam dados como profissão, valor, etc.

(um conto e oitocentos mil-réis”), superando todos os outros escravos registrados como indivíduos, ficando um pouco atrás apenas de Felipe, de 20 anos, avaliado por 1:850\$000.

Possivelmente, estes cativos com idade inferior a 14 anos poderiam estar ocupando atividades ainda como “aprendizes”, acompanhando uma pessoa da família ou outro adulto com maior experiência na profissão. Contudo, muitas vezes o valor do trabalho de um escravo alcançaria significados específicos para cada senhor, que conhecia as possibilidades de ganho que ele poderia lhe garantir, no presente ou no futuro. Como poderia ter acontecido com os escravos Vicente e Benedito, ambos com 9 anos, avaliados por 1:000\$000 (um conto de réis). Sobre o preço e processo de aprendizagem dos cativos jovens, Manolo Florentino e Roberto Góes afirmam que:

O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia. O mercado valorizava as habilidades que aos poucos se afirmavam.²⁶⁵

Dessa forma, se o valor de um escravo jovem poderia ser determinado por inúmeras variáveis – fossem elas práticas ou subjetivas –, como demonstramos através da Lista de Classificação, qual seria o valor daqueles que não mais se enquadravam como propriedade passível de venda, troca ou qualquer outra transação? Estamos nos referindo aos “Ingênuos”. Se as “falas” dos cativos adultos eram raras e das crianças na mesma condição ainda mais “silenciadas”, as fontes sobre os que nasceram depois da Lei de 1871 tiveram suas informações cada vez mais afastadas do mundo do trabalho. Afinal de contas, o filho da escrava seria “livre” a partir daquela data. Quando completasse 8 anos, o senhor poderia fazer a sua opção, de ficar com ele até os 21 anos ou receber sua indenização. Sobre essa questão, Kátia Mattos afirma que:

É que nos seus oito anos a criança já deu provas de suas capacidades. Sem dúvida, poucos devem ter sido os senhores que não prenderam pelo trabalho os filhos de suas escravas. Até os 21 anos, são treze anos de trabalho, que nenhuma indenização oferecida pelo governo podia compensar. Finalmente, nenhuma das crianças da lei do ventre livre terá 21 anos em 1888; o destino, mais clarividente que a lei, neles terá reconhecido os escravos disfarçados que foram, e que serão liberados da mesma forma e no mesmo tempo que os outros escravos. Para os redatores da lei de 28 de setembro, atrás do ‘menor’ a proteger escondia-se o bom trabalhador, útil a seu senhor.²⁶⁶

²⁶⁵ GÓES; FLORENTINO, op. cit. p. 185.

²⁶⁶ MATTOSO, op. cit. p. 54.

Apesar da Lista de 1876 não apresentar estas crianças como mão-de-obra em potencial, sua força de trabalho pouco se diferenciava daqueles que nasceram antes do “benefício” da lei. Optando em “educar”, “proteger” e “alimentar” essas crianças, o senhor teria o direito de se servir gratuitamente do “ingênuo”, até que completasse a maioridade. Eles são registrados na lista de forma indireta, pois estão atrelados a matrícula de suas mães. Dessa forma, as informações sobre estas crianças são bastante simples, resumindo-se, muitas vezes, apenas ao seu nome e a afirmação de terem “nascidos depois da Lei 2040 de 28 de Setembro de 1871”. Quando muito, informa-se sobre sua cor, idade e data de seu nascimento. Nada mais.

Nesta condição encontramos trinta e sete crianças, consideradas “livres” pela lei. Ao “ingênuo” atribuímos não um preço representado por números, já que estes foram silenciados pelas fontes e pela própria conjuntura legal da época, mas sim, pelo seu *valor-trabalho*,²⁶⁷ pelas possibilidades de ganho e continuidade de exploração estendidas por mais 21 anos, considerando a Lei de 1871. Talvez, quando a crise da mão-de-obra escrava não mais permitisse aos senhores continuarem com aqueles cativos mais requisitados pelo mercado, ainda com boa aceitação na hora da compra, restasse a ele “investir” naqueles que aos poucos iriam substituindo os que eventualmente tiveram que partir. Para melhor visualizarmos as possíveis estratégias senhoriais em relação aos escravos mais jovens, devemos nos reportar a década de 1880.

Assim, quando em 1885 outra Lei deu origem a mais uma importante matrícula geral dos escravos em todo o país, conhecida por Sexagenários, ou Lei nº 3270 de 28 de setembro, os senhores ainda persistentes foram obrigados a novamente registrar suas posses. Em 1887, um *Resumo Geral* das várias localidades da Província nos possibilitou constatar que em Olinda ainda existia uma escravaria de 240 indivíduos, sem considerar os demais que deveriam existir na tabela de “Observações”, não destacados no resumo encontrado.

Nesta nova “matrícula especial”²⁶⁸ observamos que os escravos com menos de 30 anos somavam 129, representando 53,7% do total. Essa porcentagem ainda é maior se nos reportarmos aos escravos em idade produtiva (entre 15 e 40 anos), que chegavam a 186, ou 77,5%, enquanto que os mais velhos (acima de 50 anos) somavam 54 cativos, ou 22,5%. Ou

²⁶⁷ Segundo Kátia Mattoso: “Essa constatação em parte contraria a afirmação segundo a qual os ingênuos deixam de ser registrados com minúcias porque perderam o interesse como mercadorias. De fato o valor de mercadoria não mais existe, mas foi habilmente substituído pelo valor-trabalho ligado à idade da criança”. MATTOSO, op. cit. p. 54, nota 40.

²⁶⁸ Essa matrícula se assemelha a obrigatoriedade que os senhores foram submetidos a partir da Lei do Ventre Livre. Apesar de não encontrarmos as matrículas originais, o *Resumo Geral dos Escravos Matriculados* em Pernambuco nos possibilitou extrair algumas informações importantes para nossa pesquisa.

seja, apesar do número reduzido de escravos – se comparados a outras localidades –, a escravaria continuava jovem, com relativo equilíbrio entre os sexos.

Já sobre os citados cativos mais velhos, só alcançaram alguma expressão na historiografia em consequência das discussões em torno da Lei dos Sexagenários. Joseli Mendonça, ao tratar sobre o tema, percebeu que os vários estudos que se remeteram a questão da libertação dos sexagenários – “ainda que de maneira fugaz” –, consideraram que tal lei teria representado “um bom negócio para os proprietários que se livraram legalmente de escravos improdutivos e ainda receberam pagamentos superiores ao valor real desses escravos no mercado”.²⁶⁹ Contudo, segundo a autora, a discussão em torno da lei demonstra que muitos parlamentares se colocaram contra o “princípio de libertação” desses escravos, argumentando-se que estes seriam prejudicados pela falta de “proteção” e dos “cuidados” que receberiam enquanto posses.²⁷⁰ Mas, seriam os escravos mais velhos tão improdutivos quanto reza esta historiografia?

Considerando os cativos com idade entre 41 e 50 anos – que somavam 99 pessoas –, apenas 6 foram registrados como “serviço leve”, outros cinco não constaram tal informação e o restante – 88 cativos – estavam “aptos” ao trabalho. Estes escravos foram avaliados, no geral, em 400\$000, com exceção de Genoveva, de 50 anos, lavadeira, com valor de 800\$000, superando muitos em idade produtiva. Nesta faixa etária, os agricultores ganham destaque, representando 44,4%, nos serviços domésticos 18,1% e cozinheiras 9%. Outras atividades também foram ocupadas com menor expressão, como lavadeira, oleiro, alfaiate, jornaleiro, padeiro e canoeiro. É interessante destacar que, das 9 quitandeiras existentes em toda a lista, 5 compõem este grupo. Outras duas se encontram com 51 e 60 anos, respectivamente.

Todavia, se juntarmos todos os cativos com idade superior a 40 anos, em relação às ocupações mais expressivas, observamos resultados interessantes. Neste grupo, o número de agricultores supera, e muito, o de serviço doméstico, respectivamente representados por 42,5% e 17%. Mesmo se somarmos estes últimos com a atividade de cozinheira (serviço de *portas adentro*), o número chegava a 39 cativos, ou 27,6%. O emprego destes escravos no campo é muito expressivo, já que os cativos com idade acima de 40 anos representavam aproximadamente 40,2% dos 149 escravos ocupados na agricultura, incluindo aqueles em idade produtiva.

²⁶⁹ MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre as Mãos e os Anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. p. 199.

²⁷⁰ Idem, p. 197.

Na faixa etária a partir dos 51 anos – somando 41 cativos, considerando todos da lista com esta idade –, mais de 50% destes foram registrados como “aptos” ao trabalho, exercendo, além das atividades citadas, ocupações como ganhador, pescador, canoeiro, cozinheira, etc. O número de escravos identificados como “serviço leve” chegava a 11 e dois apresentavam a referência “pouca”, em relação à aptidão. Não apenas a idade era levada em conta ao se considerar um cativo apto ou não, já que encontramos escravos mais velhos identificados como “aptos”, a exemplo de Theodoro, canoeiro de 70 anos – o mais velho da lista –, enquanto outros mais jovens não.

Na tabela a seguir, destacamos os valores dos cativos com mais de 51 anos – apenas aqueles matriculados como “indivíduos” –, que chegavam à cifra de 34 escravos:

<i>Tabela 21</i>							
<i>Valores dos Escravos Matriculados como “Indivíduos”</i>							
<i>51 a 70 anos</i>							
Em mil-réis (\$000)	300	400	500	600	700	800	1:200
Nº de Escravos	7	9	7	7	1	2	1

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Podemos observar que nesta faixa etária os valores caíram em relação as outras idades. Contudo, apesar de alguns escravos apresentarem números bem reduzidos, encontramos outros com mais de 60 anos registrados com valor equivalente a muitos em idade produtiva, como Euzebia, de 62 anos, empregada no serviço doméstico, avaliada em 600\$000. O mais “valioso” neste grupo era Martinho, de 52 anos, trabalhador do campo, avaliado em 1:200\$000 (um conto e duzentos mil-réis). Evidentemente que outros não possuíam o mesmo valor que os escravos que destacamos, mas foram poucos os que não chegavam a pelo menos 300\$000, como Cassimiro e Domingos, com 63 e 66 anos, respectivamente, que foram matriculados com o valor de 300\$000, referente não apenas a eles, mas incluindo suas esposas.

Neste grupo, o número de agricultores (15 escravos) supera os empregados no serviço doméstico (que chegavam a seis), mesmo quando incluímos as cozinheiras (de mesmo número). Ganhador, engomadeira, canoeiro, carpina, quitandeira e pescador são outras atividades encontradas entre estes. Apesar de observarmos que estes cativos mais velhos não

mais figuravam como principal veículo de exploração, os senhores não deixaram de usufruir ao máximo de suas forças, principalmente em uma época em que a crise da mão-de-obra servil dificultava ainda mais o acesso a este tipo de propriedade. E em Olinda, onde um pequeno número de senhores monopolizava a posse, ter um escravo mesmo velho poderia fazer alguma diferença, econômica ou moral.

Já os cativos considerados em idade produtiva (15 a 40 anos), destacamos 217 por apresentarem seu valor enquanto “indivíduos”, não apresentando “pessoas da família”. Destes, apenas 53 aparecem com valor inferior a um conto de réis, enquanto 164 têm números superiores, chegando a 1:850\$000. Dividindo estes escravos por sexo, percebemos que das 99 mulheres deste quadro, 42 têm valor abaixo de um conto, e 57 acima, chegando ao valor máximo de 1:500\$000. Os homens somam 118, no qual onze estão abaixo de um conto e 107 acima. Apesar destes últimos apresentarem valores maiores em relação às mulheres, estas não ficavam para trás, muitas vezes valorizadas bem acima de outros cativos do sexo masculino.

Considerando os escravos “aptos” ou não para o trabalho, neste grupo, apenas oito apresentam a expressão “Serviço Leve”. Três não tiveram esta coluna declarada e 206 estavam “aptos”. Mas, não necessariamente o trabalho “leve” influenciaria em seu valor a ponto de desvalorizá-lo totalmente, como demonstra a tabela abaixo:

Nome	Idade	Aptidão	Valor
<i>Jose</i>	40	Serviço Leve	500\$000
<i>Philomena</i>	20	Serviço Leve	600\$000
<i>Jozepha</i>	23	Serviço Leve	800\$000
<i>Rita</i>	29	Serviço Leve	800\$000
<i>Severa</i>	15	Serviço Leve	1:000\$000
<i>Simplicio</i>	35	Serviço Leve	1:200\$000
<i>Francisca</i>	32	Serviço Leve	1:200\$000
<i>Manoel</i>	26	Serviço Leve	1:300\$000

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

O mesmo pode ser observado em relação à “Moralidade”, já que mesmo escravos considerados de “péssima” moral, não tinham seu valor diminuído. Outros, evidentemente, foram matriculados com valores bem abaixo em relação ao conjunto, mas alguns senhores, mesmo considerando seus cativos de “moral” pouco satisfatória, sabiam o quanto significava sua posse.

Tabela 23
Relação entre Valor e Moralidade dos
Escravos

Nome	Idade	Moral	Valor
<i>Jozepha</i>	50	Péssima	200\$000
<i>Joanna</i>	50	Sofrível	200\$000
<i>Joze</i>	61	Regular	400\$000
<i>Faustina</i>	44	Sofrível	400\$000
<i>Benedito</i>	50	Sofrível	400\$000
<i>Miguel</i>	50	Péssima	500\$000
<i>Luiza</i>	46	Sofrível	500\$000
<i>Sabino</i>	53	Má	600\$000
<i>João</i>	55	Péssima	600\$000
<i>Luiz</i>	34	Regular	800\$000
<i>Chripina</i>	14	Sofrível	800\$000
<i>Vicente</i>	50	Sofrível	800\$000
<i>Domingos</i>	23	Má	1:000\$000
<i>Domingas</i>	37	Péssima	1:000\$000
<i>Marianna</i>	46	Péssima	1:000\$000
<i>Florinda</i>	24	Péssima	1:000\$000
<i>Luiza</i>	24	Péssima	1:200\$000
<i>Ignacio</i>	38	Má	1:400\$000

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

A escrava Florinda teve sua “moralidade” destacada tanto na coluna correspondente, quanto no campo destinado as “observações”. Com 24 anos de idade, solteira, apta e de profissão não declarada, foi classificada por seu senhor – o Coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque – como sendo de moral “péssima” e de “má conduta”, mas com o valor de um conto de réis. Escravos fugidos também podiam ter seu valor decrescido, mas nem todos, a exemplo de Martinho, 52 anos, agricultor, apto e de “boa” moralidade, apesar de foragido, valorizado em 1:200\$000.

Todos estes valores aqui apresentados muitas vezes não representavam a realidade do mercado ou correspondiam as “qualidades” que elevavam a quantia atribuída a um cativo. Isso poderia levar a uma disputa na justiça, levando senhor e escravo ao “arbitramento” de seu valor. Isso porque, muitos cativos conseguiam juntar certa quantia e procuravam comprar a própria liberdade, pois não iriam esperar pelos resultados do Fundo de Emancipação. Mas precisavam reduzir o valor a ele atribuído, sem necessariamente contar com a boa vontade do senhor.

A Lei 2040, em seu artigo 4º, afirmava que: “é permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e que, por consentimento do

senhor, obtiver do seu trabalho e economias”.²⁷¹ Em relação a Lista, esta questão é logo destacada, pois o regulamento sobre a classificação declarava que:

Na ordem da emancipação das famílias e dos indivíduos, serão preferidos: 1º - os que por si ou por outrem, entrarem com certa cota para a sua libertação; 2º - os mais morigerados, a juízo dos senhores. Em igualdade de condições, a sorte decidirá.

Assim, os primeiros escravos encontrados na matrícula tinham preferência na libertação pelo Fundo, agrupados com a seguinte referência: “dos que tem pecúlio em seu favor”. Eram apenas nove os escravos que possuíam alguma quantia em seu poder, ou confiados a terceiros. Destes, três possuíam pecúlio em “poder de seu senhor”, mas Joanna, de apenas 13 anos, costureira, talvez tivesse um padrinho ou outra pessoa de confiança que pudesse garantir a posse de seu benefício, registrado como “Sr. Luis José Paulo da Costa”. Os outros aparecem apenas como “em seu benefício a quantia de”.

Tabela 24
“Dos que tem pecúlio em seu favor”

Nome	Idade	Profissão	Aptidão	Pessoas da Família	Valor	Pecúlio
<i>Roza</i>	20	Serviço Doméstico	Apta	2	1:300\$000	100\$000
<i>Delphina</i>	30	Serviço Doméstico	Apta	2	1:200\$000	400\$000
<i>Thereza</i>	21	Engomadeira	Apta	-	800\$000	400\$000
<i>João Francisco Ribeiro</i>	36	Sapateiro	Apto	-	1:700\$000	300\$000
<i>Joanna</i>	13	Costureira	Serviço Leve	-	600\$000	100\$000
<i>Cipryanna</i>	34	Engomadeira	Apta	-	600\$000	200\$000
<i>Innocencia</i>	18	Serviço Doméstico	Apta	-	800\$000	100\$000
<i>Jozepha</i>	23	Costureira	Serviço Leve	-	800\$000	300\$000
<i>João</i>	26	Jornaleiro	Apta	-	1:500\$000	400\$000

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos de Olinda – 1876

Segundo a tabela 24, os escravos precisavam juntar ainda uma boa quantia para alcançar seus valores. Mais adiante, encontramos uma correção na lista, referente a uma escrava com pecúlio, mas que não aparece entre estes. A escrava Euzébia, de 60 anos de idade, viúva, cozinheira, serviço leve, mas que conseguira juntar a quantia de 300\$000, a mais

²⁷¹ Lei 2040 de 28 de setembro de 1871. In: VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. *Ventre Livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

próxima de alcançar seu valor, que era de 400\$000. Possivelmente seria uma atualização dos anos anteriores, já que muito destes números referem-se ao ano de 1873.

Apesar dos escravos dedicados ao serviço *portas adentro* também conseguirem juntar alguma quantia em seu favor, como podemos observar na tabela anterior, a historiografia já demonstrou que aqueles destinados ao “ganho” possuíam mais chances de formar um pecúlio. Essa prática era bem anterior as imposições da lei de 1871, como demonstrou Maria Odila Dias:

Entre proprietários e usuários de escravos alugados, havia uma disposição implícita de respeito para com o ganho extra dos escravos, que tanto servia para a sua subsistência, como poderia eventualmente constituir o pecúlio, com que sonhavam comprar a sua alforria.²⁷²

Referindo-se ao período anterior a Lei, João José Reis afirmou que “os escravos poderiam embolsar qualquer excedente além da cota senhorial e seus donos em geral respeitavam esse regime, embora nenhuma lei a garantisse”.²⁷³ A partir da Lei Rio Branco, ou Ventre Livre, “apesar das ambigüidades e vacilações do texto”, afirma Sidney Chalhoub, “havia agora chances mais reais de os escravos atingirem a alforria mesmo contra a vontade dos senhores”.²⁷⁴ Evidentemente que o sistema, apesar de trazer alguma esperança para os escravos, também traziam em seu cerne a ideologia senhorial, que buscava incentivar a produtividade do cativo, criando a expectativa da alforria. Ao escravo caberia tirar proveito das estratégias montadas pelos senhores.

E sobre o seu valor, pudemos perceber que as possibilidades de análises iam além dos nossos objetivos, nos levando a compor um quadro mais geral referente aos números computados a partir da Lista de 1876. Constatamos, com isso, as variáveis que levavam um senhor a atribuir um valor que correspondesse a sua posse, tendo que considerar a realidade do mercado de então. Contudo, o atributo do valor por nós aqui destacado ia além dos fatores práticos de compra e venda, pois muitos possuíam razões de difícil mensuração aos nossos olhos. Idade, sexo, profissão poderiam determinar seu valor, mas ter um escravo poderia também alcançar significados múltiplos, enveredando tanto pelo poder econômico quanto pelo poder moral. Ter um, dois ou mais cativos representava uma realidade que precisa ser melhor desvelada.

²⁷² DIAS, op. cit. p. 132.

²⁷³ REIS, op. cit. p. 352.

²⁷⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 158.

Capítulo 3

RELAÇÕES DE FORÇA E MALHAS DE SOLIDARIEDADE

O sistema escravista, caracterizado pela opressão e pela exploração sobretudo selvagens, transformou os escravos em vítimas. Mas os seres humanos vitimizados não se conformaram com tal situação; lutaram para tornar a vida tolerável e para vivê-la com o máximo possível de alegria. De certa maneira, até os senhores mais rígidos os ajudaram. A lógica da escravidão requeria que os senhores enfraquecessem o espírito de seus escravos e os transformassem numa extensão de sua própria vontade: objetos que não pensam e não sentem; mas os escravos resistiram à desumanização, e por isso os senhores se viram forçados a fazer certas concessões para conseguir o trabalho que desejavam.²⁷⁵

A violência cotidiana, regada pelas diversas artinhas senhoriais que visavam condicionar o escravo a um trabalho desumano e triturador de seus sentidos e sentimentos, nem sempre foi triunfante. Na verdade, não podemos pensar a escravidão como algo uniforme, regularizador de uma vida cotidiana dosada apenas pelos grilhões e açoites de cada dia. Isso porque, além de outras formas de coerção, os cativos também construíram – ao longo de uma vida, de gerações, de séculos – estratégias de resistência capazes de combater o processo de “desumanização” a que se refere Genovese.

Na conjuntura em questão, senhores e escravos reconstruíam alguns dos mecanismos de sobrevivência nos quais se alicerçavam, agora sobre a égide do emancipacionismo do Estado.²⁷⁶ As *relações de força* entre as duas partes – além de tantas outras envolvidas direta ou indiretamente – se acirraram, cada uma utilizando-se das armas que possuía, ou que poderiam construir.

Para os escravos, as redes comunitárias aparecem como o ponto chave da resistência, pois a vida cotidiana perfazia-se não apenas pelo trabalho – que ocupava, é verdade, boa parte de seu tempo –, mas também das festas, da religiosidade ou mesmo das fugas. Na verdade, todos esses elementos se imbricavam, pois as relações de parentesco, as manifestações culturais e o tempo de trabalho eram indissociáveis, muitas vezes contrariando “a lógica da escravidão” e as estratégias senhoriais de enfraquecimento de seus espíritos.

²⁷⁵ GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 477.

²⁷⁶ Sobre o processo emancipacionista encaminhado pelo Estado Imperial e seus desdobramentos, ver: CONRAD, Robert. *Os Últimos anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. *Ventre Livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

Para os senhores, apesar de detentores do poder político e econômico até então, viam ruir o seu poder moral, abalado pela interferência do Governo Imperial nas questões da propriedade escrava, colocando em cheque o maior objeto de barganha e coerção que possuía: a alforria. Mas, assim como os cativos conseguiam reconstruir suas estratégias nos momentos de maior perigo, os senhores também o fizeram. Como moldaram-se, então, senhores e escravos nesses novos tempos que se configuravam?

1. SENHORES E ESCRAVOS

Para se compreender os escravos é preciso compreender melhor os senhores e outras pessoas que ajudaram a dar forma a uma complexa sociedade escravista. Senhores e escravos moldaram-se reciprocamente e não podem ser discutidos ou analisados em separado.²⁷⁷

Gilberto Freyre já havia demonstrado a proximidade existente entre a casa – grande e a senzala, entre trocas culturais, relações afetivas e castigos dentro de uma lógica patriarcal tão emblemática em sua obra. Também compreendemos a importância de analisarmos as relações ambíguas que marcaram o cotidiano de cativos e senhores, numa complexa teia de conflitos, negociações e trocas não igualitárias entre as partes envolvidas. Como já demonstramos nos capítulos anteriores, outros setores sociais também se amalgamaram a este mundo não apenas composto por duas “entidades” rivais. Na verdade, muitas foram as faces daqueles que se esgueiravam pela escravidão, mesmo quando não pertenciam diretamente a este universo aparentemente bipolar. Começamos, então, com a composição social daqueles que viam paulatinamente seu poder ruir diante dos novos tempos.

A posse de escravos em Olinda concentrava-se nas mãos de uns poucos senhores, que chegavam a cifra de 197, ou seja, apenas 1,7% da população possuía algum cativo. Desse total, 177 figuravam como proprietários de um a cinco escravos, representando 89,8% dos senhores encontrados na Lista de Classificação de 1876. Apenas seis pessoas possuíam mais 10 escravos, mas só quatro detinham a posse de mais de vinte. Contudo, estes últimos quatro senhores juntos somavam 190 cativos, representando 29% do total. Qual o papel desses escravos na vida cotidiana desses senhores?

²⁷⁷ GENOVESE, op. cit. p. 14.

Tabela 25
Posse de Escravos em Olinda

Plantéis	Nº de Senhores	%	Nº de Escravos	%
1 a 5	177	89,8	327	50
6 a 10	14	7,1	106	16,2
11 a 20	2	1,0	31	4,7
Acima de 20	4	2,0	190	29
Total	197		654	

Fonte: Lista de Classificação – 1876²⁷⁸

É difícil mensurar o significado de cada cativo na vida de seus senhores. São razões que muitas vezes transcendem os valores econômicos, situando-se entre os limites do poder moral, dos laços afetivos e da sobrevivência. Muitos utilizavam-se de seu único escravo na lavoura, trabalhando a seu lado, dividindo as agruras do tempo e os infortúnios da vida material. Outros possuíam apenas uma cozinheira, ou costureira, canoeiro, engomadeira, lavadeira, etc. Possivelmente utilizados como importante provedor de renda familiar, no serviço do ganho tão comum nas cidades da época ou no empenho de atividades artesanais, em oficinas domésticas.²⁷⁹

É interessante destacar o exemplo de Izabel Cavalcanti de Albuquerque Lins, que possuía apenas um cativo, com 2 anos de idade. Existiam ainda outros que possuíam escravos com 6, 7, 8 ou 9 anos de idade. Ou, no inverso da pirâmide etária, como Antoni de Allemão Cysneiros, senhor do escravo Joaquim, de 60 anos, empregado no serviço doméstico. Cada vez mais o acesso a posse se tornava privilégio de poucos e, talvez por isso, mesmo um cativo longe da idade produtiva ou mesmo aqueles já em tempos de esgotamento de suas forças, não poderiam ser desprezados. O escravinho Sebastião, de dois anos – citado acima –, nem valor lhe foi atribuído.

Observando a posse de escravos segundo o sexo dos senhores, percebemos que o número de mulheres era menor do que o dos homens, que chegavam, respectivamente, a 61 (30%) e 136 (70%). A presença destas mulheres é mais significativa entre os pequenos proprietários (1 a 5 escravos), chegando a cifra de 58, enquanto a outras três restantes enquadram-se nos plantéis de 6 a 10 cativos. Não há mulheres com mais de 10 escravos em Olinda. A mulher que mais possuía escravos era Antonia Prima de Albuquerque, que possuía 8 cativos, com idades entre 15 e 48 anos. Para melhor visualizarmos alguns números, observemos a tabela abaixo:

²⁷⁸ Incluímos aos 637 escravos trabalhados no Capítulo 2, 17 cativos com idades não declaradas, que não figuraram na análise anterior, chegando ao total de 654.

²⁷⁹ Sobre o cotidiano do trabalho escravo, ver capítulo 2.

Tabela 26
Posse de Escravos Segundo Sexo

Plantéis	Homens	Mulheres
1 a 5	119	58
6 a 10	11	3
11 a 20	2	-
Acima de 20	4	-
Total	136	61

É importante destacarmos que em estudos recentes sobre a estrutura de posse de escravos em diversas regiões do país (como São Paulo, Vila Rica, Sorocaba e Recife), vários autores observaram a presença marcante dos pequenos proprietários em detrimento dos grandes plantéis, na qual os primeiros acabavam por controlar parcela expressiva dos cativos, como bem demonstrou Luna e Klein, ao compararem as estruturas de posses de escravos em São Paulo e Minas Gerais.²⁸⁰

Semelhantes resultados encontramos no trabalho de Déborah Oliveira Martins dos Reis, em seu estudo sobre posse de escravos em Araxá (Minas Gerais), entre os anos de 1816 e 1888. A autora constatou que os proprietários que tinham até 5 escravos chegavam a 58,3% do total, no período de 1856-1888.²⁸¹ Antonio Pessoa Nunes Neto, em seu estudo sobre os “aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife”, no século XIX, a partir da análise de inventários *post mortem*, também constatou a predominância destes pequenos senhores, que chegavam a 55% do total. O autor destacou ainda que:

A posse de escravos, devido ao elevado valor unitário do cativo, sempre relegou a um conjunto restrito de indivíduos as condições materiais para realizá-la. Dentre os proprietários com apenas um escravo, não raro o valor do mesmo chegava a exceder ao somatório de todos os demais ativos da família, incluindo os monetários e não monetários.²⁸²

Hebe Maria Mattos Castro já havia destacado a necessidade de estudos sobre “a escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras”. O modelo social escravista clássico impediu, durante muito tempo, uma maior percepção acerca da diversificação espacial e social da posse de escravos. Ou seja:

²⁸⁰ *Apud* NUNES NETO, Antonio Pessoa. Aspectos da Escravidão de Pequeno Porte no Recife no século XIX. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, nº 61, junho de 2005.

²⁸¹ REIS, Déborah Oliveira Martins dos. Araxá, 1816-1888: posse de escravos, atividades produtivas, riqueza. XXXIV Encontro Nacional de Economia (APEC), 2006, Salvador.

²⁸² NUNES NETO, op. cit. pp. 222-223.

[...] a diferenciação das estruturas produtivas baseadas no trabalho escravo, tanto do ponto de vista social como espacial, precisa ser mais levada em conta para que se possa tecer um novo quadro na organização e estratificação sociais no Brasil escravista que substitua a ilusão da exclusividade da *plantation*.²⁸³

Duas outras questões levantadas pela autora se fazem relevantes neste tipo de estudo. Primeiro, grande número de pessoas livres não teve acesso a posse de escravos, tornando-a ainda mais difícil a partir da abolição do tráfico atlântico. Segundo, como bem coloca Hebe Maria Mattos Castro:

Cada complexo agrário local ou regional engendrava, internamente, sua própria estratificação social concernente aos proprietários. Um produtor de mantimentos com 15 ou 20 escravos, no Vale do Paraíba em meados do século XIX, ou no Recôncavo baiano no final do período colonial, poderia ser considerado um simples sitiante. Em Capivary, transformava-se em fazendeiro abastado com expressiva influência na organização sócio-política local.²⁸⁴

Assim, como já demonstramos, muito se tem discutido acerca da participação e importância destes pequenos senhores na estrutura escravista de então, em contraposição a idéia de uma sociedade dominada pela escravatura de grande porte, corroborando com outros estudos recentes. Ter um único escravo poderia alcançar significados que muito dificilmente poderíamos mensurar. No mínimo, poderia situar “certos pobres alguns degraus acima dos limites da miséria”.²⁸⁵ Em Olinda, os senhores de um a cinco escravos somavam juntos 327 cativos, ou seja, 50% do total da época. Escravos que eram empregados nas mais diversas atividades, desde o serviço de ganhos, na lavoura, nas lojas, padarias, etc.

Mas, boa parte dos senhores que possuía mais de 5 escravos também buscava diversificar suas posses. Maria Luiza da Silva Mattos possuía 5 cativos: um oleiro, dois no serviço doméstico e outros dois na agricultura. Dr. Estevão Cavalcanti de Albuquerque, também com cinco, diversificou ainda mais: um no serviço doméstico, um jornaleiro, uma cozinheira, um sapateiro e um bolieiro. Antonia Prima de Albuquerque – citada anteriormente –, com oito escravos, possuía 3 no serviço doméstico, duas quitandeiras, uma costureira, um ganhador e um bolieiro. Senhores, possivelmente, que empregavam seus cativos no serviço de

²⁸³ CASTRO, Hebe Maria Mattos. A Escravidão fora das Grandes Unidades Agroexportadoras. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e Abolição no Brasil novas perspectivas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988. p. 35.

²⁸⁴ CASTRO, op. cit. p. 40.

²⁸⁵ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Salvador: Ed., Da Universidade Federal da Bahia, 1996. p. 25.

ganho, e que poderiam alcançar uma boa renda nestes tempos de escassez da mão-de-obra escrava, ainda a preferida na sociedade da época.²⁸⁶

Contudo, outros senhores se mostravam mais obstinados em concentrar sua posse no ramo da agricultura, por possuírem algum arrendamento ou mesmo por se apresentarem como detentores do poder local com base na terra. Alfredo Guibson, por exemplo, dos cinco cativos em seu poder, 4 dedicavam-se a tal atividade (o quinto escravo não teve sua profissão declarada). O Barão da Tacaruna, que possuía 10 cativos, declarou 6 como agricultores. Henrique Guibson, dos 7 escravos, cinco dedicavam-se ao trabalho na lavoura.

Entre os quatro maiores senhores de escravos de Olinda, dois se destacam na posse de cativos empregados na lavoura: Antonio Gonsalves da Silva (proprietário do engenho Frágoso) e o Major Joaquim de Sá Cavalcanti de Albuquerque.²⁸⁷ O primeiro, com 27 escravos, empregava 20 destes na agricultura, enquanto o segundo, com 33 cativos, declarou ter 23 dedicados a esta atividade. Os outros dois grandes proprietários - Coronel João de Sá Cavalcanti de Albuquerque, com 59 escravos e Coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, com 54 escravos -, apesar de se apresentarem como os maiores senhores de Olinda, preferiram registrar grande parte de seus cativos sem profissão, por razões que desconhecemos.

Como podemos perceber, a presença dos *Cavalcanti de Albuquerque* era marcante entre os grandes proprietários de escravos de Olinda. O Coronel João de Sá Cavalcanti de Albuquerque, além de possuir o maior número de cativos da localidade, era proprietário de pelo menos três engenhos na região: o Genipapo, o Jardim e o Paulista. Nesse ínterim, ainda na segunda metade do século XIX, poderíamos aplicar o “citadíssimo soneto, cantarolado na época da Praieira (1848)”, destacado no estudo de Marcus J. M. de Carvalho sobre a formação das alianças políticas em Pernambuco: “Quem viver em Pernambuco, há de estar desenganado; ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado”.²⁸⁸ O poder local estava intimamente ligado ao acesso restrito a terra, refletindo no número reduzido de grandes proprietários de escravos da região.

Somando todos os senhores da Lista que apresentam em seu sobrenome “Cavalcanti de Albuquerque” – sem considerar os demais que possuem apenas o “Cavalcanti” e o “Albuquerque” separado –, constatamos que juntos possuíam 166 cativos, ou seja, 25,3% de

²⁸⁶ É importante frisarmos que, apesar da mão-de-obra escrava não se apresentar como a principal, devido ao crescimento dos trabalhadores livres, os escravos, por motivos diversos, continuaram a ser preferidos para desempenhar determinadas atividades. Sobre a preferência pela mão-de-obra escrava, ver Capítulo 2.

²⁸⁷ Sobre os engenhos de Olinda neste período, ver Capítulo 1.

²⁸⁸ CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, v.18, nº 36, 1998, p. 331.

todos os escravos de Olinda. Além destes, encontramos ainda integrantes de outros importantes “clãs” de Pernambuco, como os Rego Barros e os Paes Barreto, entre outros.

Assim, vida política e poder senhorial se misturavam, como podemos observar na forma com que muitos senhores são registrados na *Lista*. Além de um Barão (Barão da Tacaruna), que presidiu a Câmara Municipal em 1873, assim como, a Junta de Qualificação responsável pela classificação dos escravos, encontramos ainda 12 militares, com patentes de major, capitão, tenente-coronel e coronel, provavelmente, da Guarda Nacional, exemplo de prestígio e influência política naquele contexto. No Segundo Reinado, a Guarda Nacional transformou-se no principal elemento de controle da população e na cooptação dos senhores de terra, ao mesmo tempo em que não fazia parte da burocracia imperial, favorecendo ainda mais o poder local vigente.²⁸⁹ Sobre esta questão, José Murilo de Carvalho afirma que:

No caso brasileiro, a associação litúrgica por excelência foi a Guarda Nacional. [...] Basta lembrar que seu oficialato era retirado das notabilidades locais, fazendeiros, comerciantes e capitalistas, e o contingente se compunha de quase toda a população masculina adulta livre.²⁹⁰

Outros também aparecem integrando a vida política local, como, por exemplo: o Tenente-Coronel Manoel Dionizio Gomes do Rego (4 escravos), José Eustáquio Maciel Monteiro (1 escravo), Dr. Manoel Antonio de Pessoa e Silva (5 escravos) e Dr. Francisco Lins Caldas (1 escravo), todos componentes da Câmara Municipal de Olinda. Este último ainda aparece, em 1866, ocupando o cargo de Delegado deste município. E o Major Joaquim de Sá Cavalcanti de Albuquerque, em documento datado de 15 de outubro de 1867, aparece, também, como Delegado do Termo de Olinda.²⁹¹

Em consequência do período denominado de “Regresso Conservador”, que reformou o Código Civil Criminal de 1832, retirou-se parte dos poderes do Juiz de Paz, que era eleito, passando-os para os Delegados e Subdelegados de polícia, que eram nomeados pelo Ministro da Justiça. Os Delegados, além de suas funções policiais, passaram a acumular também atribuições judiciais, pelo menos até 1871, quando foi modificado tal estrutura, voltando a idéia inicial.²⁹² De qualquer forma, o prestígio e poder de tal função era almejado por muitos integrantes das forças locais, que visavam alcançar projeção política maior.²⁹³

²⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980, p. 120.

²⁹⁰ Idem, p. 124.

²⁹¹ Lista de Classificação de 1876.

²⁹² CARVALHO, José Murilo, op. cit. p. 120.

²⁹³ No decorrer do Império, várias leis modificaram as atribuições policiais a nível de poder local. A exemplo disso, em 1836 foram criadas em Pernambuco as Prefeituras de Comarca, na qual os prefeitos assumiriam

Além do que, o compromisso firmado entre Estado Imperial, senhores de terra e demais setores do poder local, se fazia de forma que estes elementos criassem uma relação de interdependência, que garantisse a “estabilidade” ao Império e ao mesmo tempo restringisse à maioria o acesso à cidadania. Tal “serviço litúrgico” – como denominou José Murilo de Carvalho – era exercido gratuitamente, baseado em uma complexa relação de troca, que muito caracteriza o Brasil até hoje.²⁹⁴

Encontramos ainda outra categoria de senhores em Olinda: a dos clérigos. Estes eram em número de cinco que, juntos, possuíam 12 escravos: Cônego Marcellino Antonio Dornellas, com um escravo empregado no serviço doméstico; Cônego Firmino de Mello Azevedo, com dois, ocupados no serviço doméstico e agricultura; Cônego Ignácio Antonio Lobo, também dois, uma lavadeira com um filho menor; Cônego Manoel Thomaz de Oliveira, com três, uma engomadeira e um sapateiro com seu filho; e Frei José de Santa Júlia Botelho, com quatro, uma cozinheira e seus três filhos menores.

Para estes, apesar das “recomendações” da Igreja e da maioria das ordens religiosas neste período em favor da emancipação, os escravos estavam presentes na realização de tarefas cotidianas, como também, na lavoura. O último clérigo citado, o frei José, abade do mosteiro de São Bento de Olinda, possuía uma família inteira de cativos, além de dois outros que declararam que seus escravos eram casados com cativos de outros senhores. É importante destacarmos que, em 1871, os Beneditinos de todo o Brasil, reunidos no Mosteiro do Rio de Janeiro, comunicaram ao Governo Imperial a libertação de todos os escravos da Congregação, no dia 29 de setembro deste ano, um dia após a implantação da lei do Ventre Livre.²⁹⁵ O difícil mesmo não foi declarar uma “lei áurea” por antecipação, e sim, colocá-la em prática, já que muitos clérigos não abriram mão de suas posses, contrariando as orientações superiores.

Na segunda metade do século XIX, não só beneditinos, mas também franciscanos, carmelitas e clérigos seculares compartilhavam do ideário emancipatório que gradualmente seria institucionalizado pelo Governo Imperial. Isso ocorreu de forma semelhante a outros setores senhoriais, que passaram a criar suas próprias tramas dentro do discurso gradualista de

“funções de polícia que estavam concentradas, até então, nas mãos dos juízes de paz – dando início, assim, a um ensaio de centralização da polícia, uma vez que esta passava para o controle dos representantes do imperador nas províncias”. Cf.: SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a Liturgia e o Salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. Tese (doutorado). Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 2003.

²⁹⁴ CARVALHO, José Murilo, op. cit., p. 126.

²⁹⁵ LACOMBE, Américo Jacobina. *A Obra Histórica do Padre Hoornaert*. Rio de Janeiro: AGIR; [Brasília]: INL, 1983. p. 10.

libertação dos escravos, sobre o ideal de uma emancipação ordenada, disciplinada e sem grandes rupturas.²⁹⁶

Tem início, então, um movimento que parece circular de forma “homogênea” entre as redes de poder controladas pelos setores dominantes da sociedade escravista, na qual os discursos “humanitários” em prol da liberdade dos escravos antagonizavam-se com as práticas que davam um certo tom de continuidade e disciplinarização. Estes discursos estavam de acordo com os interesses gradualistas do Governo e das camadas dominantes. As ordens, em muitos momentos, anteciparam-se ao Estado em relação a questões como a libertação de velhos e até mesmo do ventre, mas sobre limites e condições que não se diferenciavam de medidas tomadas por outros setores escravistas.²⁹⁷

Entre discursos e práticas, percebemos a presença de laços familiares sob o jugo inclusive dos clérigos, nos levando, com isso, a perguntar sobre a complexidade das relações que permeavam os conflitos cotidianos entre senhores e escravos, envolvendo tantos outros setores nesse tumultuado campo de ação e reação desses sujeitos históricos. Dessa forma, se os escravos resistiram à desumanização – como bem colocou Genovese²⁹⁸ –, qual o papel da família como luta contra as artimanhas do poder senhorial? Ou seria a família escrava apenas um instrumento de controle e objeto de barganha bem estruturado pelos senhores? Partindo dessas indagações, percebemos a importância de melhor visualizarmos a estrutura familiar desses escravos em meio aos conflitos e relações de força que permeavam o cotidiano do cativo nestes últimos anos da escravatura.

²⁹⁶ Sobre a relação entre Igreja e emancipacionismo, ver: BEOZZO, José Oscar (Coord.). *História da Igreja na América Latina*: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1985; e HOORNAERT, Eduardo (Coord.). *História da Igreja na América Latina*: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/1. Petrópolis: Vozes, 1992.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ GENOVESE, op. cit. p. 477.

2. FAMÍLIA ESCRAVA: “ABALO E ARRIMO DO ESCRAVISMO”

O pior da escravidão não é todavia os seus grandes abusos e cóleras, nem suas vinditas terríveis; não é mesmo a morte do escravo: é sim a pressão diária que ela exerce sobre este; a ansiedade de cada hora a respeito de si e dos seus; a dependência em que está da boa vontade do senhor; a espionagem e a traição que o cercam por toda parte, e o fazem viver eternamente fechado numa prisão de Dionísio, cujas paredes repetem cada palavra, cada segredo que ele confia a outrem, ainda mais, cada pensamento que a sua expressão somente denuncia.²⁹⁹

Sem dúvida, não podemos negar que o escravo vivia as pressões e violências diárias que tanto marcaram a vida no cativeiro, onde este tivesse existido, em qualquer tempo e espaço na História. “Abusos”, “cólera”, “espionagem”; tudo isso impregnando a rotina de movimentação na qual o cativo estava obrigado. Ainda segundo as palavras de Joaquim Nabuco, “é que a escravidão só pode existir pelo terror absoluto infundido na alma do homem”. Ao denunciar a violência da escravidão, Nabuco procurou demonstrar, também, a passividade do cativo diante da realidade que o cercava:

A escravidão é tudo isso, e quando deixa de ser, não é porque os senhores se tornam melhores, mas, sim, porque os escravos se resignavam completamente à anulação de toda a sua personalidade. Enquanto existe, a escravidão tem em si todas as barbaridades possíveis. Ela só pode ser administrada com brandura relativa quando os escravos obedecem cegamente e sujeitam-se a tudo [...].³⁰⁰

Todavia, não podemos olhar a vida cotidiana dos escravos e considerá-los apenas como “vítimas” aterrorizadas na “prisão de Dionísio.” E, ao contrário da “anulação de toda a sua personalidade”, o escravo buscou, na maioria das vezes, romper com a “lógica da escravidão”, que visava triturá-los em um processo constante de “desumanização”. Malhas de solidariedades eram construídas a todo o momento, transformando-se em importantes instrumentos na luta diária pela sobrevivência.³⁰¹

Dessa forma, pretendemos neste espaço apresentar os aspectos gerais que marcaram as relações de parentesco entre escravos e outros setores da sociedade de então. Um primeiro ponto interessante a se destacar é o crescimento dos plantéis, quando analisamos os familiares incluídos na Lista de Classificação de 1876, atrelados aos escravos matriculados em Olinda.

²⁹⁹ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1988. p. 136.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Para uma visão mais geral sobre a resistência dos escravos na América, ver: GEARY, Dick. Europa e o protesto escravos nas Américas, *circa* de 1750-1850. In: LIBBY, Douglas Cole, Org.; FURTADO, Júnia Ferreira, Org. *Trabalho livre, trabalho escravos: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

Cônjuges e filhos incrementavam a posse dos senhores responsáveis no registro de seus escravos, incluindo nesta soma os ingênuos, “livres” como qualquer outro cativo.

Existiam plantéis inteiros compostos de uma única família, a exemplo dos “herdeiros do finado João Baptista de Cavalcanti Albuquerque”, com 9 escravos. Ou a escravaria de João das Chagas Ferreira, composta por uma escrava e seus três filhos, entre eles um ingênuo. No plantel do Coronel João de Sá Cavalcanti de Albuquerque, dos 59 escravos que possuía, 28 contavam como “pessoas da família”, correspondentes aos escravos matriculados. Já o Coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, dos 54 escravos, 22 figuravam como “pessoas da família”. Diversos exemplos poderiam ser citados, no entanto, outros elementos devem ser destacados em nossas análises sobre a família escrava em Olinda.

Primeiramente, observaremos os escravos de acordo com seu Estado Civil. Com isso, devemos frisar que consideramos apenas os escravos com mais de 14 anos de idade em nossa análise, excluindo aqueles muito jovens e os que não constaram tal informação. Partimos desta idade limite pelo fato de representar a mãe mais jovem da Lista, Chrispina, com duas filhas, ambas nascidos depois da Lei do Ventre Livre.

Assim, os solteiros chegavam a cifra de 390 escravos (ou 87,6%), enquanto os casados e os viúvos a 32 (7,1%) e 23 (5,1%), respectivamente. Os dois últimos juntos somavam 55 escravos, ou seja, 12,3%. Contudo, esse último número refere-se apenas às relações matrimoniais reconhecidos oficialmente pela Igreja, excluindo-se qualquer outra forma de arranjo familiar. Pais e mães solteiros, viúvos e viúvas criando seus filhos e tantos outros laços familiares vêm sendo descortinados pela historiografia. Mas que família era esta que se constituía em meio às agruras do cativo?

Logo de início, se considerarmos todos os escravos que apresentam “pessoas da família”, o número chega a 108 cativos. Outro ponto interessante a se considerar é que, ao somarmos os escravos matriculados e suas famílias, chegamos a 300 pessoas, ou seja, 45,8% de todos os que encontramos na Lista. Percebemos, então, que a formação de famílias contribuiu consideravelmente para a perpetuação da posse de muitos senhores, como já havíamos demonstrado anteriormente.

Entre estes se encontram as mães solteiras, que chegavam à cifra de 67 cativas, representando 75,2% do total de mulheres que tinham filhos (que chegavam a 89 escravas). Apesar da dificuldade de compararmos estes dados com outros estudos – devido a pouca referência que possuímos –, Kátia Mattoso nos dá alguns subsídios para que melhor se visualize nossos resultados. A autora afirma que:

Apesar de nos encontrarmos nos últimos trinta anos do regime escravista, o padrão de reprodução dos escravos brasileiros é fraco: das 214 mulheres em idade de procriar, somente 59 (27,6%) chegam à condição de mãe, isto é, menos de 1/3 da população feminina. Mesmo se ampliarmos o número de mães escravas incluindo, também, aquelas que pertencem a outras faixas etárias, ou cuja idade é desconhecida, notamos que seu número é mais baixo ainda: somente 19,7% do nosso universo feminino é constituído por mães escravas.³⁰²

Em nosso estudo, considerando as escravas em “idade de procriação” (entre 12 e 40 anos, de acordo com o estudo citado), estas representavam 172 cativas. Dessas, 66 possuíam filhos, ou seja, 38% do total. Se ampliarmos a faixa etária, incluindo todas as escravas matriculadas, entre 12 e 62 anos (ou seja, 253 cativas), o resultado pouco muda: 35,1% possuíam filhos. Observamos, assim, um número superior ao apresentado pela autora, não perdendo de vista os diferentes referenciais e documentação de cada estudo.

Kátia Mattoso afirma ainda que para o último período da escravidão, o número de escravas com filhos superava um terço entre o total de mulheres, aproximando-se, neste aspecto, aos nossos resultados. Isso porque, segundo a autora, a propaganda abolicionista e a atitude dos senhores em alforriar seus escravos na hora da morte, teriam contribuído para um resultado positivo na “procriação” dos escravos.³⁰³ Contudo, devemos frisar que o número de escravas que tiveram filhos deveria ser ainda maior, considerando que a lista só apresentava os filhos menores de 21 anos, desconsiderando as mães que possuíam filhos adultos. E ainda que, devido a alta mortalidade infantil, muitas mulheres foram registradas sem qualquer referência a maternidade, excluídas das estatísticas oficiais.

Em relação a faixa etária das mães encontradas na lista, percebemos uma grande variação entre os 14 e 53 anos de idade. Muitas escravas possuíam apenas um filho, enquanto outras chegavam a três, quatro, cinco ou mesmo sete, entre solteiras, casadas e viúvas, numa rede complexa que poderia incluir ainda outros arranjos familiares dentro da comunidade escrava. Podemos destacar também que várias cativas entre 14 e 21 anos já possuíam mais de um filho, ao mesmo tempo em que escravas com mais de quarenta anos também “experimentaram” a maternidade, a exemplo de Felicidade, de 47 anos, que tinha três filhos, tendo o mais novo apenas 8 anos; Cândida, de 48 anos e também três filhos, e o menor com 4 anos; Felizberta, com 50 anos, tinha dois filhos, um com 11 e outro com 7; e Vicência, a mãe mais velha da lista, com 53 anos, tinha apenas uma filha, com 10 anos de idade.

³⁰² MATTOSO, op. cit. pp. 44-45.

³⁰³ MATTOSO, op. cit. p.45.

Diferentes estímulos poderiam ter levado mulheres escravas à experiência da maternidade, por exemplo, laços afetivos, incentivo senhorial na formação de famílias ou mesmo pela repercussão da Lei do Ventre Livre, que “garantia” ao filho a liberdade que ela não alcançara até então. Também podemos destacar a violência sexual, que poderia levar as escravas a gerarem filhos dos próprios senhores, muitas vezes possibilitando a mesma e a seu filho algum privilégio dentro do cativeiro, ou mesmo a liberdade; o contrário também poderia acontecer, atraindo a ira de esposas e até senhores preocupados com sua reputação.³⁰⁴

A partir do exposto, devemos compreender que a formação de laços familiares ia além da oficialização pela Igreja das relações afetuosas dentro do cativeiro. Para um escravo, o mais importante – na escalada de conquistas pessoais – era “pertencer” a um grupo, que poderia incluir desde relações familiares “extensivas” e “simbólicas”, quanto “os sentimentos de etnia, raça, classe – os elos afetivos entre pessoas” – que “levavam os cativos a se ajudarem mutuamente, mesmo quando a situação envolvia sérios riscos”.³⁰⁵

Hebe Maria Mattos, em seu estudo sobre os significados da liberdade no sudeste escravista, ao analisar a importância da família nuclear e a rede de relações pessoais na vida dos homens livres do século XIX, afirmou que o mesmo poderia ser aplicado aos escravos. Isso porque, “a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativeiro parece ter dependido, em grande parte, das relações familiares e comunitárias com outros escravos e homens livres da região”.³⁰⁶

Marcus Carvalho também destaca a importância dos cativos no processo de reconstrução da identidade diante da nova realidade que este encontrara desde a travessia atlântica. O autor afirma que o “caminho para a liberdade [...] muitas vezes começava exatamente aí: na construção de uma rede de relações pessoais às quais o cativo ‘pertencesse’”. Os laços africanos foram quebrados brutalmente, levando-os a reconstruírem suas relações afetivas e comunitárias.

Esse processo de recriação das raízes era essencial para a superação da condição escrava. Por essa razão, é de grande relevância o estudo da formação de famílias, da reconstrução dos laços étnicos e de outras formas de associação dos cativos inclusive as de cunho religioso e cultural. Ao se inserir num grupo humano ao qual “pertencia”, o escravo dava um passo fundamental em direção a liberdade.³⁰⁷

³⁰⁴ Para uma maior discussão acerca da sexualidade e da resistência entre as mulheres escravas nos últimos anos da escravidão, ver: COWLING, Camillia. *Negociando a Liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888*. In LIBBY, Douglas Cole, Org.; FURTADO, Júnia Ferreira, Org. *Trabalho livre, trabalho escravos: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

³⁰⁵ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001. p. 239.

³⁰⁶ MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 65.

³⁰⁷ CARVALHO, Marcus, op. cit. p. 129.

Em alguns plantéis, os laços celebrados pela Igreja chegavam a constituir grandes núcleos familiares dentro do cativo, a exemplo de Joaquim, casado com Roza, escrava do mesmo senhor, com 5 filhos menores escravos: Tranquilino com 15 anos de idade, José com 13, Bruno com 12, Simplício com 9 e Benedito com 4. Ou Maximiano, casado com Alexandrina, com 4 filhos menores escravos: Luiz, com 14 anos, Martino, com 12, Margarida, com 11, e Faustino, com 10. Admira ainda mais a família de Antonio, casado com Marcela, “liberta na metade” e tinha 7 filhos escravos: Martinha com 17 anos de idade, Maria com 15, José com 13, Mauricio com 11, Luiz com 10, Manoel com 6 e Ana com 4.

Contudo, a maioria dos escravos que apresentam “pessoas da família” foi classificada como “solteira”, já que muitas mães carregavam consigo o peso maior na construção da família. Mas, a partir de 1869, proibia-se a separação das famílias no momento de uma partilha ou mesmo venda, tornando-se ainda mais patente com a criação da Lei do Ventre Livre, que colocava sob a proteção das mães os filhos menores de 12 anos.³⁰⁸

As relações familiares neste período se tornavam cada vez mais complexas, devido as mudanças na legislação, às pressões do Governo, aos jogos de interesse dos senhores, a impaciência dos abolicionistas, etc. Escravas também conviviam com as expectativas e frustrações da liberdade, tanto para elas quanto para seus filhos. Ignacia tinha três filhos menores, Paula, que já se encontrava liberta; Juraci, nascido depois da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871 e Januário, que permanecia escravo, como sua mãe. Chrispina, de apenas 14 anos, já possuía dois filhos, mas ambos nascidos depois da referida lei. Marcolina, escrava, mas com um filho liberto. Luiza, de apenas 16 anos, tinha três filhos, sendo um liberto e os outros dois nascidos depois de 1871. Outros casos podem ainda ser mencionados, como de Angélica, Lúcia e Philomena, todas mães de filhos “livres”, ou seja, ingênuos.

Se a partilha ou a venda não mais – teoricamente – poderia separar uma família, a liberdade se encarregaria disso. Contudo, é importante frisar que os escravos sempre valorizaram a libertação das mulheres, e estas, ao que parece, a de seus filhos. A esperança de libertação de toda uma família deveria gerar muita tensão e frustração, já que existiam inúmeros obstáculos na realização de tal objetivo. Sendo assim, não devemos deixar de pensar – como já havia demonstrado Sidney Chalhoub – que o texto final da lei Rio Branco “foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume

³⁰⁸ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 345.

e aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros”.³⁰⁹ Com isso, mesmo a liberdade fragmentada de uma família poderia alcançar significados importantes na vida do cativo.

Outro ponto importante a destacar, refere-se às relações afetivas entre casais separados pelo cativo ou mesmo pela liberdade. Robert Slenes, em um estudo sobre família escrava em Campinas, constatou que “[...] com exceção de algumas poucas pessoas que eram casadas com libertos, **todos** os escravos casados na amostra tinham cônjuges que pertenciam ao mesmo senhor”. O autor conclui ainda que, a partir da análise de vários municípios pesquisados, os senhores proibiam o casamento de seus escravos com cativos de outros plantéis.³¹⁰

Em nosso estudo, encontramos cinco escravos unidos pelo matrimônio, mas “separados” por pertencerem a senhores diferentes. Não sabemos ao certo qual a origem dessas separações; se eles já se encontravam casados e foram separados numa partilha; ou se uniram com a permissão de seus senhores. E, ao que parece, o escravo Martinho era casado com uma escrava residente fora dos limites de Olinda, pois, diferente dos outros na mesma situação, que consta o nome do proprietário do cônjuge, apenas aparece a seguinte informação: “casado com Sebastiana, escrava de outro senhor”.

O eterno fantasma da separação de cônjuges através de partilhas ou vendas há muito caracterizou a escravidão antes de 1871. Além do que, a morte do senhor sempre gerava momentos de incertezas, que poderia ter grande impacto sobre as famílias e redes de parentesco e solidariedades, que, muitas vezes, levava a rupturas ou apenas a “esticar” tais relações.³¹¹

Isso porque, muitas separações, como as que demonstramos acima, não necessariamente gravavam a quebra dos laços há muito construídos, já que a proximidade dos plantéis facilitava o convívio entre os pares, possibilitando ainda o alargamento das relações com escravos de outras localidades. Além dos exemplos já citados, encontramos ainda aqueles que foram separados pela liberdade. José, Cassimiro e Marcolino eram casados com libertas, enquanto Manoel, Jacinho e Luiz eram casados com mulheres livres, assim como Ignez, casada com homem livre. No entanto, como já havíamos afirmado, essas separações não necessariamente representavam rupturas. Isso porque:

³⁰⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 159-160.

³¹⁰ SLENES, Robert W. Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17 (2): maio/agosto, 1987. p. 218. Grifo do autor.

³¹¹ SLENES, Robert W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 274.

O mundo do cativo permanecia um mundo imprevisível por mais que os escravos se empenhassem em reduzir o perigo em suas vidas. Mesmo os que realmente tinham chance de ficar com o prêmio gordo, a alforria, sabiam que as possibilidades de deixar para trás uma vida de insegurança e privações, como liberto, eram poucas. Nessas circunstâncias, cortar os laços com a comunidade de origem não fazia sentido.³¹²

E os livres, como entraram nesta história? Na verdade, muitos estudos vêm demonstrando as relações estreitas entre escravos e outros setores da sociedade, como os livres pobres. Denise Soares Moura, por exemplo, em seu estudo sobre os homens livres no declínio do escravismo (Campinas, século XIX), constatou também este “viver tão juntos” caracterizado por interações e conflitos cotidianos:

Desde os idos da colônia, escravos e homens livres mantiveram estreita sociabilidade. A vida urbana favorecia este contato, sendo impossível alhearem-se uns aos outros, pois nas andanças pelas ruas da cidade, frequentemente estabeleceram-se laços. A frouxidão desse convívio fundia seus mundos, tornando-se único e perpassado por relações amorosas, concubinatos, solidariedades, tensões, desentendimentos e afetos.³¹³

Evidentemente, não devemos simplificar as relações familiares e comunitárias entre escravos e demais setores de forma romanceada. Uma rede complexa ligava todos os seus componentes, que giravam sob a órbita senhorial e suas estratégias arbitrárias e ardilosas. Segundo Robert Slenes, os escravos e senhores estreitavam suas relações com base no princípio da “força” e “favor”, com incentivos de “prêmios” principalmente aos mais antigos e com laços de parentesco já formados. Essa estratégia criava ao mesmo tempo um campo de expectativa para uns e a exclusão de outros, principalmente dos mais novos no plantel, que levariam mais tempo até consolidarem seus laços com a comunidade.

Distribuição de ocupações “melhores” e até mesmo o acesso à família, dependia do grau de relacionamento que o cativo desenvolvia com seu senhor. Por isso, Slenes afirma que “a família escrava transformava os cativos em ‘reféns’, tanto de seus próprios anseios quanto do proprietário. Os senhores certamente sabiam disso quando refletiam sobre os ditames da ‘humanidade’ e da ‘boa razão’”. Contudo, o autor demonstra que os escravos não foram simplesmente envolvidos nas tramas das estratégias senhoriais. Slenes conclui que “[...] o ardiloso engenho montado pelos senhores voltou-se contra os seus criadores. A política que

³¹² Idem, p. 280

³¹³ MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998, p. 216. Cf. também: VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Ed. Marco Zero; Cuiabá, MT: Ed. Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

incentivava a criação de famílias, visando produzir reféns, também garantia aos escravos um certo espaço de autonomia”.³¹⁴

Para finalizarmos esta parte, encontramos no relato de Henry Koster um acontecimento que bem demonstra um pouco do que apresentamos até agora sobre a família escrava. Koster, viajante inglês instalado nas proximidades de Olinda no início do século XIX, deixou um importante relato dos laços que permeavam a vida do cotidiano escravo:

Por esse tempo morreu de parto uma escrava e foi geralmente lamentada. O pesar do marido muito pareceu loucura. Não quis comer senão no outro dia, quando um de seus filhos o persuadiu que tomasse algum alimento. Até a época da minha partida para Pernambuco, não havia recobrado seu antigo *espírito* e não falava na mulher sem lágrimas nos olhos. Outros escravos ficaram alguns dias depois da morte, acobardados, e os rudes instrumentos em que era hábito tocar tarde à porta, foram postos de lado. Por algum tempo toda alegria cessou.³¹⁵ [Grifo nosso].

Koster talvez percebera algo de diferente de tantos outros viajantes estrangeiros que por aqui passaram. Ou mesmo contemporâneos, que consideravam os escravos “desregrados” em sua vida íntima.³¹⁶ No entanto, buscamos demonstrar que tais visões não estão de acordo com nossos resultados apresentados até então. Mesmo com a “espionagem”, “a cólera” e a “traição” – como afirmou Nabuco –, os escravos conseguiram construir e reconstruir, quando necessário, os laços que teimavam em romper-se sob a violência da escravidão.

Mas, apesar das tentativas constantes, em meio a estratégias ardilosas e violentas dos senhores, os cativos não permitiram – dentro dos limites da instituição – que seu *espírito* enfraquecesse – no dizer de Genovese. Talvez, eles se permitissem apenas a “cessar a alegria” por certo tempo – nas palavras de Koster –, nos momentos de perdas e rupturas das redes que envolviam toda uma comunidade, em torno da dor de um ente querido. Por essa e outras razões, concordamos com Robert Slenes quando afirma que a família cativa, “ao promover a autonomia e a dependência do escravo, era a um só tempo abalo e arrimo para o escravismo”.³¹⁷

³¹⁴ SLENES, Senhores e Subalternos, op. cit. p. 276-282.

³¹⁵ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2002, pp. 384-385.

³¹⁶ Sobre as impressões dos estrangeiros em relação a família escrava no século XIX, ver SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, em especial o capítulo 3.

³¹⁷ SLENES, Na Senzala uma Flor, op. cit. p. 28.

3. PODER MORAL E RESISTÊNCIA ESCRAVA

Às vezes sentava-me, à noite, na soleira da porta, quando toda a minha gente se retirara para suas moradas. Ouvi o murmúrio das vozes nas senzalas, embora me supusessem adormecido, observava a saída de um negro a caminhar furtivamente para visitar um conhecido, morador a pouca distância ou ir tomar parte n'algum divertimento noturno. Os negros vizinhos também convidados deslizavam, imperceptíveis, durante a treva. É nessas ocasiões que os planos para enganar o amo são concebidos e, nessas doces e defesas reuniões, os projetos se formam. É então que o proprietário de escravos reflete nessas manobras secretas, verificando a inutilidade de todos os regulamentos e de sua própria orientação. A opressão cria o desejo do ato contrário a quem oprime. O escravo tem o pendor natural para ludibriar aquele que o subjuga. É possível amar o senhor quando se tem o poder de deixa-lo; mas ser preso, forçado a obedecer à vontade, e às vezes, aos caprichos alheios, desperta um sentimento de prazer, melhor do que o castigo, em contrariar os desejos e tornar nulas as ordens de quem as dá.³¹⁸

Henry Koster parecia ter aprendido logo as estratégias tanto senhoriais quanto dos escravos acerca das relações de força que permeavam o cotidiano da sociedade a qual passara a integrar. Sua percepção quanto às astúcias de seus subalternos impressiona pela riqueza de informações que nos fornece em relação aos procedimentos minúsculos que os cativos iam tecendo junto com seus pares. Individual ou coletivamente, os escravos processaram uma teia de artimanhas que, devido a seu “pendor natural para ludibriar aquele que o subjuga”, moldavam suas vidas aos limites impostos pela opressão do cativo.

Mas o senhor também possuía suas próprias armas e truques para criar uma atmosfera mesclada por violência, opressão e dependência daqueles que o cercavam. Estratégias ardilosas compunham a rotina dos que desejavam manter o poder moral sobre suas posses. Muitos senhores sabiam dos riscos que corriam na aplicação de castigos excessivos e de uma relação baseada apenas pela violência. Era necessário dosar as relações com seus escravos com uma “pedagogia” do medo e ao mesmo tempo dar a estes expectativas de “prêmios”, que poderiam ser mais autonomia, melhores colocações ou mesmo a liberdade.

Destacaremos nesta parte dois casos que poderíamos considerar aglutinadores dos vários conceitos utilizados até o momento: Tomás e Ubaldo. Duas trajetórias diversas, cada qual com estratégias montadas com base nos limites e imposições do meio social a qual estavam inseridos. No primeiro, um escravo determinado a romper com as rédeas da opressão senhorial, levando-o a um “destino” comum a tantos outros até então. No segundo, caracterizado por artimanhas e estratégias que acabavam por minar os “regulamentos” e “orientações” senhoriais, talvez concebidas pelo despertar de “um sentimento de prazer [...]”

³¹⁸ KOSTER, op. cit. pp. 376-377.

em contrariar os desejos e tornar nulas as ordens de quem as dá”. Vejamos, primeiramente, a trajetória vivenciada pelo escravo Tomás.

Em 18 de novembro de 1867, a Delegacia de Olinda noticiava o assassinato do tenente Braz Machado Pimentel, que ocupava, na época, o cargo de Juiz Municipal suplente. O crime foi cometido por um escravo, que pertencia a D. Anna Barbosa da Silva. Tomás já se encontrava preso na cadeia da cidade, encaminhado para o julgamento em 29 de novembro do mesmo ano.³¹⁹

Num primeiro olhar, pelo próprio imaginário construído sobre a escravidão, pensaríamos em um processo rápido e sumariamente levado aos fins inevitáveis da violência senhorial. No entanto, apesar do final dessa trajetória corresponder a esta dura realidade de violência e opressão já conhecida por nós, o caminho percorrido até então foi bastante tortuoso. Sua história marcaria para sempre a vida de um dos maiores ícones do abolicionismo brasileiro: Joaquim Nabuco.

Estudante do quarto ano de Direito, *Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo* foi o curador do réu no longo processo que se seguia. Na verdade, participou do segundo julgamento a qual o escravo foi submetido, já que o mesmo teria passado por dois processos. Talvez, o primeiro caso de relevância de sua vida, Nabuco, com apenas 18 anos de idade, dedicou-lhe, por isso, algumas páginas no seu livro “A Escravidão”, escrito em 1870, quando retornou ao Recife para cursar o quinto ano de Direito.³²⁰ O autor apresenta a história de deste escravo da seguinte forma:

Havia em Olinda em 1868 um escravo chamado Tomás, forte, de boa aparência, de bom trato, e moço de 25 anos. Circunscrito, econômico, humilde, brioso, tinha ele uma reputação excelente no lugar. Educaram-no como livre e por isso adquiria esses bons instintos. Ninguém lhe falara em cativo. Trabalhava para sua senhora e para si com estímulo e consciência. Era chamado em Olinda – o sr. Tomás.³²¹

Não podemos afirmar até que ponto Joaquim Nabuco exagera nas qualidades e reputação do nosso “sr. Tomás”. Contudo, algumas questões levantadas pelo autor nos levaram a melhor refletir sobre muitos elementos que poderiam compor nossa compreensão acerca do cotidiano da vida escrava, nestes últimos anos do escravismo. Em seu relato, Tomás – por motivo desconhecido – foi “barbaramente amarrado e açoitado” em praça pública, “na

³¹⁹ Série: Repartição Central de Polícia – Delegacia de Olinda, fls. 263, 265 e 268; Série: Promotores Públicos, v. 7, fl. 341; Processo-Crime: escravo Tomás, caixa 8, 1869, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

³²⁰ NABUCO, Joaquim. *A Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Apresentação de Leonardo Dantas Silva, VII-VIII.

³²¹ Idem, p. 41.

roda dos moradores de um lugar pequeno, onde de ordinário todos afluem a qualquer espetáculo”. Devido a tal episódio, “fez-se uma reação no caráter do escravo. De humilde tornou-se altivo: era bom, fez-se fera”.

Tomás acabaria matando Braz Machado, por acreditar ser este o responsável pelo acontecido. O resultado não poderia ser diferente: foi condenado a pena de morte por um Júri de Olinda. Ao aguardar o resultado da apelação, encaminhado ao Tribunal da Relação, na Casa de Detenção do Recife, o escravo conseguiu fugir, dando início a uma caçada que terminaria com a morte de um dos guardas da cadeia, que tentara impedir sua fuga.³²² “Não era mais um homem, era um tigre que se tinha debaixo de ferros”, escreve Nabuco. “Mesmo acorrentado era terrível”. Sua tentativa de evadir-se não rendeu bons resultados. Foi novamente preso e outro processo iniciado. Agora eram dois crimes de morte na trajetória de Tomás. Mas, o que diziam as leis da época a respeito dos crimes cometidos por escravos?

No decorrer do Império, principalmente a partir da Regência – período de grande perturbação política e social –, muito se discutiu acerca da constante ameaça trazida pela presença cada vez maior dos cativos entre a sociedade de então, participando de revoltas e assassinatos contra pessoas livres, inclusive seus senhores. O Código Criminal do Império do Brasil, em vigor a partir de 16 de dezembro de 1830, decretava, entre outras providências, a pena de morte para aqueles que cometessem assassinatos considerados em grau máximo. Contudo, o réu poderia ser condenado a galés perpétuas (grau médio) ou a prisão com trabalho por vinte anos no mínimo (art. 192).³²³

Mas esta lei era aplicada tanto para os livres quanto para os escravos. Fazia-se necessário, então, uma lei que punisse com maior rigor os cativos que cometessem crimes contra seus senhores e seus familiares, assim como os seus funcionários. Com isso, foi criada a Lei de 10 de Junho de 1835, que estabelecia o seguinte:

“Art. 1º - Serão punidos com a pena de morte os escravos, ou escravas, por matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente, ou fizerem qualquer outra grave ofensa física a seu senhor, sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, ao administrador, feitor e às mulheres que com eles viverem. Se o ferimento, ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites, à proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes”.³²⁴

³²² Idem, pp. 41-42; Processo-crime: Tomás, escravo. Caixa 5, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Para uma descrição mais detalhada sobre a trajetória de fuga de Tomás, ver: GALVÃO, Tácito Luiz Cordeiro. O Preto Senhor Thomaz. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, nº 61, junho de 2005.

³²³ Código Criminal do Império do Brasil. In: RIBEIRO, João Luiz. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 29.

³²⁴ Lei de 10 de Junho de 1835, In: RIBEIRO, op. cit. p. 361.

Enquanto o Código Criminal estabelecia certa gradação em relação ao crime de morte, a Lei de 1835 não reconhecia tal prerrogativa. Segundo João Luiz Ribeiro, “a condição fundamental para que alguém fosse processado pela lei de 10 de junho de 1835 era ser escravo. Libertos e africanos livres responderiam pelo Código Criminal de 1830”.³²⁵ No entanto, o escravo Tomás seria condenado por este último, pois não cometeu crime algum contra seu senhor ou prepostos. Isso lhe valeu um resultado diferente no segundo julgamento. O mesmo não pode ser dito de outro caso ocorrido em Olinda, em 1839. Estamos nos referindo ao julgamento de Antonio Diogo, na qual parece-nos pertinente aqui destacar.

Acusado pelo assassinato de seu senhor, José Bezerra Montenegro, Antonio Diogo e seu curador defendiam a tese de que o réu era forro, buscando evitar a dureza da lei de 1835. No interrogatório, o acusado afirmou que seu nome era Antonio Diogo da Rosa Soares, com postura de quem não se considerava mais escravo. O promotor do caso era, curiosamente, Joaquim Nabuco de Araújo, pai do célebre abolicionista. O advogado de acusação – que auxiliara o promotor no julgamento – através de seu discurso nos traz importantes informações do cotidiano que permeava a vida de nosso suposto forro:

O desgraçado Bezerra havia dado pelo réu a quantia de 300 mil réis, com a generosa e benéfica condição de sujeita-lo a escravidão por cinco anos; dava-lhe ampla faculdade de vir o réu trabalhar pelo seu ofício ao Recife, exigindo somente que fosse a casa todos os sábados para pagar-lhe o salário estipulado, e receber comida para a semana vindoura, e n'isto consistia o cativo do réu.³²⁶

A acusação queria demonstrar como o senhor tratava Antonio com “generosidade” e “benevolência”, e como este gozava grande “liberdade” de ir e vir, de acordo com a prática da época referente aos *escravos de ganho*. Poucos dias antes do assassinato, o seu senhor teria repreendido-o fortemente e o ameaçou. Ingratidão, perda de privilégios ou reação a violência senhorial poderiam ser algumas das possibilidades que teriam levado Antonio Diogo a tal fim. Ou mesmo, como inicialmente argumentara seu curador, o réu era inocente. Isso porque, sua confissão teria sido “extorquida” através de coerção.

Seu defensor procurou provar que o réu era forro através de falhas existentes na transferência de posse entre o antigo senhor e Montenegro, e uma suposta carta de liberdade. A tentativa do curador em provar que o acusado era liberto não convenceu o juiz. O réu foi condenado à morte como escravo, incurso no artigo 1º da lei de 10 de junho de 1835.³²⁷ A

³²⁵ RIBEIRO, op. cit. p.361. Parte dos autos do processo foi transcrito no *Diario de Pernambuco*, de 10 de fevereiro de 1840, demonstrando a grande repercussão do caso nesta época.

³²⁶ Idem, p. 377.

³²⁷ Idem.

ordem senhorial demonstrava mais uma vez que a questão escrava deveria ser tratada exemplarmente.

Joaquim Nabuco se utilizou de estratégia semelhante ao do curador de Antonio, mas partindo de outros pressupostos. Percebendo que pouco poderia fazer frente as evidências contra o réu, “reservou-se o advogado para provar que Tomás não era escravo, por uma série de circunstâncias tiradas dos autos”.³²⁸ Em seu livro, “A Escravidão”, Nabuco relata ter o escravo boa reputação em Olinda, conhecido entre a população local como “sr. Tomás”. Em seu primeiro interrogatório, o escravo teria afirmado que “trabalhava na agricultura em companhia de seu senhor”. Em outro momento, afirmara ser *fogueteiro*, atividade bem requisitada em uma cidade repleta de festas de irmandades e outras datas comemorativas dosadas com *grande queima de fogos*.³²⁹

Entre a atividade do campo e as festividades da cidade, Tomás poderia ter alcançado privilégios que poderiam conferir certo grau de liberdade. Segundo Nabuco, “educaram-no como livre e por isso adquiria esses bons instintos”. Sobre sua condição de escravo, “ninguém lhe falara em cativo”. E em relação ao desempenho de suas atividades, “trabalhava para sua senhora e para si com estímulo e consciência”.³³⁰ Contudo, não devemos romancear o cotidiano daqueles que alcançavam alguma autonomia e até se confundiam entre os livres que circulavam entre os mesmos espaços dos vários segmentos sociais de então. Privilégios alcançados poderiam ser facilmente tomados, acirrando-se conflitos que outrora foram amenizados em decorrência da criação de espaços conquistados ao longo de uma vida. Com isso, devemos considerar que:

Cativos que já possuíam ‘direitos’ ou ‘privilégios’ – maior autonomia, mobilidade, fortes laços familiares, intimidade/proximidade com os senhores – tornavam-se, nas últimas décadas (mesmo sendo considerados ‘crias da casa’, ‘gente da família’) perigosos ao considerarem ilegítima a atitude de tal senhor.³³¹

Da mesma forma que senhores poderiam frustrar a expectativa de liberdade de um escravo, este poderia reagir de diversas formas, inclusive com a violência. Tomás não se rebelara contra sua senhora, mas sim, contra aqueles que buscaram reintroduzi-lo na escravidão, reagindo à humilhação do açoite e do tratamento sumário, diante daqueles que viam o grande perigo de não se castigar “exemplarmente” as reações dos que se mostravam um perigo contra a ordem senhorial vigente. Talvez, precisemos de uma melhor definição do

³²⁸ NABUCO, op. cit. p. 43.

³²⁹ Processo-Crime: escravo Tomás, caixa 8, 1869, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

³³⁰ Idem, p. 41.

³³¹ CASTRO, p. 364.

que seria a *escravidão*, com o objetivo de melhor compreender tal lógica por nós perdida – ou reconstruída sob outros moldes. Segundo Paul Lovejoy:

A escravidão era uma forma de exploração. Suas características específicas incluíam a idéia de que os escravos eram uma propriedade; que eles eram estrangeiros, alienados pela origem ou dos quais, por sanções judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade; que a sua força de trabalho estava à completa disposição de um senhor; que eles não tinham o direito à sua própria sexualidade e, por extensão, às suas próprias capacidades reprodutivas; e que a condição de escravo era herdada, a não ser que fosse tomada alguma medida para modificar essa situação.³³²

Esta definição da instituição é bastante esclarecedora quando consideramos a ideologia senhorial presente nos discursos e leis que regiam a propriedade escrava. E, considerando a narrativa de Nabuco sobre os atributos de homem “livre” reconhecidos em Tomás, devemos considerar que “a escravidão quase sempre tinha início por meio de violência, que reduzia a posição de uma pessoa de liberdade para uma condição de escravo”.³³³ Contudo, como já havíamos afirmado, nenhuma relação humana pode alcançar os resultados esperados com base apenas na violência.

Mecanismos auxiliares devem dosar estas relações, instrumentos coercitivos e incentivos capazes de neutralizar as tensões internas. No entanto, dificilmente os senhores conseguiam ter total sucesso em suas investidas. Na tentativa de contribuir com a legitimação do poder moral dos senhores, Carlos Augusto Taunay publicou um “Manual do Agricultor Brasileiro”, em 1839. Em uma de suas passagens, o autor afirma que:

[...] quem observar estas máximas, conhecerá que não é difícil conservar a disciplina mais rigorosa, com bem poucas correções, pois que o excesso de castigo e repetição contínua, longe de corrigirem, embrutecem, não devendo ser permitido aos feitores o castigarem imediatamente, senão na ocasião da desobediência com revolta, que é o maior dos crimes domésticos, e ao qual deve aplicar-se depois o máximo do castigo, seja qual for a dose instantânea que o réu tiver levado.³³⁴

Taunay considera ainda em suas orientações, inculcar nos escravos o catolicismo romano, a permissão aos folguedos e batuques e, ainda, a premiação dos cativos de boa conduta e diligentes nas suas tarefas.³³⁵ Como sabemos, essas regulamentações não garantiam

³³² LOVEJOY, Paul E. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp.29-30.

³³³ Idem, p. 32.

³³⁴ Citado por MARQUESE, Rafael de Bivar. Paternalismo e Governo dos Escravos nas Sociedades Escravistas Oitocentistas, Brasil, Cuba e Estados Unidos. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a Escravidão (I)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. pp. 123-124.

³³⁵ Idem, p. 124.

o sucesso da empreitada senhorial contra o “espírito” e personalidade dos escravos, que também sabiam, muitas vezes, “deslizar” por entre as brechas do poder senhorial. É importante destacar que os cativos haviam construído concepções sobre o que seria um “castigo justo”, reagindo contra “maus senhores” principalmente quando interpretavam que estes não cumpriam com suas obrigações básicas, ou mesmo, na perda de privilégios alcançados no decorrer de uma vida, como pode ter acontecido com Tomás.³³⁶

Apesar do caso ser de difícil defesa, dadas as evidências contra o réu, Joaquim Nabuco buscou denunciar – “perante o tribunal dos cidadãos” – a escravidão e a pena de morte, considerando dois “crimes sociais” intimamente relacionados naquele momento. Segundo Nabuco, “fora a escravidão que levara Tomás a praticar o primeiro crime, a pena de morte que o levara a perpetrar o segundo”.³³⁷ Ao final do julgamento, Tomás foi condenado de acordo com o artigo 193 do Código Criminal, ou seja, a galés perpétua. Contudo, tempos depois, foi confirmada a primeira sentença referente ao primeiro crime por ele cometido, condenado a pena de morte. O Código Criminal do Império do Brasil, em seu artigo 38, estabelecia que a pena de morte fosse dada na forca. E no artigo 40, o procedimento até a sua execução determinava o seguinte:

Art. 40 – O réu, com seu vestido ordinário, e preso, será conduzido pelas ruas mais públicas até à forca, acompanhado do juiz criminal do lugar onde estiver, com o seu escrivão, e da força militar que se requisitar. Ao acompanhamento precederá o porteiro lendo em voz alta a sentença que se for executar.³³⁸

A violência não terminava com a execução, pois tal evento não poderia tolerar qualquer manifestação de humanidade em relação ao condenado, como decretava o artigo 42: “os corpos dos enforcados serão entregues a seus parentes ou amigos, se os pedirem aos juízes que presidirem à execução; mas não poderão enterrá-los com pompa, sob pena de prisão a um ano”.

Todavia, o processo iniciado ainda em 1867 não foi tão simplesmente concluído com o fim do segundo julgamento de Tomás, em 1869. Em aviso expedido pelo Ministério da Justiça em 1870, “Sua Majestade Imperial” teria comutada a pena de morte – na qual teria sido condenado o réu –, à pena de galés perpétuas, e que tal decisão fosse cumprida pelas autoridades responsáveis. Contudo, seu caso esbarrava em muitos obstáculos, por se tratar de

³³⁶ CASTRO, op. cit. pp. 355-359.

³³⁷ NABUCO, op. cit. pp. 42-44.

³³⁸ RIBEIRO, p. 28.

dois processos que iam e vinham, de uma localidade a outra, dificultando a ação inclusive do promotor público da Comarca de Olinda, que afirmava não constar, até então, de envio da “petição de graça” que o réu, através de seu curador, deveria encaminhar ao Imperador. “Suponho que deva haver engano seja qual for”, afirmava o promotor.³³⁹ Como então o escravo teria sido agraciado pela benevolência imperial?

A “Petição de Graça” vem a integrar toda essa discussão em torno das relações de força entre aqueles que defendiam uma legislação rigorosa e os que procuravam “modernizar” as leis. Essa briga ganha força com a Lei de 6 de setembro de 1826, que decretava, em seu artigo 1º, que “a sentença proferida em qualquer parte do Império que impuser pena de morte não será executada sem que primeiro suba à presença do Imperador para poder perdoar ou moderar a pena”. Mas, em 11 de abril de 1829 o Imperador volta atrás, através do Decreto seguinte:

Tendo sido muito repetidos os homicídios perpetrados por escravos em seus próprios senhores, talvez pela falta de pronta punição, e que podem até ameaçar a segurança pública, e não podendo os réus compreendidos neles fazerem-se dignos da Minha Imperial Clemência: Hei por bem, tendo ouvido o meu Conselho de Estado, ordenar, na conformidade da Lei [...], que todas as sentenças proferidas contra escravos por morte feita aos seus senhores seja logo executadas independentemente de subirem a minha Imperial presença. As autoridades a quem o conhecimento desta pertencer o tenham assim entendido e façam executar.³⁴⁰

No entanto, em 9 de março de 1837, um novo decreto vem a retomar as prerrogativas de 1826, estabelecendo o direito aos condenados a Petição de Graça. Mas o artigo 2º deixava claro que os escravos condenados pelo assassinato de seu senhor e pressupostos, não gozariam de tal benefício. Tomás poderia ter sido beneficiado por tal comutação de pena, mas burocraticamente ou por razões de “força” maior, não pôde ser aplicada a clemência imperial.

Ao que parece, o caso de Tomás vem a evidenciar toda uma complexa e contraditória discussão em torno da legislação do Brasil Império, envolvendo a necessidade de se punir com maior rigor os escravos, o medo que estes infligiam no seio da sociedade e a modernização das leis em um país ainda regrado pelos antagonismos das relações escravistas.

Possivelmente, o caso deste escravo teria deixado um rastro de perturbação e dúvida entre aqueles que se envolveram direta ou indiretamente em sua trajetória. Não apenas Joaquim Nabuco constatou as contradições e a violência das leis que haviam dado subsídios aos mandos da sociedade escravista. Isso porque, em ofício datado em 31 de dezembro de 1870, o promotor Manoel Isidoro (aproximadamente seis meses após ter relatado os possíveis

³³⁹ Série: Promotores Públicos, v. 7, fl. 341, de 14 de junho de 1870.

³⁴⁰ RIBEIRO, op. cit. p. 332.

enganos com a “petição de graça” que comutaria a pena de Tomás), encaminhou ao Presidente da Província uma série de dúvidas que o inquietava enquanto agente da lei:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Devendo os funcionários públicos recorrerem ao governo quando for a lei omissa, ou duvidosa em ponto que por sua gravidade não admitam interpretação, uma vez que não haja prática estabelecida, ou casos julgados; e lutando eu com grandes embaraços acerca de certos pontos da nossa Lei Criminal, que estão no caso acima; vou por meio deste rogar a V. Ex. se digne esclarecer-me com sua ilustrada opinião acerca das dúvidas abaixo [...].³⁴¹

As dúvidas referem-se, justamente, aos réus de condição escrava. Perguntas sobre escravos que feriam gravemente um senhor, penas de açoite e, finalmente, a pena de morte. O promotor não se resumiu em levantar questões, mas também em apontar erros de interpretação da legislação, comparando a Lei de 1835 e o Código Criminal e suas possíveis contradições. Ao que parece, mais do que uma simples consulta ao “ilustríssimo Presidente”, Manoel Isidoro buscava discutir sobre problemas que provavelmente nem o “excelentíssimo senhor” poderia responder de forma patente.³⁴² Após décadas de discussões, em 1876 ocorreu a última execução de um condenado a pena de morte.³⁴³

Assim, o caminho percorrido por Tomás pode ser interpretado como uma reação radical aos mecanismos opressivos da escravidão, resultado da perda de autonomia, de privilégios e, talvez, de “liberdade”. Reação a um “cativeiro injusto”; a castigos que feriam não só o corpo, mas também a dignidade humana. Seu “espírito” e sua “identidade” foram rachados, em decorrência da violência que poderia frustrar a qualquer momento as conquistas alcançadas no decorrer de uma vida.

No entanto, outros escravos conseguiram seguir por caminhos diferentes do percorrido por Tomás, como foi o caso de Ubaldo. Sua trajetória também nos parece repleta de questões que faziam parte integrante do cotidiano do cativeiro. Do “cativeiro injusto” e violento, castrador da liberdade e da própria vida do escravo, partimos em direção a um “cativeiro imperfeito”, onde senhores e cativos disputavam palmo a palmo os elementos que garantiam suas conquistas e direitos.

Esse poder moral que o senhor interiorizava em decorrência de sua vivência enquanto proprietário de seres humanos foi abalado, mas não desenraizado de seu mais profundo espírito senhorial. Até mesmo para os senhores de “primeira viagem”, como Henry Koster,

³⁴¹ Série: Promotores Públicos, fls. 406-407.

³⁴² Idem.

³⁴³ RIBEIRO, op. cit. p.298.

transplantado de uma sociedade regradada por condutas sociais bastante diferentes das que encontrou em Pernambuco, no início do século XIX, viu-se completamente integrando e consolidando os alicerces de uma sociedade escravocrata. Refletindo sobre as “manobras secretas” dos escravos e as estratégias senhoriais de negociação, afirmava que:

Noutras ocasiões pensamentos diversos a esses ocupavam-me o espírito. Imaginava a vida estranha que levava e a semelhança com a época feudal na Europa aparecia-me, e não a deixava de comparar com o estado atual do interior brasileiro. [...] Eu mesmo sentia o poder que me caíra nas mãos.³⁴⁴

Em decorrência de um desentendimento relacionado ao arrendamento do engenho que ocupava, Henry Koster havia reunido seus homens para um possível enfretamento com um vizinho que se colocava como rival na disputa por tais terras. Segundo Koster, “a questão estava ficando séria e o homem percebeu que se uma ação física se iniciasse, podia perder alguns escravos, ao passo que eu, acompanhado por homens livres, não sofreria perda alguma”.³⁴⁵ Aprendera rápido a lógica da escravidão. Perder um escravo, por qualquer motivo, significava prejuízo a seu proprietário, que se sentia lesado com tamanha perda.

Foi o que aconteceu em 14 de janeiro de 1870, quando o senhor frei João do Amor Divino Mascarenhas, prior do Convento do Carmo de Olinda, anunciou no Diário de Pernambuco a fuga de seu escravo:

Continua estar fugido o escravo Ubaldo, pertencente ao Convento do Carmo de Olinda, já anunciado neste Diário de 26, 27 e 28 do outubro último, e juntamente seus sinais, que agora tornar ser os mais notáveis. É claro, bonita figura, corpo seco e agigantado, pescoço e cara comprida, não tem barba, tem 24 anos de idade, fuma e costuma mascar, cabelos pretos e quase corridos, que os tem sempre grandes para esconder duas faltas que tem quase no alto da cabeça perpendicular da orelha direita, tem mais duas cicatrizes de úlceras na canela esquerda junto da entrada do pé, e sobre este tem mais uma costura de um talho, além de outros mais de iguais formas, em diversos lugares dos pés, ultimamente lhe falta o dedo mínimo do pé direito, e parte do esquerdo procedido de muitos bichos que tivera até a idade de 18 anos, e por isso consta andar calçado para não ser conhecido.³⁴⁶

O senhor parecia bastante empenhado na obtenção de informações do paradeiro do escravo, pois o anúncio por nós analisado pode ser considerado fora dos padrões da época, pelo seu tamanho e pela riqueza de detalhes que o prior relata as estratégias do fujão, assim como, da ideologia senhorial em vigor. Sua persistência era tamanha, tanto que seu anúncio

³⁴⁴ KOSTER, op. cit. p. 377.

³⁴⁵ Idem, p. 404.

³⁴⁶ Diário de Pernambuco, 14 de janeiro de 1870.

ocupou a “seção” do jornal denominado “A Pedido”, pelo caráter de importância que desejava destacar.

À primeira vista, a descrição do escravo não foge ao que encontramos em outros anúncios de fuga, com descrições físicas e até comportamentais do fugitivo.³⁴⁷ Apesar das inúmeras cicatrizes e outras tantas “faltas” que trazia, o cativo sabia muito bem da estratégia senhorial de dar detalhes que pudessem localizá-lo, como deixar o cabelo crescer, “para esconder duas faltas que tem quase no alto da cabeça perpendicular da orelha direita” e andar calçado, por lhe faltar “o dedo mínimo do pé direito, e parte do esquerdo procedido de muitos bichos que tivera até a idade de 18 anos”. A indignação do senhor é latente em muitas partes do anúncio, revelando muito das redes de solidariedade na qual o cativo estava inserido:

Este escravo é nesta praça bem popular, e não deixa de ser protegido por quem quer que seja, consta andar homiziado, ora pelo bairro do Recife, ora pelos arrabaldes desta cidade, como pelos de Olinda, onde tem sido sempre encontrado, já trabalhando, já divertindo-se acompanhado de adjuntos, que provavelmente estejam preparados em sua defesa; e não deixa de ser esta a causa, pela qual não tem sido capturado o dito escravo.

Percebemos, assim, que Ubaldo há muito havia construído suas próprias redes de sociabilidade fora do cativo, estabelecendo contatos e tecendo relações não apenas pela cidade de Olinda, mas também em outras localidades, inclusive no Recife. “Adjuntos” estavam a postos em “sua defesa”, e este seria um dos principais instrumentos utilizados em seu favor. O prior relata ainda que o escravo teria trabalhado em várias obras tanto na cidade de Olinda, quanto no Recife e seus arrabaldes: “no tráfico de carvão de pedra, algodão, açúcar e no encaixotamento de certos armazéns”. O cativo parecia usufruir sozinho da renda alcançada com seu trabalho, sem entregar qualquer soma a um determinado senhor, como era a prática. Experiência importante no caminho da liberdade.

Em suas andanças, Ubaldo havia encontrado possíveis protetores e coiteiros que lhe deram subsídios na sua empreitada, prática esta muito comum entre os escravos que buscavam ficar o maior tempo ausentes de seu cativo.³⁴⁸ O frei João do Amor Divino acusava dois comerciantes no acoitamento de seu escravo, incluindo um ex-senhor de Ubaldo, que fora obrigado a devolvê-lo ao Carmo de Olinda após uma disputa judicial em 1863.

O prior havia se envolvido em inúmeros conflitos desde que ocupou o cargo de prior do Convento, travando uma guerra pessoal contra os “dilapidadores” enviados pela Casa

³⁴⁷ Cf.: FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

³⁴⁸ GOMES, Flavio dos Santos. Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 50.

Capitular da Bahia, da qual seria subordinado, disputando com as autoridades maiores os espólios do Carmo. Teria sido preso pelo menos duas vezes e, na “última”, por motivos decorrentes de *embriagueis, distúrbios e por insultar o subdelegado*.³⁴⁹

Mas, evidentemente, isso não invalida a caçada em prol de seus direitos sobre a posse do escravo em questão. O frei nos dá uma importante pista acerca do possível objetivo traçado por Ubaldo em sua longa jornada: o restabelecimento de laços familiares. Muitas, evidentemente, poderiam ser as possibilidades de interpretação da fuga de nosso escravo, desde uma simples escapadela sem grandes pretensões até uma tentativa de ruptura com o cativo. Contudo, devemos considerar que “pode-se supor com segurança, que muita fuga permanente deve ter começado em escapadelas menos pretensiosas. Aprendia-se muita coisa nessas experiências de liberdade, mesmo quando duravam pouco”.³⁵⁰ Para visitar ou mesmo reconstituir laços que foram rachados pelos caminhos tortuosos de uma vida em cativeiro, Ubaldo poderia ter tomado o seguinte destino, como nos relata o frei “senhor”:

E é de supor terem ido acoitar-se em casa de uma tia e madrinha do escravo de nome Filippa, conhecida por Filippinha, hoje moradora em terras do engenho Velho de Jaboaão, ou no engenho de Camassary, onde também o escravo tem mãe e mais parentes hoje no domínio do Sr. Augusto Oliveira, é de crer que eles se entretendam ai até depois da festa próxima de Jaboaão.³⁵¹

O engenho Camassari foi fundado pelos carmelitas em 1664, no atual município de Jaboaão. No começo do século XIX, o viajante inglês Henry Koster conhecera tal engenho, relatando que este se encontrava “em grande ordem”:

[...] os escravos e o gado estão em situação ótima, e tudo parece com um aspecto promissor mas seria mais produtivo se a vigilância aos trabalhadores fosse mais contínua. Olhei o engenho que é movido pela água, e vi algumas mulatas bonitas e moças, pondo as canas na moenda.[...] A diferença é notável entre os engenhos que pertencem aos conventos e que são da posse de particulares que aí residem, e que têm um interesse direto em todos os menores aumentos e diminuições de ganhos.³⁵²

Em 1849, “o engenho estava convenientemente montado, com 39 escravos de serviço, tendo além dos edifícios próprios da fábrica, casa de vivenda, capela, senzala, estribaria, casa de farinha com dois fornos, oficinas de ferreiro e de caixas para açúcar, e dois grandes

³⁴⁹ Série: Casa de Detenção do Recife (CDR), 1863-1868. APEJE. Localização: 20-H.

³⁵⁰ CARVALHO, op. cit. p. 239.

³⁵¹ Diário de Pernambuco, 14 de janeiro de 1870.

³⁵² KOSTER, op. cit. p. 398.

açudes”.³⁵³ Mesmo apresentando bom funcionamento, o engenho foi vendido em 1850, em circunstâncias duvidosas. O importante é percebermos a possibilidade de existir uma rede de solidariedade bem consolidada entre os escravos do Camassari, incluindo o próprio Ubaldo. Este poderia ter nascido no engenho, mas separado de sua mãe na época da venda em 1850 ou mesmo depois.

Tudo isso demonstra a importância das redes de solidariedade, mesmo quando ocorriam rupturas ou ampliavam-se as malhas em direção a outras localidades, compondo alianças mais distantes, mas não menos sólidas. Ao sair de Olinda, passando por diversos caminhos irregulares e perigosos, poderia ter ido ao encontro de parentes que viviam no ponto extremo do Recife, “divertindo-se” e “trabalhando”, contrariando os interesses daqueles que detinham o poder de posse.³⁵⁴ Marcus Carvalho afirma que muitas fugas tinham como objetivo visitar familiares e amigos, e que:

Às vezes tinham até data marcada, geralmente feriados e dias santos. Fugas assim aconteciam em tudo quanto é lugar onde houve escravidão, inclusive na Antiguidade. [...] E só as circunstâncias de cada caso poderiam definir o futuro do fugitivo. Mas se sabe de uma coisa com mais segurança: *eram os laços entre escravos, morando em lugares diferentes, que atraíam e possibilitavam isso acontecer.*³⁵⁵ [Grifo nosso].

Assim, os dois casos por nós analisados – Tomás e Ubaldo – contribuem para melhor compreendermos a dinâmica social que envolvia de forma complexa e irregular a vida dos escravos diante dos limites e brechas do sistema escravista. Tomás, com desfecho violento e contraditório, como a própria relação escravista. Já sobre Ubaldo, pouco sabemos sobre seu destino. O mesmo não pode ser dito sobre seu senhor, frei João do Amor Divino Mascarenhas.

Logo de início, nos chamou a atenção a perspicácia de um clérigo em recuperar com tamanha “devoção” um escravo fugido, nos mesmos moldes que observamos senhores leigos na defesa de seus direitos de propriedade. Ou até mais persistente. Não que fosse incomum a posse de cativos por integrantes da Igreja, como já demonstramos, mas no mínimo contraditório ao discurso emancipacionista em que a instituição apresentara desde pelo menos a Lei de 1831, que abolia o tráfico de escravos para o Brasil. Muitas ordens – a exemplo dos beneditinos, franciscanos e carmelitas –, principalmente a partir de 1871, foram libertando

³⁵³ COSTA, F. A. Pereira da. *A Ordem Carmelita em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976. p. 108.

³⁵⁴ Ver mapa (página 28).

³⁵⁵ Idem.

seus escravos na tentativa de defender seus próprios interesses nessa nova fase de transformações. O difícil, na verdade, foi convencer os clérigos a abrirem mão de seus “bens” humanos.³⁵⁶

Em relação a nosso frei, não conseguiu vencer os mandos e desmandos da Casa Capitular da Bahia, já que “segundo ordens superiores foi deposto do cargo de prior do Convento de Olinda em agosto de 1870, por insubordinação e desatinos com a sua irregularidade de vida”.³⁵⁷ Vida “irregular” e de conduta “duvidosa”, as acusações chegavam até a afirmação de que viveria em “escandaloso concubinato na cidade do Recife”.³⁵⁸

Depois de muita pressão, o prior saiu do Convento, selando, talvez, o destino de nosso escravo. Isso porque, O último prior do Convento do Carmo, frei Inocêncio do Monte Carmelo Sena, regressou a Bahia em agosto de 1871, entregando o que restava dos bens do Carmo, juntamente com o Convento, à administração da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos da Graça. Ao embarcar para a Bahia, levou consigo o “único escravo que restava”.³⁵⁹ Ao que parece, a caçada havia chegado ao “fim”.

A trajetória de Ubaldo termina assim, de forma *inconclusa*, revelando, talvez, que a ausência de informações sobre seu destino “final” permanecesse também um mistério para as autoridades da época. Não sabemos se alcançou seus objetivos, mas o contrário também não foi revelado. O mais importante para nós é perceber como trajetórias de vida moldaram de formas tão diferentes o cotidiano do cativo, entre tensões, conflitos, frustrações e violência diária. Mas também, entre amores, momentos de distração, construção e reconstrução de laços de solidariedade; entre as tramas que envolviam a complexa e eterna luta “para tornar a vida tolerável e para vivê-la com o máximo possível de alegria”.³⁶⁰

³⁵⁶ Cf.: BEOZZO, José Oscar (Coord.). *História da Igreja na América Latina: ensaio de interpretação a partir do povo*. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1985; e HOORNAERT, Eduardo (Coord.). *História da Igreja na América Latina: ensaio de interpretação a partir do povo*. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/1. Petrópolis: Vozes, 1992.

³⁵⁷ PIO, Fernando. *Apontamentos Biográficos do Clero Pernambucano (1535-1935)*. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. V. II, pp. 549-550.

³⁵⁸ FREYRE, Gilberto. *Olinda: 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944. p. 113.

³⁵⁹ Idem. p. 112.

³⁶⁰ GENOVESE, op. cit. p. 477.

CONCLUSÃO

Ao percorrermos o longo caminho que caracterizou o cotidiano da resistência escrava em Olinda, nas últimas décadas da escravidão, constatamos a dura realidade na qual viviam os cativos até os últimos momentos da abolição, desde as crianças em tenra idade aos mais velhos, em um processo contínuo de extorsão de suas forças. Contudo, percebemos que o cativo, por mais que os senhores se empenhassem, não conseguiu destruir a personalidade e o espírito que acompanharam os cativos na longa jornada em direção a liberdade, mesmo que esta nunca chegasse a ser alcançada plenamente.

Na verdade, apesar desta liberdade ser considerada um anseio de muitos, poucos a abraçaram em forma de alforria, fazendo-se necessário conquistar no decorrer de uma vida espaços de autonomia e privilégios que poderiam, inclusive, ser disputados com seus pares, transformando-os, muitas vezes, em “reféns” de senhores ardilosos. Mas, seriam os cativos simples vítimas das tramas construídas pela camada senhorial?

Os escravos, em meio à violência do cativo e os diversos mecanismos coercitivos montados no decorrer de séculos de escravidão, sempre buscaram “escorregar” entre as brechas do regime e os limites que a própria dominação deixava transparecer. Muitas vezes, foi necessário criar fissuras onde não havia brechas, contribuindo para a construção de um mundo próprio elaborado – e reelaborado – por aqueles que teimavam em viver sem necessariamente abrir mão da felicidade, dentro dos limites impostos do cativo.

Com isso, pretendíamos ir mais a fundo no cotidiano da vida escrava de uma cidade fora do modelo clássico caracterizado pela *plantation*, que há muito esteve presente na historiografia sobre o tema. Olinda, apesar do número reduzido de escravos, se caracterizou como encruzilhada no caminho daqueles que pretendiam, por motivos diversos, fugir da escravidão, fosse temporária ou definitivamente. Percorrer longos caminhos em busca da liberdade foi um dos principais aspectos que encontramos entre aqueles que passaram por Olinda, partindo ou chegando, devido a proximidade com o Recife, ou mesmo por apresentar boas oportunidades de esconderijos, pela irregularidade de seu meio natural, pela possibilidade de se esgueirar a uma população mestiça e em expansão e tantos outros fatores difíceis de mensurar.

Novos caminhos foram abertos pela chegada da modernidade, com trens urbanos e novas estradas, aproximando os arrabaldes à cidade e áreas circunvizinhas. No entanto, antigos caminhos continuaram acessíveis a poucos, contribuindo para que muitos ainda

pudessem desafiar as malhas repressivas de então. Escravos iam e vinham entre os limites imprecisos das cidades, em busca da sobrevivência ou a mando de um senhor, construindo seus próprios caminhos em busca de maior autonomia e liberdade, mesmo sem necessariamente romper com o cativo.

A população pobre crescia a passos largos, ao mesmo tempo em que os mestiços e negros livres marcavam a face desses novos tempos, contribuindo para que um número cada vez mais reduzido de escravos se confundisse com aqueles que tomavam a cidade nos mais variados momentos: no desempenho de suas atividades, na busca por recursos naturais ou mesmo no tempo de festa. Em meio a uma população livre bem superior, os cativos dividiam, muitas vezes, os mesmos espaços de sobrevivência e as dificuldades de um tempo em que a pobreza rondava com grande violência os quatro cantos da cidade.

Assim, constatamos que a mobilidade espacial dos escravos muito caracterizou Olinda nesses fins de tempos, contribuindo para a conquista de maior autonomia e ampliação das redes comunitárias entre os cativos. Estas poderiam incluir não apenas aqueles que compartilhavam os grilhões de um mesmo cativo, mas sim, uma complexa malha que se estendia a lugares distantes, perpassando por propriedades vizinhas a comunidades que foram separadas em um dado momento da escravidão. Com isso, observamos como a noção de família escrava ia além da oficialização da Igreja e do modelo clássico que há muito se consagrou, mas que vem sendo descortinado pela historiografia.

Procuramos ainda adentrar no mundo do trabalho escravo, na qual encontramos uma escravidão que teimava em se perpetuar, moldando-se aos novos tempos e a constante pressão de uma conjuntura que sufocava a camada senhorial que não abria mão de suas posses. Apesar de tais posses se apresentarem como um privilégio de poucos, o trabalho escravo ainda era o mais requisitado, mesmo entre os que não os possuía, pois sempre havia a possibilidade de alugá-los. A preferência permaneceu até os últimos instantes da abolição, possivelmente deixando muita saudade para grande parte dos senhores e requerentes.

O trabalho também nos revelou muito da resistência cotidiana dos escravos, entre procedimentos minúsculos que poderiam levar a conquista de mais espaço ou mesmo a tentativa de ruptura com o cativo, não necessariamente vitoriosa – se considerarmos os resultados imediatos –, mas que contribuíram para minar paulatinamente os alicerces do poder moral dos senhores. Poder este administrado com grande força e engenhosidade, que buscava triturar a humanidade do cativo, através de estratégias que se moldavam a cada realidade e conjuntura. “Prêmios” e “favores” poderiam ser uma boa tática para transformar os escravos em “reféns” das artimanhas senhoriais, transformando o cativo em um complexo jogo de

barganha e acomodação, mas sem anular outras formas de resistência construídas pelos escravos no decorrer de uma vida, de gerações, séculos.

A própria rotina de trabalho desempenhado pelos cativos, pode ser considerada uma estratégia de resistência, na qual escravos e senhores buscavam utilizar-se do tempo a partir de noções próprias e nem sempre harmoniosas. Algumas atividades exigiam dos cativos uma maior regularidade em sua execução, mas outras – como lavar, vender, *ganhar*, etc. – dependiam de outros ritmos, de acordo com os ditames da natureza ou mesmo da própria ausência de uma disciplina de trabalho aos moldes *burgueses*.

Buscamos ainda demonstrar os *valores* dos escravos nestes tempos de carência da mão-de-obra, quando ter um ou dois escravos poderia alcançar significados imensuráveis aos olhos atuais. Ter uns poucos escravos em idade produtiva poderia gerar uma boa renda para um pequeno senhor, grande maioria em Olinda na década de 1870. Contudo, ter um escravo velho ou mesmo uma criança, não anulava a importância da posse, pois enquanto os primeiros poderiam ter suas forças usufruídas até a última gota de sangue, os mais novos eram preparados para um regime que teimava em se perpetuar.

Isso porque, percebemos como a escravidão em Olinda possuía uma base infantil que lhe proporcionaria certa continuidade do sistema, ao passo que os escravos mais velhos eram substituídos pelos mais novos. Incluímos a estes os “ingênuos”, que, possivelmente, dividiam as mesmas agruras do cativo, pois só usufruiriam de sua liberdade quando completassem a maioridade, processo este interrompido com a abolição.

E, ainda em relação ao trabalho, constatamos que as mulheres alcançaram grande importância nestes últimos anos, desempenhando diversas funções e chegando a valores significativos numa época em que grande parte da mão-de-obra masculina era sugada pelo o sul. Algumas atividades continuaram dominadas pelas mulheres, fazendo com que muitos senhores e requerentes sempre valorizassem sua posse, trazendo a tona uma escravidão onde estas se igualavam ou mesmo superavam em importância o trabalho masculino. Os homens continuaram predominantes em atividades como a agricultura, mas elas também estavam lá, dividindo o espaço tradicionalmente dominado pelos cativos.

Neste ínterim, compreendemos que a escravidão se apresenta como uma instituição por demais complexa e contraditória, revelando-se que muito ainda precisa ser desvelado. Ser senhor nestes tempos difíceis ia além de questões puramente econômicas, apesar de considerarmos que estas tinham sua importância. Mas, a posse de um ser humano alcançava significados que não podem ser concebidos apenas pelo viés economicista, pois questões de ordem subjetivas rondavam as portas do cativo. Relações de força, de amor, de ódio e

vingança eram partes integrantes do cotidiano do cativo, e foi a partir desta perspectiva que buscamos adentrar neste mundo que senhores e escravos construíram.

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES

1. Carta Chorographica do Estado de Pernambuco, detalhe. In GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionario Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
2. Bonde de Burro, Recife, século XIX. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
3. Trilhos Urbanos do Recife a Olinda e Beberibe, século XIX. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
4. Praça do Carmo, 1965. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
5. Bica de São Pedro. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
6. Aljube de Olinda. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
7. Rua do Amparo. Arquivo Municipal Antonino Magalhães. Setor de Iconografia.
8. Quilombo de Catucá. In CARVALHO, Marcus J. M. O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO – APEJE

1. Série: Diversos III - *Lista de Classificação dos Escravos* – 1876.
2. Série: Câmaras Municipais - *Câmara de Olinda (CM)*. 1860 – 1871 (vols. 48 - 60).
3. Série: *Casa de Detenção do Recife (CDR)*, 1863-1868.
4. Série: *Assuntos Eclesiásticos* (vol. 17).
5. Série: *Petições Senhores e Escravos* – 1888.
6. Série: *Promotores Públicos*, vols. 6 e 7.
7. Série: Repartição Central de Polícia – *Delegacia de Olinda*. 1865, 1866 e 1867.

ARQUIVO MUNICIPAL DE OLINDA ANTONINO GUIMARÃES

1. *Livros de Classificação do Fundo de Emancipação de Olinda* – Divisão E - 1873 (Livro 01); 1874 (Livro 02) e 1875 (Livro 03).
2. Fundo: *Câmara Municipal de Olinda* – Série: *Petições* – 1857 – 1886.
3. Ofícios e Documentos da Câmara de Olinda – 1869 – 1872; 1873 – 1876; 1877 – 1879; 1880 – 1881; 1882 – 1885.

LABORATÓRIO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA - UFPE

1. *Diário de Pernambuco* – 1860, 1867, 1869, 1870 e 1872.

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO

1. Processo-Crime: *escravo Tomás*, caixa 8, 1869,

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

1. *Recenseamento de 1872*.

Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%EF%BF%BDrio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil#>

Acesso em: 15 de janeiro de 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *História das Usinas de Açúcar de Pernambuco*. Recife: Ed. Massangana, 1989.

BELTRÃO, Luiz. *Memória de Olinda*. FIAM, Centro de Estudos de História Municipal, Prefeitura Municipal de Olinda, 1996.

BEOZZO, José Oscar (Coord.). *História da Igreja na América Latina: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/2*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRANDÃO, Ambrosio Fernandes, ca.1560-ca.1630. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Organização e Introdução de José Antonio Gonsalves de Mello; prefácio de Leonardo Dantas Silva. 3ª edição integral segundo apógrafo de Leiden. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

BONALD NETO, Olimpio. *Palco e Palanque: contribuição a crônica pitoresca de Olinda*. Prefeitura de Olinda; Depto. de Comunicação da Secretaria, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

_____. O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, v.18, nº 36, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

CASTRO, Hebe Maria M. de. *Ao Sul da História: lavradores e pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____ A Escravidão fora das Grandes Unidades Agroexportadoras. In CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravidão e Abolição no Brasil novas perspectivas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do Salvador do Mundo: (biografia da cidade)*. [S.l]: Asa Pernambuco, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópoles, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os Últimos anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a Republica: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, F. A. Pereira da. *A Ordem Carmelita em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976.

COWLING, Camillia. Negociando a Liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888. In LIBBY, Douglas Cole, Org.; FURTADO, Júnia Ferreira, Org. *Trabalho livre, trabalho escravos: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

DELGADO, Luiz. *Escravos em Olinda Sob a Lei Rio Branco*. Recife: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

EISENBERG, Peter L. *Modernização Sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, 1977.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Salvador: Ed.: Da Universidade Federal da Bahia, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____ *Olinda: 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.

_____*O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX.* São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GALLIZA, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850-1888.* Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1977.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionario Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, vol. 1, 2 e 3.

GALVÃO, Tácito Luiz Cordeiro. O Preto Senhor Thomaz. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.* Recife, nº 61, junho de 2005.

GEARY, Dick. Europa e o protesto escravos nas Américas, *circa* de 1750-1850. In LIBBY, Douglas Cole, Org.; FURTADO, Júnia Ferreira, Org. *Trabalho livre, trabalho escravos: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX.* São Paulo: Annablume, 2006.

GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIARD, Luce. Artes de Nutrir. In CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar.* Petrópolis: Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário.* In *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____*Relações de Força.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças Escravas, Crianças de Escravos. In PRIORI, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2000.

GOMES, Flavio dos Santos. Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Revista Tempo,* Rio de Janeiro, vol. 1.

Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-5.pdf>

Acesso em: novembro de 2006.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil (e uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823).* Londres, 1824; reedição: São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOORNAERT, Eduardo (Coord.). *História da Igreja na América Latina: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/1.* Petrópolis: Vozes, 1992.

HOORNAERT, Eduardo. A Igreja Católica no Brasil Colonial. In BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial.* São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1998. V. I.

IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo.* São Paulo: Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor, 1988.

KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Londres, 1816; reedição: Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

LACOMBE, Américo Jacobina. *A Obra Histórica do Padre Hoornaert*. Rio de Janeiro: AGIR; [Brasília]: INL, 1983.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LIBBY, Douglas Cole (Org.); FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LOVEJOY, Paul E. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAIOR, Mario Souto; SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A Paisagem Pernambucana*. Recife: FUNDAJ – Ed. Massangana. Gov. do Estado de Pernambuco/Sec. de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

MARCONDES, Renato Leite; MOTTA José Flávio. Duas Fontes Documentais para o Estudo dos Preços dos Escravos no Vale do Paraíba Paulista. *Revista Brasileira de História*, vol. 21, nº 42, Dezembro, 2001.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300012>.

Acesso em: 10 de novembro de 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Paternalismo e Governo dos Escravos nas Sociedades Escravistas Oitocentistas, Brasil, Cuba e Estados Unidos. In FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a Escravidão (I)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Escravidão e Abolição no Brasil. In CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. O Filho da Escrava (Em Torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, nº 16, mar./ago. de 1988.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Olinda restaurada guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Universidade de São Paulo: Forense-Universitária ; São Paulo : Ed. da, 1975.

MELLO, Pedro de Carvalho de; SLENES, Robert W. A Natureza Econômica da Escravidão. In NEUHAUS, Paulo (org.). *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre as Mãos e os Anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. p. 199.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Ed. fac-similar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1988.

_____. *A Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOGUEIRA, Severino Leite. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: FUNDARPE, 1985.

NUNES NETO, Antonio Pessoa. Aspectos da Escravidão de Pequeno Porte no Recife no século XIX. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, nº 61, junho de 2005.

PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura. Recife: 1978.

PIO, Fernando. *Apontamentos Biográficos do Clero Pernambucano (1535-1935)*. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. V. II.

RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do Espaço Urbano Colonial. In VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em Tempo de Conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

REIS, Déborah Oliveira Martins dos. *Araxá, 1816-1888: posse de escravos, atividades produtivas, riqueza*. XXXIV Encontro Nacional de Economia (APEC), 2006, Salvador. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A079.pdf>> Acesso em: 25 de janeiro de 2007.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência escrava no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. “Nos Achamos em Campo a Tratar da Liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500 – 2000)*. Formação: histórias. Carlos Guilherme Mota (org.). São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. *A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão 1850-1888*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

RIBEIRO, João Luiz. *No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

_____. *Maxambombas e Maracatus*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Luiz Geraldo. *A Faina, a Festa e o Rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX)*. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de Honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *O Declínio da Escravidão no Ceará*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

SILVA, Wellington Barbosa da. “A cidade que escraviza é a mesma que liberta...”. *Estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840 – 1850)*. Dissertação de Mestrado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

_____. *Entre a Liturgia e o Salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. Tese (doutorado). Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 2003.

SLENES, Robert W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____ Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17 (2): maio/agosto, 1987.

_____ *Na Senzala uma Flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____ O que Rui Barbosa não Queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*. 13 (1): 117-149, Jan/Abr. 1983.

SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra. *Revista Afro-Ásia*, n.º. 17, 1996.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. Desagregação do Escravismo e Transição para o Trabalho Livre na Província de Sergipe. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, n.º. 3, pp. 465-493, set.-dez. 1994.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Veríssimo. *Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco*. Recife: Empresa D'a Província, Typographia do Correio Pernambucano, 1870 (APEJE). 1871.

TOLLENARE, L.F. *Notas Dominicais Tomadas durante uma Viagem em Portugal e no Brasil, 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Progresso, 1956.

VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História*: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. Escravidão, Ideologias e Sociedade. In CARDOSO, Ciro F. (org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*.

VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. *Ventre Livre, mãe escrava*: a reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

VENTURA, Roberto. Um Brasil Mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500 – 2000)*. Formação: histórias. Carlos Guilherme Mota (org.). São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Economia Série Textos Para Discussão, Outubro de 2002, texto n.º 252.

Disponível em: < <http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/252Oct02FVersiani.pdf>>

Acesso em: 15 de dezembro de 2006.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888. São Paulo: Ed. Marco Zero; Cuiabá, MT: Ed. Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.